

# **Aquisição de artigos em português língua segunda por falantes de língua materna kikongo**

**Fineza Pinto Marimba**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem**

**Maio, 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, realizada sob a orientação científica da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Ana Maria Lavadinho Madeira e da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Matilde Alves Gonçalves Carvalho.

À minha amada mãe, cujo amor incondicional e as palavras de incentivo ensinaram-me a perseverar (em memória póstuma);

Aos meus irmãos, Alberto Carlos Marimba, Domingas Pinto Marimba e Manuela Carla Pinto Marimba, pelo amor infinito.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta etapa, de que hoje vislumbro o fim, não seria possível sem o esforço combinado de todas estas pessoas que passarei a mencionar e de algumas que não serão aqui mencionadas, mas cujo contributo foi igualmente importante.

As sementes germinam por si, porém, é pelas mãos do lavrador que chegam à terra. Com estas singelas palavras, mas carregadas de simbolismos, agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Ana Maria Lavadinho Madeira, minha orientadora, pelo empenho, rigor, dedicação e paciência com que lançou essa semente à terra e fê-la germinar.

À Prof<sup>a</sup>. Doutora Matilde Alves Gonçalves Carvalho, pela sabedoria e simplicidade com que transmitia os conhecimentos; por todo o apoio prestado ao longo do mestrado; por cada gesto de carinho e de amizade que, desinteressadamente, me ofereceu e pelas palavras de incentivo que me motivaram a enxergar a luz ofuscada pela escuridão das dificuldades.

Ao Armindo Pereira da Conceição Lima, por sorrir e chorar comigo, por existir e fazer parte da minha vida.

À Cláudia Yoani Panzo, pelo amor, pela irmandade e pelo companheirismo que me tem dedicado ao longo destes anos todos.

À Marcelina A. de Lemos, minha tia amada, por ser essa mão estendida que me tem ajudado a subir os degraus da vida, pelo amor e pela amizade que nos unem.

Ao Abel do Rosário Singui, por tudo que fez e tem feito por mim.

Ao meu tio, Paulo Gabriel A. de Lemos, que tudo fez para garantir a minha educação, dando-me as bases para iniciar este percurso.

À Prof<sup>a</sup>. Doutora Helena Topa Valentim, pela forma sempre pronta e atenciosa como dissipou as minhas dúvidas, pela amizade e carinho que me tem demonstrado.

Ao Dr. Fernando Cativa, cujo contributo foi imprescindível para a materialização do meu desejo de vir fazer mestrado em Portugal.

Ao governo provincial do Uige, por todo o apoio prestado durante a recolha de dados.

Ao Márcio Edu da Silva Undolo, pelas palavras inestimáveis que me incentivaram a ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo desta caminhada.

Ao Paulino Adriano Soma, pelas sábias palavras de encorajamento que, amavelmente, me tem dirigido.

Ao Paulo Barcelos, que gentilmente me acolheu em sua casa, obrigada por tudo.

Ao Hilton Daniel, pelos momentos de partilha, pelo muito que deu a este trabalho e por ser o melhor amigo que se pode ter.

Ao Paulo Oliveira, que gratuitamente se dispôs a fazer os desenhos, o meu muito obrigada.

À Brígida José, minha companheira de batalha, por me ter aturado pacientemente ao longo desta jornada, por todas as coisas que juntas passamos e temos passado.

Ao Prof. Doutor João B. Ima Panzo, ao sr. Eduardo Gabriel, ao Jordão Muteba, ao Mário Cortez, à Vaudimila Tyamukwavo, à Yara V. Afonso e à Wilma F. Ribeiro.

Aos meus colegas, José Gueleka, Bruna Trindade, Erika Cavalcante, Débora Rocha, Ana Chen e Gabi Halaiwa, pelo companheirismo.

À Mariza Campos, pela amizade e por todos os momentos de partilha.

Às professoras do departamento de Linguística, em especial, às professoras Ana Madeira, Helena Topa Valentim, Matilde Gonçalves Carvalho, Maria Lobo e Alexandra Fiéis.

Ao António do R. G. Lemos, ao Gabriel Luvungo F. de Lemos, à Inocência G. A. de Lemos e a todos os meus familiares.

Ao Soberano Deus que, por intermédio destas pessoas, me permitiu estar, fazer e ser.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

# **Aquisição de artigos em português língua segunda por falantes de língua materna kikongo**

**Fineza Pinto Marimba**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto de estudo a aquisição de artigos por falantes de português de Angola (PA) L2, falantes nativos de kikongo, língua do grupo bantu sem artigos. Propusemo-nos a testar a Hipótese de Interface (Sorace, 2005), que prediz que os falantes de L2 poderão não adquirir propriedades de interface, ou seja, propriedades que envolvem dois ou mais módulos da gramática ou de outros domínios cognitivos. Com o intuito de investigar se os falantes nativos de kikongo adquirem as propriedades semânticas e pragmático-discursivas de uso dos artigos definidos e indefinidos, utilizámos uma tarefa de produção induzida e uma de juízos de valor de verdade, que aplicámos a três grupos: falantes de PA L2 de nível avançado (grupo de teste), falantes de PA L1 e falantes de português europeu L1 (grupos de controlo). Os resultados evidenciam que, a par de falantes de outras línguas sem artigos, os falantes nativos de kikongo, português L2, recorrem a estratégias de omissão e sobretudo a estratégias de substituição de artigos, apresentando maiores dificuldades no uso de indefinido do que de definido, sendo os indefinidos os artigos com que mais ocorrem desvios. Conclui-se, em relação aos falantes de PA L2, que as propriedades de interface associadas ao artigo não foram plenamente adquiridas. Quanto aos informantes de PA L1, concluímos que a situação de contacto linguístico e o tipo de *input* a que esses falantes têm acesso pode ter desencadeado o comportamento divergente, em relação à norma europeia.

### **Palavras-chave**

Artigo, aquisição, aprendizagem, kikongo, português de Angola, L2, definitude.

# **Acquisition of articles in L2 Portuguese by L1 speakers of Kikongo**

**Fineza Pinto Marimba**

## **ABSTRACT**

The present study focuses on the acquisition of articles by L2 speakers of the variety of Portuguese spoken in Angola (PA), who are native speakers of Kikongo, an articles Bantu language. We assume the Interface Hypothesis (Sorace, 2005), which predicts that L2 speakers may not acquire interface properties, i.e., properties which involve two or more grammatical components, or components of the grammar and other cognitive domains. Our goal was to investigate whether L1 speakers of Kikongo acquire the semantic and discourse-pragmatic properties which determine the use of definite and indefinite articles. The study was based on an elicited production task and a truth value judgement task, and we collected data from three groups: advanced learners of L2 PA (our experimental group), speakers of L1 PA and speakers of L1 European Portuguese (our control groups). The results show that, similarly to L1 speakers of other articleless languages, L1 speakers of Kikongo resort to strategies of omission and (predominantly) substitution, particularly with indefinite articles. This indicates that these learners have more difficulties in their use of indefinite articles than in their use of definite ones. Hence, regarding the L2 learners of PA, we conclude that the interface properties which determine the use of articles have not been fully acquired. As for the speakers of L1 PA, we argue that the situation of language contact and the type of input which these speakers are exposed to may explain the divergent behaviour which they exhibit when compared to the European norm.

## **Keywords**

Article, acquisition, learning, Kikongo, Portuguese spoken in Angola, L2, definiteness

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS .....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: O PORTUGUÊS DE ANGOLA: QUE ESTATUTO – L1 OU L2? .....	3
1. O português de Angola: breve descrição.....	3
1.2. Interferências linguísticas no português de Angola.....	6
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA E VALORES SEMÂNTICOS E DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS DO ARTIGO .....	10
1. Teorias sobre a estrutura dos constituintes da frase.....	10
1.1.A teoria X-barra.....	10
1.2. A Hipótese DP .....	11
2. Valores semânticos e discursivo-pragmáticos do artigo .....	17
2.1. Especificidade .....	17
2.2. Definitude e contexto de uso .....	19
2.2.1. Usos anafóricos .....	19
2.2.2. Uso situacional (ou deítico) .....	20
2.3. Conceito de definitude .....	21
2.3.1. Familiaridade .....	21
2.3.2. Identificabilidade.....	23
2.3.3. Unicidade .....	24
2.3.4. Inclusividade .....	24



CAPÍTULO 3: HIPÓTESES TEÓRICAS SOBRE A AQUISIÇÃO DE L2 .....	27
1. Apresentação dos modelos teóricos .....	27
1.1. Input .....	28
1.2. O papel da L1 na aquisição/aprendizagem de L2 .....	29
2. Hipóteses de acesso à GU na aquisição de L2 .....	31
2.1. Hipótese de flutuação .....	32
2.2. Hipótese do déficit representacional .....	32
2.3. Hipótese de interface .....	33
2.3.1. Opcionalidade em aquisição de L2 .....	34
3. Aquisição de artigos em L1 e L2 .....	35
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA.....	40
1. INFORMANTES .....	40
1.1. Critérios de seleção dos informantes.....	40
1.2. Caracterização dos informantes .....	41
2. Questões orientadoras .....	42
2.1. Hipótese.....	43
2.1.1. Predições .....	44
3. Tarefas .....	45
3.1. O teste de produção .....	45
3.1.1. Condições.....	46
3.1.2. Procedimentos .....	47
3.1.3. Predições específicas.....	48
3.2. O teste de compreensão .....	48
3.2.1. Condições.....	49
3.2.2. Procedimentos .....	52
3.2.3. Predições específicas.....	53

CAPÍTULO 5: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS EM PORTUGUÊS LÍNGUA SEGUNDA POR FALANTES DE LÍNGUA MATERNA KIKONGO .....	54
1. Resultados .....	54
1.1. Resultados – TPA.....	54
1.2. Resultados - teste de compreensão.....	61
2. Resultados individuais .....	66
2.1. Resultados individuais-TPA.....	67
2.2. Resultados individuais-teste de compreensão.....	68
3. Discussão .....	70
CONCLUSÕES .....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
ANEXOS	

## LISTA DE ABREVIATURAS

DP	Sintagma Determinante
Gen	Genitivo
GU	Gramática Universal
L1	Língua Materna
L2	Língua Segunda
NOM	Nominativo
PA	Português de Angola
PE	Português Europeu
PP	Sintagma Preposicional
NP	Sintagma Nominal
TPA	Teste de Produção de Artigos
VP	Sintagma Verbal

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELA 1- PRINCIPAIS LÍNGUAS BANTU FALADAS EM ANGOLA.....	5
TABELA 2- OMISSÃO DE ARTIGOS COM O QUANTIFICADOR TODOS E COM DETERMINANTES POSSESSIVOS. 7	
TABELA 3- CONDIÇÃO DE [INDEF. DE 1ª MENÇÃO] .....	55
TABELA 4- CONDIÇÃO DE [DEF. DE 2ª MENÇÃO].....	55
TABELA 5- CONDIÇÃO DE [DEF. DE 1ª MENÇÃO].....	56
TABELA 6- INDEFINIDO DE 1ª MENÇÃO (TESTE DE COMPREENSÃO) .....	61
TABELA 7- DEFINIDO DE 2ª MENÇÃO (TESTE DE COMPREENSÃO).....	62
TABELA 8- DEFINIDO DE 1ª MENÇÃO (TESTE DE COMPREENSÃO).....	62
TABELA 9- INDEFINIDO DE 2ª MENÇÃO (TESTE DE COMPREENSÃO) .....	63
TABELA 10- RESULTADOS INDIVIDUAIS DO TPA.....	67
TABELA 11- RESULTADOS INDIVIDUAIS DO TESTE DE COMPREENSÃO .....	68
GRÁFICO 1- DESEMPENHO DO GRUPO DE PA L2 NO TPA.....	56
GRÁFICO 2- COMPARAÇÃO DOS TRÊS GRUPOS NAS CONDIÇÕES DE TESTE DO TPA.....	57
GRÁFICO 3- PERCENTAGENS DE DESVIOS NA CONDIÇÃO DE [INDEF. DE 1ª MENÇÃO] .....	59
GRÁFICO 4- PERCENTAGENS DE DESVIOS NA CONDIÇÃO DE [DEF. DE 2ª MENÇÃO].....	59
GRÁFICO 5- PERCENTAGENS DE DESVIOS NA CONDIÇÃO DE DEF. DE 1ª MENÇÃO .....	60
GRÁFICO 6- PERCENTAGENS DE RESPOSTAS-ALVO DO GRUPO DE PA L2 NO TESTE DE COMPREENSÃO ...	64
GRÁFICO 7- COMPARAÇÃO DOS TRÊS GRUPOS NAS CONDIÇÕES DE TESTE (TESTE DE COMPREENSÃO) ....	65
GRÁFICO 8- PERCENTAGENS DE RESPOSTAS-ALVO NA CONDIÇÃO DE CONTROLO (TESTE DE COMPREENSÃO) .....	66
FIGURA 1- O SENHOR DÁ UM BALÃO AO BEBÉ. ....	49
FIGURA 2- UM BALÃO VOA PARA LONGE.....	49
FIGURA 3- O MENINO DÁ UM LÁPIS À MENINA. ....	50
FIGURA 4- O LÁPIS PARTIU-SE. ....	50
FIGURA 5- A MENINA DÁ UM COLAR À AMIGA. ....	51
FIGURA 6- O COLAR REBENTOU. ....	51
FIGURA 7- O MENINO ESTÁ A FAZER VOAR UM PAPAGAIO. ....	52
FIGURA 8- UM PAPAGAIO VOOU.....	52

## INTRODUÇÃO

---

A aquisição de artigos em língua segunda (L2) por falantes cuja língua materna (L1) não tem artigos é uma problemática à volta da qual muitos pesquisadores têm empreendido diferentes análises. Diversos estudos realizados neste âmbito mostram-se relevantes, na medida em que os seus resultados têm sido esclarecedores em relação às dificuldades manifestadas na aquisição/aprendizagem de artigos por falantes cuja L1 não tem artigos.

Para as línguas como o inglês (Ionin, 2003), o português europeu (Baldé, 2011) e o português do Brasil (Kim, 2005), mostrou-se que os falantes não nativos, cujas L1 não apresentam um sistema de artigos, incorrem em dois tipos de erros – a omissão de artigos e a substituição de artigos – por se tratar de uma categoria não representada nas suas L1.

Tendo em conta as observações feitas na bibliografia citada, e de acordo com o interesse pela discussão científica à volta da aquisição de artigos em L2, consideramos pertinente a realização desta investigação, visto que não há estudos sobre a aquisição de artigos no português de Angola (PA), quer como L1 quer como L2.

Para o presente estudo será adotada a Hipótese de Interface. A Hipótese de Interface (Sorace, 2005) prevê que, embora os falantes de L2 tenham conhecimento sintático sobre a estrutura adquirida, têm dificuldades em articular o conhecimento sintático com o conhecimento das condições discursivo-pragmáticas, por exemplo. Sendo o kikongo uma língua (do grupo bantu<sup>1</sup>, falada no norte de Angola) que não tem artigos (cf. Mudiambo, 2013) ou não os realiza morfologicamente, coloca-se a seguinte questão: como é que os falantes nativos de kikongo, língua que não tem artigos no seu sistema, usam o artigo em português L2: associam o uso do artigo definido à recuperação de um

---

<sup>1</sup>O termo *bantu*, com sentido de parentesco linguístico, foi cunhado por Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1860 *apud* Fernandes e Ntongo, 2002:67) e aplica-se a uma família de línguas aparentadas pertencentes ao grupo Niger-Congo que abarcam um vasto território desde o sul de Camarões, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Tanzânia, Angola, Zâmbia, Malawi, Moçambique, Zimbabué, Namíbia, Botswana, Suazilândia e África do Sul. Formado pelo radical «ntu» (*pessoa*) e pelo prefixo de plural «ba», o termo *bantu* designa também um povo com cultura, hábitos, costumes e crenças similares que transcendem as fronteiras linguísticas (Altuna, 1993: 24-25).

referente previamente mencionado, e o uso do artigo indefinido à introdução de um novo referente no discurso?

Pretendemos, com este trabalho, investigar se os falantes nativos da língua kikongo adquirem o mapeamento entre as formas morfológicas do artigo e os valores semânticos que lhes estão associados, ou seja, se associam o artigo ao valor semântico de (in)definitude, e se o seu uso vai depender de fatores discursivos, com a associação do artigo indefinido a usos de 1ª menção do referente e do definido ao uso de 2ª menção, e contribuir, assim, para a compreensão do processo de aquisição de artigos em português L2 por falantes nativos de kikongo. No caso particular desta pesquisa, investigaremos a omissão e a substituição de artigos com nomes comuns, e procuraremos perceber em que contextos estes fenómenos mais ocorrem (1ª ou 2ª menção).

A escolha de falantes nativos de kikongo para o presente estudo prende-se com o facto de, para além de esta ser uma língua sem artigos, serem os falantes de uma língua bantu com os quais mais tenho contacto.

Para alcançar os objetivos traçados e contribuir para a compreensão do processo de aquisição de artigos em português L2 por falantes de kikongo L1, recorreremos a tarefas de produção induzida e de juízos de valor de verdade, com o intuito de testar o uso de artigos à luz dos traços semânticos de (in)definitude e dos valores discursivo-pragmáticos referidos.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo 1, descreve-se brevemente a situação linguística de Angola. No capítulo 2, abordam-se algumas teorias sobre a estrutura dos constituintes da frase e os valores semânticos e discursivo-pragmáticos dos artigos. O capítulo 3 ocupa-se da discussão de algumas hipóteses teóricas sobre a aquisição de L2 e de estudos que se debruçam sobre a aquisição de artigos. No 4 capítulo, faz-se a caracterização dos informantes, a descrição metodológica e a apresentação da hipótese. O 5 e último capítulo é reservado à discussão, análise dos resultados e às conclusões.

## **CAPÍTULO 1: O PORTUGUÊS DE ANGOLA: QUE ESTATUTO – L1 OU L2?**

---

Faz-se, neste capítulo, uma breve caracterização do PA. O capítulo subdivide-se em duas secções. Na primeira, abordam-se aspetos de carácter histórico-social referentes ao PA, e a segunda incide sobre alguns aspetos da estrutura do sintagma nominal (doravante NP) no PA.

### **1. O português de Angola: breve descrição**

Uma abordagem sobre o português de Angola implica necessariamente falar de questões de ordem sócio-histórica, que envolvem África em geral e Angola em particular. Como se sabe, Angola é um país africano e faz parte dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). A chegada dos portugueses ao continente africano data do século XV, sendo certo que chegaram ao território de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau em 1444; em 1471, ao de São Tomé e Príncipe; em 1482, ao de Angola; e em 1498, ao de Moçambique (cf. Gonçalves, 2013:157). De acordo com Clements (2009:10), o português falado pela grande maioria da primeira geração de africanos foi adquirido naturalmente em comunicação com falantes nativos portugueses, a maioria dos quais em fase já adulta.

A partir dessa época, o português em África esteve sempre em contacto com diversas línguas autóctones. Ao idioma português coube sempre o estatuto exclusivo de língua oficial do regime colonial, de ensino, da administração, do Exército, entre outros setores, em detrimento das línguas autóctones, às quais coube o estatuto de línguas nacionais. Aquando da sua independência de Portugal, em 1975, por razões essencialmente sociopolíticas, Angola, no plano político-linguístico, optou por uma política isoglósica que consistiu na oficialização do português, sem qualquer língua concorrente, retomando, desta forma, o estatuto que já ostentava. Assim, ao português foi dado o estatuto de língua oficial, consagrado no nº 1 do artº 19/2010 da Constituição da República de Angola<sup>2</sup>.

O panorama acima revela um mosaico linguístico diversificado, constituído por dois grupos: línguas bantu e não bantu. Pertencem ao grupo não bantu as línguas vatwa,

---

<sup>2</sup> Disponível em [www.africanos.eu/ceaup/uploads/ASO3.101.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/ASO3.101.pdf).

khoisan (Mingas, 2000:32) e o português. O PA adota (teoricamente) o padrão do português europeu (PE), porém, tem especificidades que o demarcam do PE, uma vez que o PA surgiu num contexto em que coexistem várias línguas. Esta constatação foi feita por Mendes (1985) e Mingas (2000, 2002), entre outros, ao afirmarem a presença de uma variedade do português angolanizada, com características peculiares, muitas delas advindas do contacto com as línguas bantu. Consequentemente, pode afirmar-se, com Gonçalves (2013), que a variedade do português falada (e escrita) em Angola não reflete unicamente as regras da gramática do PE, mas também das gramáticas das várias línguas autóctones com as quais o português está em contacto em Angola, podendo gerar um *input* ambíguo para os falantes que estão expostos às duas variedades.

A situação da qual emergiu o PA confere-lhe diferentes estatutos. Para uns, é língua materna, enquanto, para outros, é língua não-materna ou L2. Sim-Sim, Duarte e Ferraz (1997:15) entendem a L1 como resultado de um processo espontâneo e uniforme de apropriação de uma língua natural, geralmente a língua pertencente à comunidade em que vivemos durante os primeiros anos de vida. Neste sentido, a L1 é a primeira língua que se aprende e com a qual começamos a comunicar, a identificar o mundo e as coisas, e a (re)conhecemo-nos como membros de uma sociedade e cultura. Por seu turno, o termo *LS* (língua segunda), também designado *L2*, é empregue para designar uma língua não-materna que desempenha uma larga função na vida política e económica da sociedade que a adota (Leiria, 1999), sendo capaz de traduzir a vivência, a cultura, os hábitos e costumes dessa população. Assim sendo, o português, no contexto angolano, tem o estatuto de L2 para os falantes de uma língua bantu, ou seja, aqueles que adquirem e aprendem a comunicar primeiro nessa língua, e tem o estatuto de L1 para os que adquirem primeiro o português.

Não obstante o português ter o estatuto de língua oficial e ser língua veicular e de unidade nacional, a sua situação é muito complexa, fruto da heterogeneidade que caracteriza o mosaico linguístico angolano. Ao entrar para o território angolano, o português teve contacto com diversas línguas autóctones do grupo bantu (ver tabela 1).



- Kikongo	- Kimbundu
- Cokwe	- Ngangela
- Umdundu	- Oluyaneke
- Oshihelelo	- Oshikwanyama

**Tabela 1- Principais línguas bantu faladas em Angola**

(Com base na informação de Adriano, 2014; Fernandes e Ntongo, 2002; Kukanda, 2000).

Nota-se uma falta de consenso quanto ao número de línguas bantu existentes em Angola. Alguns investigadores que se têm dedicado ao estudo do PA em geral e, em particular, ao das línguas bantu, referem números divergentes (cf. Adriano, 2014; Fernandes e Ntongo, 2002; Kukanda, 2000). De acordo com os resultados finais do censo populacional de 2014<sup>3</sup>, o português é falado por 71% da população angolana. De entre os que falam português, 85% residem nas zonas urbanas. Das línguas faladas em Angola, o kikongo é a 3ª língua mais falada e a 2ª do grupo bantu, com 8.24 % de falantes, depois do umbundu.

Sobre a diversidade linguística em Angola, Adriano (2014:59) afirma ser difícil precisar o número de línguas bantu pela dificuldade em se diferenciar língua de dialeto. Apesar da imprecisão quanto ao número de línguas autóctones, pode-se, contudo, constatar que Angola é um país plurilingue, na esfera social, e bilingue, na esfera individual. A coabitação entre o português e as línguas bantu torna o português suscetível de se transformar e de se ir adaptando aos hábitos e necessidades comunicativas dos diferentes povos que o falam. Neste sentido, há que referir a ocorrência de interferência linguística, fenómeno que marca a presença de formas e estruturas de uma língua na outra (Ngunga, 2012), produzindo desvios perceptíveis no âmbito dos planos morfosintático, semântico, fonológico e lexical. A este respeito, importa frisar, como

<sup>3</sup>Cf. [http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014\\_FINAL.13.10.14.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf) (consultado em 22.02.2016). Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola (2014).

afirma Nzau (2011:68), que o nível sintático, a par do lexical, é o que mais sofre influência das línguas bantu.

Com base nisso, o português recebe e sofre influências de várias línguas bantu. Não pretendendo fazer um inventário exaustivo das especificidades do PA, ocupar-nos-emos, a seguir, de alguns aspetos que podem ser atribuídos à interferência linguística e que afetam o NP.

Na sequência do que acabámos de referir, assiste-se, no PA, à omissão do morfema de plural no núcleo do NP, como se poderá ver abaixo.

## **1.2. Interferências linguísticas no português de Angola**

A falta de concordância de número entre o determinante e o núcleo do NP tem sido apontada como resultado do contacto entre línguas. Como observado por Inverno (2005:4), no PA, é frequente a omissão da marca de plural no núcleo do NP. A distinção entre singular e plural é feita pela adição do sufixo -s apenas aos elementos não nucleares mais à esquerda no NP (*ibidem*), originando construções como as que se mostram em (1):

- (1) a. As criança\_ comem.  
b. Os pai\_ trabalham.

Pelo contrário, o PE serve-se do morfema de plural -s para fazer essa distinção, adicionando-o a todos os elementos do NP (Mateus *et al.*, 2003). Interpretando este fenómeno como resultado de interferência das línguas autóctones, nomeadamente das línguas bantu, no português falado em Angola, cite-se Marques (1983 *apud* Inverno, 2004:5), segundo a qual a omissão do morfema de plural no núcleo do NP pode ser interpretada por analogia às línguas bantu. Nessas línguas, a oposição singular/plural é marcada por prefixos<sup>4</sup> e não por sufixos, como em português (cf. 2).

Língua kikongo (Quiala, 2013:29)

- (2) a. mu-ntu wa-mbote  
SG-pessoa SG-bom

---

<sup>4</sup> Também designados por *partícula concordante* (Quiala, 2013:29)

“Pessoa boa”

b. ba-ntu ba-mbote

PL-pessoa PL-bom

“pessoas boas”

A ausência de concordância entre o determinante e o núcleo do NP não se restringe à marcação de número, estendendo-se também à de género (cf. 3).

(3) \*Meu mãe (minha mãe) (cf. Mingas 2000:70)

À semelhança do desvio anterior, este também ocorre no discurso de pessoas menos instruídas. Pode-se, com algumas reservas, atribuir este fenómeno à falta de flexão em género nas línguas bantu. No que concerne à flexão em género nestas línguas, esta é feita pela anteposição das palavras *masculino* e *feminino* (ou *rapaz/rapariga*) aos nomes que têm o traço semântico [+humano] ou [+animado] (cf. Inverno, 2004:6; Quiala 2013:33, a respeito do kikongo). Ainda sobre o kikongo, Quiala acrescenta que a distinção masculino/feminino, no género neutro, se faz pela anteposição das palavras *kima* e *dyambo* (com o significado de “coisa” e “assunto”, respetivamente) aos nomes. Depreende-se que a primeira se atribua a entidades que se supõem do género feminino e a outra a entidades do género masculino.

Quanto ao tópico do qual nos ocupamos nesta dissertação, o artigo, dispomos apenas de uma pequena amostra<sup>5</sup>, extraída de Adriano (2014:433-435), que reporta a omissão do artigo definido depois do quantificador universal “todos” e antes de determinantes possessivos (cf. tabela 2).

Omissão do artigo definido com o quantificador universal “todos”	Omissão do artigo definido antes de determinantes possessivos
Todos Ø <sup>6</sup> angolanos terão emprego. Todos os angolanos terão emprego.	Devemos votar para eleger Ø nossos futuros líderes. Devemos votar para eleger os nossos líderes.

<sup>5</sup> Os dados de Adriano (2014) fazem parte de um *corpus* oral de produção espontânea, constituído pelo autor a partir de programas radiofónicos e televisivos da televisão pública de Angola (TPA), alguns deles extraídos do telejornal, principal serviço de notícias da TPA.

<sup>6</sup> Este símbolo é usado para representar categorias vazias. Usamo-lo para indicar a omissão de determinante artigo.

[...] Poderá resolver todos Ø problemas Poderá resolver todos os problemas.	Eu quero abrir Ø minha empresa [...]. Eu quero abrir a minha empresa.
Todas Ø vendedoras. Todas as vendedoras.	Vou ajudar Ø minha família. Vou ajudar a minha família

**Tabela 2- Omissão de artigos com o quantificador todos e com determinantes possessivos. Fonte: Adriano (2014: 433-435)**

Estes enunciados são analisados com base na norma europeia, segundo a qual o uso do artigo definido é obrigatório nestes contextos. Segundo Miguel e Raposo (2013:723), no PE, o quantificador “todo”, no plural, não pode preceder diretamente um nome sem o artigo definido. O mesmo se aplica à norma do Português do Brasil (PB), em que é obrigatório o emprego do artigo definido com “todos” nos contextos acima descritos, salvo se houver algum elemento com o qual o artigo não possa coocorrer (Bechara, 2009:192). Portanto, estes usos são considerados desviantes, por não serem consagrados pela norma padrão do PE, adotada em Angola.

Esta dissertação focaliza-se no uso de artigos com nomes comuns em contexto de 1ª e de 2ª menção. Não obstante a inexistência de dados que nos possibilitem fazer generalizações sobre o uso de artigos no PA, estes dados constituem um indicador. Conforme afirma Adriano (2014:433), é frequente a supressão de artigos nestes contextos no discurso de falantes com baixo nível de escolarização, mas também no de indivíduos cultos.

Gonçalves *et al.* (1998:62), num estudo sobre a omissão de artigos em Maputo, destacam que no conjunto dos “erros” relacionados com o uso dos artigos, num total de 65, sobressaem os casos de omissão (cerca de 80% do total deste tipo de “erro”), quer se trate do artigo definido quer se trate do indefinido. Ainda nesta perspetiva das línguas do grupo bantu, Atanásio (2002:110) ressalta a ausência do artigo no português moçambicano, através de amostras em que se veem desvios em relação ao PE na expressão dos NPs, designadamente por omissão ou redução de artigos (cf. 5).

(5) Puseram coroa na Praça com Governador Mualeia (*ibidem*, p.110).

Com base no exposto sobre o PA, podem prever-se as dificuldades pelas quais poderão passar os falantes de PA L2, kikongo L1, ao adquirem artigos em português L2 num

contexto plurilingue, em que o uso da língua, em muitos aspetos, diverge da norma adotada.

## CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA E VALORES SEMÂNTICOS E DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS DO ARTIGO

---

### 1. Teorias sobre a estrutura dos constituintes da frase

Este capítulo está estruturado em dois pontos. No primeiro, discutem-se resumidamente algumas teorias sobre os constituintes da frase, recorrendo-se, para o efeito, às teorias generativistas e descrevendo-se brevemente a estrutura da expressão nominal à luz da teoria X- barra. Assume-se que as expressões nominais são sintagmas determinantes (doravante DP), isto é, projeções do determinante (D). A Hipótese DP (Abney,1987) assume particular relevância no âmbito deste trabalho, por tratar aspetos da estrutura da categoria funcional D. No segundo ponto, abordam-se os conceitos semântico-discursivos de *especificidade* e *definitude*, articulando-se o conceito de *definitude* com os diferentes contextos de uso do artigo.

Este estudo assume o quadro teórico da Gramática Generativa. Apoiados pelos pressupostos teóricos da Gramática Generativa, os sintaticistas têm proposto diferentes teorias que dão conta da complexidade da estrutura frásica. De entre esses modelos teóricos, salienta-se a teoria designada por X-barra, proposta por Chomsky (1970).

#### 1.1.A teoria X-barra

Nos estudos anteriores à teoria X-barra, os elementos da frase eram representados ao mesmo nível, ou seja, não existia um nível intermédio entre o nível lexical e o sintagmático. A representação dos constituintes da frase implica a existência de uma organização estrutural e hierárquica dos elementos que a compõem. Deste modo, surgiu a teoria X-barra, que propõe precisamente a existência de um nível intermédio entre os níveis lexical e sintagmático. Segundo esta teoria, as categorias sintagmáticas NP, VP, AP, PP e AdvP têm como núcleo as categorias lexicais N, V, A, P e Adv. Ou seja, existe um nível de projeção intermédia – N', V', A', P' e Adv' – entre as categorias lexical e sintagmática (Raposo, 1992:159). Desde o seu surgimento, com Chomsky (1970), a teoria X-barra sofreu várias reformulações. A principal reformulação começou com Fukui e Speas (1986 *apud* Raposo,1992) e foi retomada por Abney (1987), e consistiu na projeção das categorias funcionais. Apesar de constituir o pilar para as teorias posteriores sobre a estrutura da frase, na sua formulação inicial, a teoria X-barra deixava

por responder algumas questões inerentes aos constituintes frásicos, como, por exemplo, a posição e o estatuto dos determinantes na estrutura do NP (Raposo, 1992). Essas questões mereceram a atenção de estudos subsequentes sobre as categorias funcionais, dos quais destacamos Abney (1987), que propôs a Hipótese DP.

## 1.2. A Hipótese DP

No seguimento da teoria X-barra, surgiu a Hipótese DP proposta por Abney (1987), segundo a qual as expressões nominais são projetadas a partir do determinante e não do nome, como postulava a versão da teoria X-barra de Chomsky (1970); por outras palavras, existe uma projeção máxima (o sintagma determinante ou DP) acima do NP. A estrutura do NP anterior à Hipótese DP é apresentada em (1a) e a estrutura posterior em (1b).



A Hipótese DP amplia assim a estrutura do NP, de modo a acomodar de forma mais adequada as categorias funcionais no domínio nominal, e soluciona uma série de questões concetuais e empíricas com que se confrontava a estrutura anterior do NP, por exemplo, a falta de projeção de D (já que, na estrutura do NP anterior à Hipótese DP, D era uma categoria nuclear sem projeção), entre outras questões (Abney 1987); Fukui e Speas 1986 *apud* Raposo, 1992). A estrutura (1b) tem mais posições de especificador e permite enquadrar melhor as categorias funcionais intermédias entre D e N, por exemplo. Deste modo, Abney (1987) permite que o NP seja reinterpretado como complemento do DP e este, por sua vez, constitui a projeção máxima da categoria D.

Analisando dados do húngaro, yup'ik e maia, Abney (1987:18) constata que nessas línguas a relação de concordância entre os elementos do DP é similar à dos elementos da oração, como ilustram os exemplos que se seguem, do húngaro:

- (2) a. az en kalap-om  
o eu-NOM chapéu-1SG  
"o meu chapéu"
- b. a Peter kalap-ja  
o Peter-NOM chapéu-3SG  
"o chapéu do Peter"

Estes exemplos revelam uma relação de concordância entre o possuído e o possuidor, semelhante àquela que o sujeito tem com o verbo, no domínio oracional, ou seja, o possuidor recebe caso nominativo, tal como o sujeito da oração. Abney (1987) apoia-se nesta relação para fundamentar a ideia de paralelismo entre as estruturas do DP e da oração. Uma relação idêntica foi encontrada entre as estruturas do DP e da oração em turco. No entanto, o turco difere do húngaro pelo tipo de caso. Em turco, o possuído atribui caso genitivo ao possuidor, em vez de nominativo (3) (cf. Abney 1987:21).

- (3) a. sen-in el-in  
teu-GEN mão-2SG  
"a tua mão"
- b. on-un el-i  
ele-GEN mão-3SG  
"a sua mão"

Assim, observa-se que, à semelhança de outras línguas, em turco, o DP também tem uma estrutura paralela à da frase. O possuído concorda com o possuidor, dando indicações de pessoa e número.

Embora o kikongo não possua determinantes artigos, exhibe as mesmas relações de concordância que se estabelecem entre os elementos do DP. É uma língua de prefixos: distingue os elementos prefixando o radical nominal, verbal ou adjetival, e assim



diferenciando-os em número (e talvez em pessoa)<sup>7</sup>. A par do húngaro e do turco, nota-se, na língua kikongo, uma relação de concordância entre o possuído e o seu possuidor idêntica à descrita por Abney (1987). Em kikongo, o DP possuído concorda com o possuidor. Segundo Quiala (2013:29), os prefixos<sup>8</sup> concordantes em kikongo podem ser equiparados ao genitivo e nominativo latinos. Subentende-se que esses prefixos são marcas de caso genitivo e nominativo. Os prefixos fornecem também informações relativas à classe de palavra, e de número (ver notas 8 e 9). Apresentam-se abaixo alguns exemplos:

- (4) a.   salu       ky-ame  
           trabalho- SG-meu  
           “o trabalho meu”
- b.   bi-salu   by-ame  
           trabalho PL-meu.  
           “os meus trabalhos”
- c.   Nkento   waku  
           mulher    teu-2SG

<sup>7</sup> A distinção de pessoa faz-se através de prefixos-sujeito e de pronomes infixos. Os prefixos-sujeito correspondem a «prefixos usados nas conjugações verbais» para indicar a pessoa gramatical em função sintática de sujeito, como se pode ver na partícula sublinhada que, combinada com o verbo, representa a segunda pessoa (“Ngeye wuta tuma mu nzo aku” tu estás a mandar na tua casa) (Ngeye- tu; wu-FLEX 2SG.ta-INF.-estar; tuma-INF-mandar, mu-PREP- nzo-NOM-casa, aku-2SG) (Quiala, 2013:80-84). No que concerne aos pronomes infixos, o autor observa o seguinte: “são pronomes que substituem os nomes de pessoa ou coisas que, intercalados ao pronome prefixo e o radical do verbo, indicam a pessoa gramatical (“Yezu wamvuluza” Jesus salvou-me) (Yezu-Nom-Jesus, m-FLEX-1SG, wavuluza-INF-salvar); (“Yezu waluvvuluza” Jesus salvou-vos), (Yezu-Nom-Jesus, lu-FLEX-2PL, wavuluza-INF-salvar)” (*ibidem*, p.80). Os prefixos-sujeito correspondem à flexão verbal de pessoa e número, e os pronomes infixos a pronomes (pessoais) de objeto.

<sup>8</sup> O kikongo faz a distinção entre singular e plural através de prefixos. A cada prefixo atribuem-se duas classes, sendo que as classes 1 a 15 correspondem às classes nominais e indicam o singular e plural (cf. Quiala, 2013:24), as classes 16 a 18 são locativas, e a 19 é a classe dos diminutivos. Além de indicarem a oposição singular/plural, os prefixos, na língua kikongo, fornecem indicações da classe a que pertence a palavra, sendo variáveis de acordo com a classe em que a mesma se insere. Como referido, cada prefixo pertence a uma determinada classe, mas importa salientar que a distribuição desses prefixos não obedece à ordem numérica das classes, ou seja, o prefixo da classe 1 não se combina necessariamente com o da classe 2, para formar o singular/plural, respetivamente. A classe 11, à qual pertence o prefixo SG *lu-*, forma o plural em *ma-*, prefixo da classe 6; por sua vez, o prefixo *lu-*, classe 10, pode igualmente combinar-se com o prefixo *tu-*, classe 13, como mostram os exemplos que se seguem: SG- lukaya (folha) PL- makaya (folhas) e SG-lumpangu (quintal) PL- tumpangu (quintais) (*ibidem*, p.26).

“a mulher tua”

d. Nketo wandi

mulher seu-3SG

“a sua mulher”

(Quiala, 2013 97)

Os prefixos ky- e by- indicam o singular e o plural, respetivamente; wa-, o singular. De acordo com a distinção de pessoa (ver nota 8), proposta por Quiala (2013:80-84), depreende-se que os possessivos desempenham as mesmas funções que os pronomes infixos de 1ª pessoa, em (4a e b), de 2ª e 3ª pessoa em (4c e d), respetivamente. Não há uma clara evidência de concordância de pessoa; limitamo-nos a fazer generalizações com base na lista<sup>9</sup> dos diferentes tipos de prefixos e pronomes apresentadas pelo autor. Diante do exposto, pensamos que a conclusão a que se chega com base em línguas como o húngaro ou o turco pode ser alargada a outras línguas que não exibem os mesmos fenómenos, por exemplo, concordância de pessoa.

Abney agrupou as línguas em dois tipos, A e B. Fazem parte do tipo A as línguas em que a concordância do NP é feita através de categorias funcionais (Infl ou D). No tipo B incluem-se as línguas cuja concordância se realiza por categorias lexicais (cf. Abney 1987:43). Com base nesta tipologia, podemos incluir o kikongo no tipo A, pelo facto de ter a flexão (número) também marcada por prefixos. Pode dizer-se que estes prefixos correspondem a categorias funcionais por permitirem a codificação dessa informação.

The function of the determiner is to specify the reference of a noun phrase. The noun provides a predicate, and the determiner picks out a particular member of that predicate's extension. The same function is performed in the verbal system by tense, or Inflection. The VP provides a predicate, that is, a class of events, and tense locates a particular event in time. (Abney, 1987:76).

Como se pode notar na discussão de Abney (1987), a referencialidade não é uma característica exclusiva de determinantes artigos; é extensiva a outros determinantes,

---

<sup>9</sup> Prefixos –sujeito: “i,n ou m-1SG, t-1PL; u-2SG, lu-2PL; u ou ka-3SG, ba-3PL”. Pronomes infixos: “n ou m-1SG, tu-1PL; ku- 2SG, lu- 2PL; ‘n ou ‘m-3SG, ba-3PL”. Pronomes pessoais: “mono-1SG, yeto-1PL; ngeye (ou nge)-2SG, yeno-2PL; yandi-3SG, yawu-3PL”.

possessivos e demonstrativos. Entende-se por *referencialidade* a capacidade de um DP representar uma entidade particular ou uma classe de entidades do mundo, que o interlocutor conheça ou identifique cognitivamente (cf. Miguel e Raposo, 2013:819). A referencialidade permite estabelecer uma relação entre a informação veiculada pelo DP e a entidade por ele referida.

O trabalho de Abney (1987) ganhou maior sustentabilidade com o surgimento de outros trabalhos (Longobardi, 1994, 2001; Otho, 2009, entre outros), que reforçam a ideia de que existe uma projeção máxima acima do núcleo do NP, ou seja, uma categoria DP, contribuindo, desta forma, para a compreensão da categoria DP em línguas com e sem determinantes artigos.

Longobardi (1994 *apud* Aguiar, 2013:48), ocupando-se igualmente de questões sobre o estudo das categorias funcionais, encontra provas de que o NP constitui um argumento do determinante e, portanto, um complemento deste. O autor trouxe um importante contributo para a compreensão da categoria DP em línguas sem artigos, ao atestar que os NPs em posição de argumento equivalem a DPs. Ou seja, ao mover-se para a posição mais à esquerda, a de D, N ganha capacidade de referenciação, um traço que lhe seria atribuído pela presença de D (Longobardi, 2001:595). Este movimento de N para D permite que o NP seja interpretado como um DP, quando o determinante está ausente.

A deslocação do nome da sua posição de base para a posição mais à esquerda é vista como uma estratégia para marcar referencialidade na ausência do determinante. No que diz respeito à posição dos nomes em kikongo, estes aparecem à esquerda de determinantes possessivos (ver exemplos 4a, b, c e d), isto é, precedem imediatamente os determinantes possessivos (cf. Quiala, 2013:98). Quanto aos demonstrativos<sup>10</sup>, estes podem ocorrer em posição pré ou pós-nominal (*ibidem*, p.105). Apesar de o autor fazer alusão à alternância de posição dos demonstrativos face ao nome, em todos os

---

<sup>10</sup> Tal como os nomes e os adjetivos, os determinantes demonstrativos também estão agrupados em pares de classes, uma para singular, outra para o plural. Para cada número, singular ou plural, há três prefixos para indicar o grau de distância (próximo, distante, mais distante) do interlocutor em relação ao objeto que refere. Assim, o demonstrativo *yayi* indica proximidade do interlocutor relativamente ao objeto, ao passo que *dyoyo* e *ndyona* indicam afastado e mais afastado, respetivamente (Quiala, 2013:103), razão pela qual há diferentes formas para um mesmo demonstrativo.

exemplos que apresenta (excetuando com o demonstrativo *aquela*), os determinantes demonstrativos sucedem o nome, ocorrendo à direita deste, como se vê abaixo:

- (5) a. Mbizi yayi  
carne SG-este  
“esta carne”
- b. Mwana dyoyo  
rapaz SG-este  
“este rapaz”
- c. Ndyona ‘Nkento  
SG-aquele mulher  
“aquela mulher”  
(*ibidem*, p.100)

A alternância entre a posição pré-nominal e a pós-nominal sugere que há um movimento do nome para a posição do determinante. Deduz-se, como foi sugerido acima, que o movimento de N para a posição de D constitua uma estratégia de marcação de referencialidade; consequentemente, é possível que a posição de D seja preenchida por uma categoria vazia quando este movimento não ocorre.

A discussão de Longobardi constitui um argumento a favor da universalidade da categoria DP e do traço de referencialidade associado à categoria D. Esta hipótese leva-nos a supor que todas as línguas tenham a categoria DP, quer os determinantes sejam realizados morfologicamente quer não. Com base nisso, questionamo-nos se esta análise é extensiva às línguas sem artigos ou a línguas em que o artigo não é morfologicamente realizado, concretamente a língua kikongo.

Diante do exposto, assume-se com Abney (1987), entre outros, que todas as línguas têm a categoria funcional D e que umas a realizam morfologicamente e outras não. A ideia de que em kikongo há a categoria DP fundamenta-se em tudo quanto foi dito: a ordem de palavras (com movimento do nome para a esquerda), a existência de outros determinantes em kikongo e a capacidade de referencialidade que as expressões

nominais apresentam em várias línguas, quer realizem determinantes artigos quer não, como demonstrado acima. A discussão acima apresentada fundamenta a proposta de uma categoria DP acima do NP e a expansão da estrutura dos constituintes nominais.

Na secção seguinte serão discutidos os valores semânticos e discursivo-pragmáticos de definitude e especificidade associados às expressões nominais.

## **2. Valores semânticos e discursivo-pragmáticos do artigo**

### **2.1. Especificidade**

Ionin (2003) propõe que as línguas que têm um sistema de artigos gramaticalizam definitude ou especificidade (ver Parâmetro de Escolha do Artigo proposto por Ionin, 2003). Em português, os artigos gramaticalizam definitude, mas estão também associados ao valor de especificidade.

A especificidade remete-nos para a existência de uma entidade particular denotada pelo DP. Ao atribuir a um DP o traço [+ específico], o falante tem em mente uma entidade particular que satisfaz as propriedades denotadas pelo DP (Matilde e Raposo, 2013:820; Leonetti, 1999:858). A noção de especificidade proposta acima não reflete a perspetiva do ouvinte, somente a do falante. Neste sentido, um DP é específico mesmo que o interlocutor não seja capaz de identificar a entidade referida pelo falante. De acordo com Leonetti (1999), a especificidade pode ser vista sob três ângulos diferentes: pragmático, lógico e discursivo.

Do ponto de vista pragmático, um DP é específico quando o falante tem um elemento particular em mente ao qual atribui as características denotadas pelo DP, mesmo que este elemento não seja do conhecimento do interlocutor. Esta conceção de especificidade exclui o interlocutor; o referente é introduzido unicamente sob a ótica do falante. O autor refere que essa conceção de especificidade se adapta facilmente ao artigo indefinido. Ao proferir a frase em (6), o falante tem um vestido particular em mente, mas não está à espera que o ouvinte o identifique.

(6) Procuro um vestido que vi no vosso catálogo.

Sob a perspetiva da lógica, a especificidade tem uma característica mais semântica. Segundo essa perspetiva, um NP é específico quando a sua referência permite inferir a

existência de uma entidade particular. Vejamos o exemplo abaixo, extraído de Leonetti (1999:859).

(7) Han robado un cuadro de la galería.

“Roubaram um quadro da galeria.”

Esta frase é ambígua sob o ponto de vista pragmático por permitir duas interpretações: específica e não específica. A expressão “un cuadro de la galería” pode referir-se a um quadro que o falante pode identificar (leitura específica) ou a um quadro que o falante não pode identificar (leitura não específica), mas não é ambígua no âmbito da lógica, porque não há nenhum antecedente que anule a pressuposição de existência do referente (cf. Leonetti 1999:859). Pressupõe-se que haja um quadro e que tenha sido roubado, independentemente de este poder ser identificado ou não; portanto, “Han robado un cuadro de la galería” só deixa de ser específico se a proposição “há quadros na galeria” não for verdadeira. Deste modo, o fator existencialidade sobrepõe-se ao de identificabilidade.

A última noção de especificidade remete para fatores linguísticos e extralinguísticos: considera-se específico um conjunto, ou parte deste, se for conhecido e previamente delimitado pelo contexto. Esta noção de especificidade remete para o valor partitivo do artigo e tem uma estreita relação com a noção de familiaridade (Leonetti, 1999:859). Porém, a especificidade, neste contexto, difere da definitude por se referir a uma entidade que é apenas do conhecimento do falante e não do seu interlocutor. A asserção abaixo é específica se  $A \in B$ , isto é, se “un atracador” for parte de um conjunto maior “los atracadores”.

(8) Un atracador fue detenido, el otro consiguió huir. (*ibidem*)

“Um assaltante foi preso, o outro conseguiu escapar.”

Apesar de haver pontos ligeiramente divergentes entre as concepções pragmática, lógica e discursiva de especificidade, todas elas estão sob o escopo do conhecimento, ou seja, remetem para uma entidade conhecida, porque o falante a tem em mente, por se poder inferir a sua existência ou porque o contexto a torna conhecida.

Não nos alongaremos mais na discussão sobre a especificidade, por não constituir o foco deste trabalho; focalizar-nos-emos no conceito de definitude, que discutimos de seguida.

## **2.2. Definitude e contexto de uso**

O emprego de DPs definidos ou indefinidos está sujeito a distintas condições pragmático-discursivas. Em contextos referenciais, a introdução de uma entidade na frase (escrita ou oral) está associada ao artigo indefinido (*um, uma*) e a sua reintrodução é feita através do artigo definido (*o, a*). No entanto, o uso do artigo definido é determinado por outras condições mais complexas.

### **2.2.1. Usos anafóricos**

O uso anafórico de DPs definidos remete o interlocutor para uma expressão nominal saliente no discurso, com a qual o DP anafórico estabelece uma relação de correferência. A expressão nominal retomada pelo DP anafórico é designada “antecedente” (cf. 9) (Miguel e Raposo, 2013).

- (9) A Bryce llegó a Santander. El conocido escritor participará en un curso de la Universidad en los próximos días (cf. Leonetti, 1999:796).

“Brice chegou ontem a Santander. O conhecido escritor participará em um curso na universidade nos próximos dias.”

O uso anafórico do DP definido pode dar-se em três situações distintas: a primeira, em que o DP é idêntico ao seu antecedente –denominada anáfora fiel (10); a segunda, em que o DP anafórico é diferente do antecedente, sendo designada de anáfora infiel ((11) e (9)); e a terceira, anáfora associativa, em que a relação entre um termo e outro se estabelece por associação, através de ligações concetuais (12) (Miguel e Raposo, 2013:831; Leonetti, 1996:196). Veja-se em (10), (11) e (12) os exemplos que ilustram os diferentes tipos de anáfora mencionados, extraídos de Miguel e Raposo (2013:831).

- (10) Era uma vez uma princesa que vivia num palácio maravilhoso. A princesa, no entanto, era extremamente infeliz.

- (11) Julião Sarmiento expõe atualmente na galeria Y. O pintor falou da sua

obra mais recente ao nosso jornal.

- (12) Ontem vi uma peça de teatro excelente. O encenador e os atores souberam tirar partido do texto, que nem sequer era muito bom (*ibidem*, p. 831).

No enunciado (10), o DP “uma princesa” é retomado por um DP definido com o mesmo nome, tratando-se, por isso, de uma anáfora fiel. Em (9) e (11), o referente é reintroduzido por um DP definido diferente do seu antecedente, mas adequado ao contexto discursivo. Em (12), os DPs “o encenador”, “os atores” e “o texto” ligam-se ao seu antecedente por uma relação concetual, estabelecendo com este uma relação meronímica, em que um conceito mais amplo (holónimo) introduz outro mais restrito (merónimo). O referente “o encenador” está implicado no conceito de “uma peça de teatro”. Em relação à anáfora infiel, exemplificada em (9) e (11), o antecedente do DP anafórico pode ser uma frase, como ilustrado em (13), em que o DP sublinhado “o abalo” retoma a frase em itálico:

- (13) *A terra tremeu nos Açores.* O abalo durou quinze segundos (*ibidem*, p.31).

Em contextos anafóricos, o antecedente do DP definido é introduzido por um DP indefinido. Neste caso, o DP definido não veicula informação nova, diferentemente do que sucede em contextos de uso situacional.

### 2.2.2. Uso situacional (ou deítico)

Em uso deítico, como em (14), o DP definido pode introduzir uma informação nova. Neste contexto, a identificação da entidade denotada pelo DP depende da situação espaço-temporal em que se encontram os interlocutores. O uso situacional ou deítico do artigo está circunscrito a duas circunstâncias, uma em que a identificação do referente é apenas cognitiva, não estando ao alcance visual dos interlocutores, como em (14a), e outra em que a sua identificação é imediata, como em (14b) (Miguel e Raposo, 2013:828).

- (14) a. A universidade fica muito longe daqui, temos que apanhar um táxi.  
b. Passe-me o lápis, por favor (*ibidem*, p. 828).

Nesta segunda situação, a identificação do referente depende do contexto em que o falante se encontra e de este estar ao alcance percetual do ouvinte, tornando o seu



reconhecimento imediato. O cumprimento do pedido em (14b) será possível se o lápis estiver ao alcance visual da pessoa a quem se dirige o pedido. Este uso do artigo satisfaz simultaneamente as condições de unicidade e de identificabilidade, discutidas mais adiante, mas não a de familiaridade, pois o ouvinte poderá não ter visto de antemão o lápis, o que não o impede de o identificar, tendo em conta o contexto em que se encontram.

Os diferentes contextos de uso de determinantes artigos, acima expostos, refletem os critérios de definitude e possibilitam-nos saber se uma entidade é única no enunciado e se é ou não identificável por todos os intervenientes no ato de enunciação.

### **2.3. Conceito de definitude**

O uso de artigos definidos ou indefinidos está sujeito a condições pragmático-discursivas, dependendo do tipo de menção do referente – primeira ou segunda menção. O uso do indefinido sinaliza a falta de conhecimento do ouvinte acerca da entidade denotada pelo DP. Por seu lado, o uso do definido está associado a conhecimento partilhado pelos interlocutores – porque o referente já foi introduzido no discurso anterior, no caso do definido de 2ª menção, ou porque faz parte do conhecimento que ambos têm sobre o mundo, para o definido de 1ª menção.

Definitude é um conceito semântico-discursivo que nos possibilita distinguir se um referente é único ou não. No âmbito da presente dissertação, serão adotadas as noções de “definitude” propostas por Lyons (1999), Leonetti (1999) e Miguel e Raposo (2013). Estes autores propõem um conceito de definitude que engloba alguns subconceitos, a que chamamos critérios de definitude, para a identificação desse valor.

Lyons (1999), Leonetti (1999) e Miguel e Raposo (2013) apresentam os seguintes critérios para a identificação de definitude: *familiaridade*, *identificabilidade*, *unicidade* e *inclusividade*. A articulação do conceito de definitude com esses subconceitos permite dar conta, de modo mais apropriado, dos diferentes usos do artigo e estabelecer uma clara distinção entre as noções de definitude e indefinitude.

#### **2.3.1. Familiaridade**

Lyons (1999:2) começa por introduzir, na sua abordagem sobre definitude, o conceito de “familiaridade”, chamando a atenção para a diferença entre (15a e 15b). Segundo o

autor, considera-se um DP familiar quando a referência é feita sob a ótica do falante e sob a do ouvinte, isto é, quando a entidade referida pelo DP é do conhecimento de ambos.

(15) a. I bought a car this morning.

“Eu comprei um carro esta manhã.”

b. I bought the car this morning.

“Eu comprei o carro esta manhã.”

O autor observa que, para as gramáticas tradicionais, estaria em causa o facto de ser um carro particular ou um carro qualquer. Nesse sentido, o conceito de definitude confunde-se com o de especificidade. Para Lyons (1999) esse critério é impreciso, porque a entidade aludida pelo DP em (15a) não é conhecida pelo ouvinte. Ao proferir ambas as frases, (15a e 15b), o falante não se refere a qualquer carro, ou seja, tem em mente um carro particular; porém, em (15a) esse carro é apenas do seu conhecimento e, portanto, é usado um DP indefinido. Pelo contrário, ao dizer uma frase como em (15b), o falante indica que o objeto denotado pelo DP definido ‘the car’ é tanto do seu conhecimento como do ouvinte. Em alguns casos, outros pressupostos tornam o referente familiar, mesmo que não tenha sido anteriormente mencionado (cf. 16).

(16) **The president of Ghana** is visiting tomorrow. (cf. Lyons, 1999:3)

“O presidente do Gana visita-nos amanhã.”

Depreende-se da descrição de Lyons (1999) que a familiaridade pode derivar de dois fatores: a) um referente é familiar por ter sido previamente introduzido no discurso; ou b) um referente pode ser familiar porque a sua menção remete o ouvinte para todas as coisas com as quais a entidade denotada se relaciona, criando-se um campo concetual, e, neste caso, o artigo tem um valor associativo. Nesta ótica, este critério semântico-discursivo relaciona-se com o uso anafórico do artigo, em que um referente é previamente mencionado e é, conseqüentemente, familiar. Verifica-se que há circunstâncias em que uma entidade não se torna familiar se não for previamente introduzida. A impossibilidade de um DP definido poder ser familiar em todos os contextos levou à inclusão de um outro critério de definitude, o de identificabilidade.

### 2.3.2. Identificabilidade

Nos termos de Leonetti (1999:795), identificação (“identificabilidade” para Lyons) consiste em aceder a uma representação adequada para o referente do DP. O acesso à entidade denotada pelo DP pode ser imediato, numa situação idêntica à descrita em (17), em que o objeto pode ser percecionado visualmente, ou por inferência, como em (18).

(17) Pass me the hammer, will you? (cf. Lyons, ex.,14 p. 6).

“Podes passar-me o martelo?”

(18) La novia de Ernesto (Leonetti, p.795).

“A noiva de Ernesto.”

O enunciado em (17) reporta-nos a uma situação em que uma pessoa está a pendurar um quadro na parede e pede a uma outra pessoa que lhe passe um martelo. O DP é definido e, portanto, o referente é familiar para o falante, mas não para o ouvinte, porque não tinha sido previamente mencionado e o ouvinte não o tinha ainda visto, mas teve que delimitar o espaço de busca e encontrar um referente que satisfizesse os atributos descritos pelo DP. O contexto extralinguístico tem, assim, um papel importante na identificação do referente do DP. A este respeito, Lyons (1999) afirma que o uso do artigo definido indica que o referente é acessível e, portanto, identificável. Sob este ponto de vista, a identificabilidade é vista como uma indicação da possibilidade de identificação do referente, não significando, de facto, que o interlocutor consiga identificá-lo. O autor adverte que a noção de identificabilidade tem algumas limitações, sendo incompatível com o uso de artigos em contextos associativos, como exemplificado em (19).

(19) I’ve just been to a wedding. **The bride** wore blue (*ibidem*, p.7).

Por associação ao casamento, o ouvinte infere que o referente do DP definido “a noiva” reenvia para o casamento mencionado pelo falante, mas não está apto a identificá-lo, não fazendo ideia de quem seja a noiva. De acordo com Lyons (1999), essa limitação fez com que fossem preferíveis as noções de “unicidade” e de “inclusividade” à de “identificabilidade.”

### **2.3.3. Unicidade**

Segundo Leonetti (1999), definitude é uma propriedade que permite identificar de forma inequívoca o referente do DP em situações de comunicação. O autor atribui a esse traço semântico-discursivo a designação de “requisito de unicidade” e acrescenta que a unicidade prevê a existência de uma entidade única que tenha as características descritas pelo DP. A aceção de unicidade é restrita ao contexto discursivo, isto é, não significa que no mundo não existam outras entidades com as mesmas características denotadas pelo DP, mas sim que essa entidade é a única que está saliente no discurso, em um determinado momento. Tomemos como exemplo a seguinte frase:

(20) Traz-me o livro de capa azul. (cf. Miguel e Raposo 2013:824)

Em (20), o locutor alude a todas as entidades presentes no contexto que satisfaçam a propriedade “ser livro de capa azul” e que o interlocutor possa identificar. Aqui o contexto reveste-se de particular importância para a identificação do referente. A unicidade, neste caso, não tem um valor absoluto, mas sim relativo, e está circunscrita a um espaço de busca (Miguel e Raposo, 2013). Imaginemos, por um lado, um contexto em que há muitos livros e apenas um de capa azul e, por outro, uma situação em que há muitos livros de capa azul. No primeiro caso, a unicidade aplicar-se-ia à propriedade “ser livro de capa azul”, mas não à propriedade “ser livro”, por haver, no mesmo espaço, muitos livros; no segundo caso, não se aplicaria esta propriedade a nenhum deles, por não haver um único livro de capa azul. A este respeito, Lyons (1999:8) assegura que há casos em que a unicidade do artigo definido tem um valor absoluto, por exemplo, quando o referente do DP é uma entidade única no mundo, como “the sun” e “the universe”. A inadequação de “um sol” e “um universo” legitima o uso do artigo definido. Contudo, a aceção de unicidade parece ser restrita a nomes no singular, causando alguma estranheza quando aplicada a DPs no plural, por se tratar de vários elementos e não apenas de um. Para expandir o critério de unicidade a DPs no plural, propôs-se o critério de inclusividade.

### **2.3.4. Inclusividade**

De acordo com Miguel e Raposo (2013:825), a condição de inclusividade (“maximidade” para Leonetti, 1999) atribui-se à totalidade de elementos com as características

denotadas pelo DP numa determinada situação, e não apenas a um deles; neste sentido, o DP tem uma interpretação semelhante à do quantificador universal, ou seja, aplica-se a todos os elementos de um conjunto, presentes num contexto, cujas propriedades se enquadrem na descrição atribuída pelo DP, como exemplificado em (21).

(21) Traz-me os livros de capa azul (*ibidem*, p.25).

A condição de inclusividade ou maximidade passa a ser, de acordo com esta descrição, uma extensão da condição de unicidade. A articulação da unicidade com a inclusividade torna o critério de unicidade mais amplo e indica que ele pode ser aplicado a duas situações distintas: uma em que a entidade mencionada pelo DP corresponde a um único elemento, e outra em que corresponde a vários elementos.

A abordagem deste capítulo incidiu sobre a estrutura das expressões nominais de acordo com a perspectiva de Abney (1987) e sobre os valores semânticos do artigo. Como se viu na discussão acima, todas as línguas podem marcar referencialidade, quer tenham determinantes artigos quer não. As línguas que não têm artigos recorrem, para o efeito, a diferentes estratégias, como inversão da ordem de palavras, subida do nome para a posição do determinante ou a utilização de outros determinantes. Portanto, a referencialidade é um traço universal, presente em todas as línguas e que pode ser marcado por artigos ou por outros determinantes (demonstrativos e possessivos, por exemplo) ou ainda por outros mecanismos como os referidos. Estes argumentos constituem um suporte para a ideia central aqui discutida de que todas as línguas possuem a categoria DP.

A respeito dos valores semânticos e discursivo-pragmáticos do artigo, as propostas de Leonetti (1999), Lyons (1999) e Miguel e Raposo (2013) convergem em muitos aspetos; estes autores definem basicamente os mesmos critérios para a identificação do valor semântico de definitude. Fica implícito, em Leonetti, que a condição de unicidade é a mais relevante para a atribuição do traço de definitude. Não há, neste autor, uma clara separação dos critérios de unicidade e de identificabilidade, por exemplo. A identificabilidade é vista, aqui, como uma extensão do critério de unicidade, nas condições em que este critério não é satisfeito. Subentende-se, dos argumentos propostos pelos autores, que os critérios de definitude não contemplam, na mesma proporção, todos os distintos usos do DP definido, sendo mais plausível o critério de

unicidade em alguns contextos (por exemplo, quando a entidade denotada tem um único membro), do que em outras situações, quando tem mais do que um membro, sendo preferível, neste caso, o critério de inclusividade. Em síntese, a noção de familiaridade não abarca todas as situações discursivas.

No próximo capítulo dedicar-nos-emos à discussão de algumas hipóteses teóricas sobre a aquisição da linguagem e sobre a aquisição de artigos em L1 e L2.

## CAPÍTULO 3: HIPÓTESES TEÓRICAS SOBRE A AQUISIÇÃO DE L2

---

Este capítulo é dedicado a diferentes hipóteses teóricas sobre a aquisição da linguagem e está organizado em duas partes. Na primeira parte, a nossa atenção é direcionada às perspectivas behaviorista (ou comportamentalista), inatista e às diversas hipóteses teóricas de acesso à GU. Na segunda, fala-se sobre a aquisição de artigos em L1 e L2.

### 1. Apresentação dos modelos teóricos

Os mecanismos subjacentes à aquisição e desenvolvimento da linguagem constituem pontos de debate entre diferentes correntes teóricas, das quais destacamos os modelos comportamentalista (Skinner, 1957) e inatista (Chomsky, 1986).

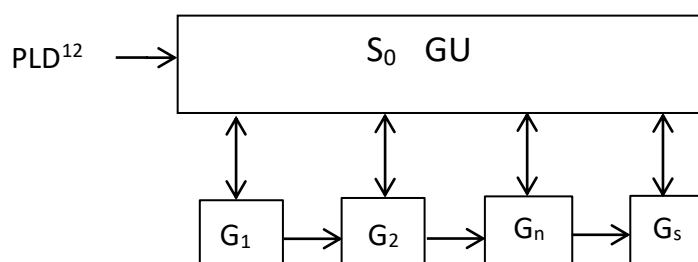
De acordo com o primeiro, a aquisição da linguagem é um processo mecânico, baseado em estímulo/resposta, em que a criança, através da imitação de hábitos linguísticos, aprende somente o que ouve. Este modelo privilegia o meio ambiente como fonte de estímulos para a aquisição da linguagem e rejeita a existência de mecanismos internos.

Chomsky (1959)<sup>11</sup> contesta esta visão com a sua recensão crítica ao texto de Skinner, *Verbal Behaviour*. Para Chomsky, o *input* é insuficiente para dar conta da complexidade do processo de aquisição; as crianças demonstram criatividade no uso da língua, produzindo frases e expressões que não ocorrem no *input*; portanto, a aquisição não se resume à imitação de hábitos linguísticos, ao contrário do que defende a teoria comportamentalista. O argumento da *pobreza de estímulo*, baseado nas discrepâncias entre os dados linguísticos primários, que servem de *input*, e a gramática final sugere a existência de um mecanismo biológico para a aquisição da linguagem, a que se convencionou chamar Gramática Universal (doravante GU), e trouxe uma nova concepção de aquisição, fundamentada em princípios inatos, segundo os quais a criança nasce com uma capacidade genética para a aquisição da linguagem, bastando que esteja exposta a estímulos linguísticos para a ativação da GU. Com efeito, ao longo deste processo o aprendente vai construindo várias gramáticas (cf. figura 1, reproduzida de

---

<sup>11</sup>CF. <http://www.comp.dit.ie/dgordon/courses/ilt/areviewofbfskinnersverbalbehavior1959.pdf> (consultado em 24.02.2016).

White, 2003:3) até chegar ao estágio final, tendo como ponto de partida a GU=  $S_0$  e como ponto final a gramática de um adulto  $S_s$  (Raposo, 1992:46).



Modelo de aquisição de L1 (White, 2003:3).

Nessa ótica, a aquisição é regida por mecanismos endógenos (GU) e exógenos (*input*). Decorrem dessa interação duas concepções distintas, a aquisição e a aprendizagem. A esse respeito, Madeira observa que:

o termo aprendizagem se refere a um processo consciente de construção de conhecimento da gramática da L2 (. . .). A aquisição, por seu turno, é definida como um processo passivo e não-consciente, que resulta na criação de um sistema de conhecimento implícito da gramática da L2 (. . .). (Madeira, 2008:191).

De acordo com a teoria inatista, tanto a aquisição de L1 como a de L2 são influenciadas pela GU e pelo *input*.

### 1.1. Input

Como vimos na secção 1, para os behavioristas os mecanismos mentais do aprendente não desempenham qualquer papel na construção do conhecimento linguístico, isto é, tudo é aprendido; atribuem, desse modo, um papel central ao *input*. Esta posição é paralela às hipóteses que defendem inacessibilidade à GU.

<sup>12</sup> “Primary linguistic data” (White 2003:2): dados linguísticos primários – é o *input* linguístico a que a criança está exposta naturalmente na comunidade.



Segundo White (2003:2), “[t]he primary linguistic data (input) are critical in helping the child to determine the precise form that the grammar must take. As the child takes account of the input, a language-specific lexicon is built up, and parameters of UG are set to values appropriate for the language in question”. O *input* contém indicações que permitem ao falante optar pelo parâmetro certo para a língua alvo. No entanto, segundo Gonçalves (2005:49), o *input* pode ser decifrado de diferentes formas, consoante o estatuto da língua, L1 ou L2. No segundo caso, refere a autora, o *input* pode ter uma interpretação ambígua, por ser analisado com base nas características da L1 dos falantes, levando a divergências com a gramática da língua alvo. Geralmente, tem-se menos exposição à L2 do que as crianças têm à L1; por outro lado, há o efeito de período crítico, que condiciona igualmente a aquisição de L2: as crianças decifram o *input* com maior facilidade do que os adultos. Com efeito, consideramos que o *input* ao qual os participantes no nosso estudo, falantes de PA L2 e de kikongo L1, estão expostos não revela evidências suficientes das propriedades semânticas e das condições discursivo-pragmáticas do uso de artigos em português L2 que permitam fazer generalizações. De acordo com Gonçalves (2005:51), quando os dados linguísticos possibilitam várias descrições podem ser ambíguos. Em relação ao artigo, por ser morfologicamente realizado umas vezes e outras não, e por lhe estarem associadas diferentes propriedades, pode levar à fixação de mais de um valor paramétrico, ou seja, o falante de L2 pode interpretar o português, algumas vezes, como uma língua de artigos, outras vezes, como uma língua que não tem artigos. Com efeito, o caráter ambíguo do *input* pode acarretar, entre outras coisas, a integração de características da L2 na L1 ou a perda de traços da L2 (*ibidem*, p.67).

## **1.2. O papel da L1 na aquisição/aprendizagem de L2**

Um estudo sobre a aquisição de L2 deve ter em conta a L1 dos falantes, a existência de um sistema linguístico prévio e as suas implicações na aquisição de uma L2 (Cook, 2000)<sup>13</sup>. Ressaltando o seu papel na aquisição de L2, pretende-se perceber em que medida a L1 influencia a aquisição de uma L2.

---

<sup>13</sup> Cf. <http://homepage.ntlworld.com/vivian.c/Writings/Papers/Transfer2000.htm>. “Is Transfer the Right Word?” (consultado em 20 de janeiro de 2016).

A propósito da influência da L1 na L2, Sorace (2005:70) diz que há maior probabilidade de a L1 influenciar a aquisição da L2 quando o seu sistema é mais económico, ou seja, quando não tem algumas opções que estão disponíveis na L2. Partilhando esta ideia, espera-se que haja influência do kikongo na aquisição de artigos em português L2 pelo facto de o kikongo não ter artigos, sendo por isso considerado o sistema mais económico. No entanto, a influência entre línguas pode desencadear interferência.

O estudo da interferência (ver 1, no capítulo I, para a definição de *interferência*), enquanto fenómeno resultante do contacto entre línguas, remonta aos anos 50 e tem sido analisado por diferentes investigadores. Neste ponto, serão discutidos os conceitos de transferência e interferência à luz das perspectivas behaviorista, inatista e da Análise Contrastiva.

No que diz respeito ao papel da L1 na aquisição de L2, os behavioristas consideram que a existência de hábitos linguísticos prévios pode constituir um obstáculo à aquisição de novos hábitos. Esses conhecimentos impedem, em alguns casos, a formação de hábitos convergentes com o padrão da língua alvo. Acreditam ainda que a aquisição de uma L2 implica a perda da L1. Com efeito, se a L1 e a L2 forem idênticas, ocorre transferência positiva; se tiverem padrões distintos, ocorrem erros e, portanto, transferência negativa ou interferência (Ellis, 1994:300). De igual modo, a Análise Contrastiva, Lado (1957 *apud* Ellis, 1994:306), prevê maiores dificuldades na aquisição/aprendizagem de L2 quando esta difere da L1 do aprendente e maior facilidade quando a L2 é similar à L1.

A transferência em L2 manifesta-se pela presença de propriedades da L1 na L2. No caso da aquisição de artigos por falantes nativos de kikongo, por não haver em kikongo propriedades compatíveis que possam ser transferidas, prediz-se que, de acordo com a Análise Contrastiva, os falantes de kikongo L1 recorram à omissão por analogia à sua L1 e, neste caso, não terão determinantes.

O modelo inatista também prevê influência da L1 sobre a L2. De acordo com os proponentes da Hipótese de Acesso Pleno, Transferência Plena (Schwartz e Sprouse, 1994,1996 *apud* White, 2003:61), que se inserem no modelo inatista, a L1 corresponde ao estágio inicial da L2 e todas as propriedades da L1 são transferidas para a L2. Neste sentido, a L1 interfere na aquisição da L2.

A par da interferência da L1, há outros fatores que são igualmente relevantes para a aquisição de L2, nomeadamente o fator 'desenvolvimento', que explica algumas semelhanças entre a aquisição de L1 e de L2. Isso remete-nos para os modelos teóricos que assumem acesso à GU na aquisição de L2.

## **2. Hipóteses de acesso à GU na aquisição de L2**

A discussão sobre o acesso à GU é problemática, na medida em que coloca os investigadores em lados opostos: num extremo situam-se os que defendem inacessibilidade à GU (e.g. Bley-Vroman, 1989; Epstein *et al.*, 1994) e, no outro, os que assumem acesso indireto (e.g. Schachter, 1996) e total à GU na aquisição de L2 (Flynn, 1996).

Para os que defendem inacessibilidade à GU (e.g. Bley-Vroman, 1989; Epstein *et al.*, 1994), a aquisição de L2 não depende da faculdade da linguagem, mas sim de estratégias gerais de aquisição, como a analogia. Neste contexto, Bley-Vroman afirma que a aquisição de L1 e de L2 consistem essencialmente em dois processos distintos (*apud* Flynn 1996:130-131). Esta posição não é consensual; os autores que se seguem adotam um posicionamento diferente deste.

De acordo com a segunda opção (e.g., Schachter, 1996:163), não há acesso direto à GU na aquisição de L2. Todo o acesso é mediado pela L1, no entanto, adquirem-se apenas as propriedades realizadas na L1. Presume-se que o sucesso em aquisição de L2 dependa parcialmente das semelhanças entre a L1 e a L2. Esta posição relaciona-se com as hipóteses que preveem influência da L1 na aquisição de L2. Estes autores atribuem um papel a mecanismos gerais, que podem contribuir para o sucesso ou insucesso da aquisição.

Para a posição de acesso total (e.g., Flynn, 1996:129), a aquisição de uma L2 assenta nos mesmos princípios que a aquisição de uma L1. Ao ter acesso pleno à GU, os falantes não nativos adquirem todas as propriedades da língua alvo, incluindo as que não estão representadas na gramática da sua L1. Esta posição é igualmente partilhada pela Hipótese de Flutuação (Ionin, 2003).

## **2.1. Hipótese de flutuação**

A Hipótese de Flutuação (Fluctuation Hypothesis), proposta por Ionin (2003:23), assume que a aquisição de L2 conta com acesso total à GU e defende que os falantes de línguas sem artigos, ao adquirirem uma L2 com artigos, oscilam inicialmente entre definitude e especificidade até determinarem o valor para a língua alvo. Baseando-se nos valores semânticos e discursivos do artigo, Ionin propõe um Parâmetro de Escolha do Artigo e prevê que as línguas com artigos codificam um dos dois valores previstos, definitude ou especificidade (p.32). Assim, as línguas que gramaticalizam definitude têm um artigo [+ definido] e um [- definido], e as que codificam especificidade têm um artigo [+ específico] e outro [- específico]. Consequentemente, um falante nativo de uma língua sem artigo, que aprende uma L2 com artigos, terá que adquirir o Parâmetro de Escolha do Artigo e descobrir qual dos valores a língua alvo seleciona.

Ao contrário da Hipótese de Flutuação, há outras hipóteses que preveem acesso parcial à GU na aquisição de L2.

## **2.2. Hipótese do déficit representacional**

Ao juntarem-se à discussão sobre o acesso à GU na aquisição de L2, Hawkins e Chan (1997) formularam uma hipótese segundo a qual o acesso à GU é limitado. A Hipótese do Déficit Representacional prevê que apenas uma parte da GU se mantém disponível na aquisição de L2, impossibilitando que falantes não nativos adquiram propriedades funcionais de itens morfológicos ausentes na sua L1. Segundo Hawkins e Chan (1997:199), quando a L1 e a L2 diferem, os falantes de L2 não conseguem aceder às propriedades sintáticas, semânticas e discursivas da nova forma morfológica adquirida. A L1 assume aqui um papel relevante na aquisição das categorias funcionais. Relativamente à aquisição de artigos em português L2 por falantes de língua sem artigos, supomos que os falantes não nativos terão dificuldades em codificar os valores semânticos e discursivos do artigo, por se tratar de uma categoria ausente da sua L1.

Desta forma, é consensual para ambas as hipóteses o acesso à GU na aquisição de L2, apesar de diferirem no tipo de acesso: enquanto a Hipótese do Déficit Representacional prevê acesso parcial, a Hipótese de Flutuação assume acesso total.

Paralelamente a essas hipóteses, há a Hipótese de Interface, que não faz qualquer predição sobre o acesso à GU na aquisição de L2, mas que assume particular importância neste estudo, visto que se pretende estudar propriedades de interface entre morfologia, semântica e discurso de formas morfológicas não realizadas na L1 dos falantes.

### **2.3. Hipótese de interface**

Estudos sobre aquisição de L2 revelam que há mais dificuldade na aquisição de propriedades que combinam um domínio da gramática e outro, do que na aquisição das que envolvem um único domínio da gramática (e.g. Sorace, 2005; Sorace e Filiace, 2006; Madeira *et al.*, 2010). De acordo com esta hipótese, propriedades sintático-semânticas serão mais difíceis de adquirir do que, por exemplo, características sintáticas. Sorace (2005:69) afirma: “[f]eatures that belong to the interface between syntax and other domains, such as the lexicon, discourse, or pragmatics, may never be completely acquired by L2 learners (...)”. As propriedades de interface não são totalmente adquiridas por falantes não nativos. Todavia, a Hipótese de Interface (e.g. Sorace, 2005; Sorace e Filiaci, 2006) prevê que os falantes de L2 têm conhecimento sintático sobre a estrutura adquirida, mas têm dificuldades em relacionar o conhecimento sintático com o conhecimento das condições discursivo-pragmáticas. Essas dificuldades revelarão opcionalidade nas escolhas disponibilizadas pela gramática da L2 mesmo em estágio avançado de aquisição. Para Sorace (2005) e Sorace e Filiaci (2006), os falantes quase nativos de italiano, e falantes nativos de inglês, têm um comportamento desviante no uso de sujeitos pronominais nulos e lexicais. Sorace (2005:61) observa que os falantes quase nativos de italiano usam sujeitos foneticamente realizados em contextos em que se esperaria um sujeito nulo, revelando desconhecimento das condições de uso de sujeitos nulos e lexicais. De igual modo, no seu estudo sobre a interpretação de sujeitos nulos e lexicais em contextos anafóricos e catafóricos, Sorace e Filiaci (2006) reportam um comportamento opcional. A opcionalidade manifesta-se sobretudo nos resultados relativos aos sujeitos pronominais realizados e sobretudo em contexto de catáfora, em que os falantes não nativos permitem duas ou mais interpretações para os sujeitos, interpretando-os como correferentes ao sujeito da oração principal, em contraste com os falantes nativos, que os interpretam como remetendo para um antecedente extralinguístico (p.355).

### 2.3.1. Opcionalidade em aquisição de L2

Note-se que as propriedades que envolvem interfaces são igualmente problemáticas em aquisição de L1 (Sorace, 2005:57). Esta observação dá-nos uma percepção mais holística do processo de aquisição da linguagem e possibilita-nos estabelecer semelhanças entre o desenvolvimento da L1 e da L2. Nesta perspectiva, Sorace refere que a aquisição de propriedades de interface em L2 é regulada por princípios universais (*ibidem*). Porém, importa frisar que, apesar de a aquisição de propriedades de interface ser controlada, em ambos os processos (aquisição de L1 e de L2), por princípios universais, esses traços poderão não ser cabalmente adquiridos em L2, impossibilitando que falantes não nativos atinjam o mesmo nível de proficiência dos nativos. A autora acrescenta que falantes que adquirem uma L2 no mesmo espaço em que a sua L1 é falada são mais propensos à opcionalidade por terem mais opções no *input*:

Besides quantitative differences, the input these bilinguals receive may also be qualitatively different from the input in a typical monolingual environment. L2 speakers, especially if they live in country where their own language is spoken, may use the L2 in interactions with other L2 speakers (colleagues, spouses, children) or with L1 speakers under attrition who produce the same non-native forms. Similarly, L1 speakers may hear their native language spoken by other L1 speakers under attrition and by L2 speakers. (Sorace, 2005:74).

Este ponto é relevante para este estudo, pois possibilita-nos analisar a gramática de falantes de L2 que adquirem a língua sob influência da sua L1, como é o caso dos falantes nativos de kikongo. A par da influência da L1, há outros fatores que induzem a opcionalidade em aquisição de L2. Sorace e Filiaci (2006:340) apontam dois: o primeiro prende-se com défices ao nível das representações e está associado, por exemplo, às hipóteses teóricas que defendem a existência de um défice representacional nas gramáticas de interlíngua (e.g. Hawkins & Chan, 1997), ou seja, que há determinadas propriedades que não podem ser adquiridas na L2 se não estão representadas na L1; estas hipóteses assumem, portanto, que os falantes não nativos possuem representações gramaticais (isto é, gramáticas) que são qualitativamente diferentes das dos falantes nativos. O segundo fator está relacionado com a insuficiência de recursos para o processamento de informações variadas; assume-se que as representações

gramaticais não nativas não apresentam défices, mas que os falantes têm dificuldade em integrar diferentes tipos de informação na produção e compreensão na L2 (e.g. *Missing Surface Inflection Hypothesis*, de Prévost & White 2000). Trata-se, portanto, de uma questão de processamento, e não de conhecimento.

A propósito da opcionalidade em aquisição de L2, Ionin (2003:22) atesta que esta revela inconsistência em relação aos parâmetros da língua alvo. No entanto, Ionin (2003) prevê que a opcionalidade em aquisição de L2 não é permanente; a exposição prolongada à língua conduz à convergência com a gramática da língua alvo. Esta posição contraria a posição assumida por Sorace (2005) e Sorace e Filiaci (2006), que defendem opcionalidade permanente em aquisição de L2, mesmo em estádios avançados.

### **3. Aquisição de artigos em L1 e L2**

O uso de artigos tem causado alguma dificuldade aos falantes pela complexidade das condições (semântico-discursivas) que o envolvem. Ao examinar a aquisição de determinantes em grego moderno, Marinis (1997:169) constata que a aquisição de determinantes não é uniforme. Inicialmente a criança passa por um período em que omite os artigos em contextos inapropriados (Marinis, 1999; Guasti e Gavarró, 2008). No entanto, outros estudos (e.g. Matthewson *et al.*, 2001) mostram que a criança, durante uma fase, produz excessivamente artigos definidos, sobretudo quando o referente é desconhecido para o ouvinte. Isso aponta para que, como sugerido por Hawkins (2001), a aquisição do artigo definido, enquanto forma morfológica, aconteça primeiro do que a do indefinido. Por outro lado, o uso de artigos definidos sob a perspetiva apenas do locutor demonstra que a criança ainda não adquiriu a noção de familiaridade (ver 2.3.1 do capítulo II). Em inglês e português, os artigos distinguem-se discursivamente pela capacidade de referir uma entidade nova (artigo indefinido) ou uma entidade conhecida por ambos os interlocutores (artigo definido). A familiaridade é uma condição a ter em conta para o uso adequado de artigos indefinidos e definidos; contudo, há línguas que não fazem esta distinção. Por exemplo, em salish, família de línguas faladas no noroeste dos E.U.A e no Canadá, o artigo não é usado para indicar definitude e indefinitude; os mesmos artigos (*ti*) e (*a*) são usados para introduzir e reintroduzir um referente (Matthewson *et al.*, 2001). Nestas línguas, o artigo tem um valor existencial.

Durante a leitura da literatura sobre a aquisição de artigos em L2, notamos que as dificuldades são ainda maiores, sobretudo quando os aprendentes são falantes nativos de línguas sem artigos. A discussão sobre a aquisição de artigos em L2 tem-se centrado na forma como os falantes não nativos usam os artigos, bem como nos fatores que condicionam a sua aquisição em L2. Como observam diferentes estudos (e.g. Baldé, 2011; Snape, 2006; Kim, 2005; Ionin, 2003), falantes de línguas sem artigos têm um comportamento desviante quanto ao uso dos mesmos. Em geral, esses falantes omitem e substituem o artigo em contextos inapropriados. No seu estudo sobre a aquisição de artigos em inglês L2 por falantes nativos de russo e coreano, Ionin (2003) nota que os falantes não nativos de inglês usam excessivamente DPs definidos em contextos em que falantes nativos usariam DPs indefinidos.

No que diz respeito à omissão de artigos, Ionin (2003:231) afirma que a taxa de omissões é mais elevada com DPs indefinidos do que com definidos. Ionin atribuiu o facto de haver mais omissões com DPs indefinidos à natureza do artigo indefinido; para a autora, o artigo indefinido veicula pouca informação sobre o referente, o que faz com que seja facilmente omitido. De acordo com a mesma, a omissão não é aleatória, pois está relacionada com o valor de unicidade: quando o critério de unicidade é satisfeito, os informantes optam pelo uso do definido, ou seja, substituem em vez de omitirem.

Outros estudos sobre aquisição de artigos em L2 reportam um comportamento paralelo. Olhando para a aquisição de artigos em português do Brasil (PB), por falantes nativos de coreano, que tinham entre 24 a 55 anos de idade e aprendiam a língua num curso de português para estrangeiros, no Brasil, Kim (2005) aponta que esses falantes usavam o artigo incorretamente em português L2. Os dados de Kim foram recolhidos longitudinalmente, através de entrevistas, e a sua pesquisa cingiu-se ao uso de artigos definidos nos contextos de 1ª e de 2ª menção. Em contextos de 2ª menção, os falantes coreanos oscilaram entre os artigos definidos e indefinidos. Observaram-se também omissões com DPs inerentemente únicos como “sol” e “céu”, contextos em que, segundo Lyons (1999), se esperaria um DP definido. Em termos de taxas de acerto, essas omissões são mais elevadas nestes casos do que com definidos de 2ª menção. Segundo Kim (2005:123), os falantes coreanos recorrem, por vezes, ao artigo indefinido para reintroduzir um referente em 2ª menção, o que a leva a crer que seja uma estratégia de



marcação de definitude, em virtude de em coreano ser usada a forma nula neste contexto. Kim concluiu que estes falantes empregam duas estratégias no uso de artigos em PB como L2: a) recurso frequente à omissão do artigo; e b) uso excessivo de artigos com preposições (cf. Kim 2005:140). Ou seja, por um lado, os falantes nativos de coreano recorrem frequentemente à omissão, evitando o uso de artigos, por outro lado, usam-no excessivamente, quando contraído com preposições. O desempenho desses sujeitos demonstra que não têm domínio das condições semântico-discursivas que subjazem ao de uso de artigos; no entanto, não estão claras as reais causas do uso inadequado dos mesmos, que poderão dever-se às dificuldades na interpretação de diferentes informações relativas ao uso dos mesmos, à interferência da L1 ou à insuficiência de *input* causada pela curta exposição (6 meses) à língua alvo. Parece plausível que estes fatores, em conjunto, tenham contribuído para o uso desviante de artigos em PB L2.

Resultados idênticos foram encontrados em aquisição de artigos em PE L2 por falantes de russo L1. Participaram no estudo de Baldé (2011) 40 sujeitos adultos de nível médio-baixo, falantes nativos de russo, língua sem artigos no seu sistema. Para proceder ao seu estudo, Baldé recorreu a testes de produção induzida, para testar a ocorrência de artigos, e de verdadeiro falso, para testar a compreensão dos seus valores semânticos e discursivos. Os testes foram construídos visando essencialmente os valores de especificidade e definitude.

Os resultados<sup>14</sup> obtidos por Baldé vão ao encontro dos resultados descritos em Ionin (2003). Os falantes de russo L1, português L2, têm melhor desempenho no uso de DPs definidos do que de indefinidos, com uma taxa de acerto de 69,7% em contextos intensionais [+ def, + esp] e 81 % em [+ def, - esp], contra 34,8% em [- def + esp] e 34,4% em [- def, - esp] (cf. Baldé, 2011:50). Em contextos de cadeia referencial, que legitimam o uso de DPs definidos em segunda menção, houve ocorrência de 39,5 % de DPs indefinidos. Mas, apesar dessa elevada taxa de substituição, os falantes de L2 continuam a usar melhor os artigos em contextos de definido, comparativamente ao de indefinido. Assim, tanto os dados de Ionin (2003) como os de Baldé (2011) reportam maior desvio

---

15 Esses resultados dizem respeito apenas aos dados globais do contexto intensional do grupo de português L2. Para outros contextos, ver Baldé (2011).

no uso de indefinidos. O mesmo se verificou em aquisição de artigos em português L2 por falantes de chinês L1 (cf. Zhang, 2010:69), isto é, os falantes nativos de chinês usam corretamente o artigo definido com maior frequência do que o indefinido.

Baldé (2011:68) concluiu que os falantes de russo L1, português L2, têm conhecimento morfológico sobre o tópico em aquisição, isto é, sabem que em português há dois artigos, definido e indefinido, e que ocorrem em posição pré-nominal, mas não lhes atribuem os traços de definitude e de especificidade. Esta conclusão apoia a Hipótese de Interface, que prediz que as dificuldades em aquisição de L2 se devem à combinação de diferentes tipos de conhecimento, por exemplo, semântico-pragmático.

Estudos sobre a aquisição de artigos por falantes quase nativos (Ionin *et al.*, 2008; White e Genesee, 1996) referem que estes continuam a ter dificuldades no uso dos mesmos. O estudo de Ionin *et al.* (2008) confirma as predições feitas por Ionin (2003) para falantes nativos de russo, inglês L2, segundo as quais esses falantes usariam excessivamente o artigo definido (*the*) em contextos [+ indef.] e [+ específico] (ver Snape (2006) para um resultado semelhante). White *et al.* (1996) encontraram o mesmo resultado, mas revelam que as diferenças entre falantes nativos e não nativos não são significativas. Quer em White *et al.* (1996) quer em Ionin (2003), os falantes quase nativos aproximam-se mais dos nativos em relação aos dos estudos anteriores que referimos acima, embora continuem a ter um uso opcional menos acentuado.

A opcionalidade em aquisição de artigos manifestar-se-á no uso de DPs definidos em contextos de indefinido e vice-versa ou por omissão – ou seja, algumas vezes o falante usará artigos, outras não. Alguns estudos em aquisição de artigos em inglês L2 mostram que os falantes de L2 usam o artigo definido (*the*) em contextos em que se esperaria o indefinido (*a*) (Ionin, 2003; Ionin *et al.*, 2008; Snape, 2006).

No presente estudo, adotámos a Hipótese de Interface proposta por Sorace (2005) e Sorace e Filiaci (2006). A adoção da Hipótese de Interface prende-se com o facto de o nosso estudo se centrar na aquisição de propriedades de interface (sintaxe, semântica, discurso e pragmática). Considerando a hipótese de as propriedades entre a sintaxe e outros domínios não serem plenamente adquiridas, espera-se encontrar opcionalidade no comportamento de falantes nativos de kikongo face ao uso de artigos em português L2.

As hipóteses acima descritas fazem previsões diferentes em relação à aquisição de L2: enquanto umas preveem aquisição parcial de propriedades da L2 (Hipótese do Déficit Representacional e Hipótese de Interface), outras assumem aquisição plena (Hipótese de Flutuação). Como se viu na investigação de Ionin (2003), entre outros, que defendem acesso total à GU, os falantes não nativos não atingem o nível de proficiência nativo que se esperaria à partida, uma vez que têm acesso total à GU – estes resultados põem em causa a posição de acesso total.

Ao olharmos para os estudos sobre a aquisição de artigos aqui referidos, constatamos que, quer se trate de falantes de nível inicial e avançado, quer se trate de falantes quase nativos, a opcionalidade (“flutuação”, nos termos de Ionin, 2003) é permanente, apesar de ser menor para os dois últimos grupos. Conclui-se que o período de exposição à língua tem um papel importante no desempenho de falantes de L2, na medida em que os aproxima dos falantes nativos, mas não determina a convergência com o padrão da língua alvo. Posto isto, no presente trabalho assume-se que a opcionalidade é permanente. Sendo assim, espera-se que os falantes de nível avançado de português L2, kikongo L1, tenham um comportamento divergente do dos falantes de português L1, o que se vai refletir no uso inapropriado de artigos.

Após a descrição sumária dos pressupostos teóricos que norteiam a aquisição de L2 nos capítulos acima e da revisão de alguns estudos sobre a aquisição de artigos, será apresentada, no próximo capítulo, a caracterização dos informantes e a descrição da metodologia adotada.

## **CAPÍTULO 4: METODOLOGIA**

---

Este estudo debruça-se sobre a aquisição de artigos em português L2 com nomes comuns, em contextos de 1ª e de 2ª menção, e tem como objetivo saber se os falantes nativos de kikongo adquirem os valores semânticos de definitude e discursivo-pragmáticos de 1ª e de 2ª menção.

Centrar-nos-emos, nesta parte do trabalho, na caracterização dos informantes e nas questões que orientam a presente investigação sobre a aquisição de artigos em português L2 por falantes de kikongo L1, bem como na descrição da metodologia usada.

### **1. INFORMANTES**

Participaram no presente estudo 80 informantes, alunos do ensino secundário e superior: 40<sup>15</sup> falantes de kikongo L1/ português L2 e 40 falantes de português L1, 20 dos quais são falantes nativos do PA e 20 do PE. Os falantes nativos de kikongo constituem o grupo de teste e os falantes de PA e PE os dois grupos de controlo.

#### **1.1. Critérios de seleção dos informantes**

A seleção de informantes começou com uma breve explicação dos conceitos de “língua materna” e “língua não materna” aos potenciais participantes ao inquérito.

Para a seleção do grupo de teste optámos pelo critério abaixo:

Ser falante nativo de kikongo e ter idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Sendo o português uma língua de escolarização, indivíduos cujas idades se situam neste intervalo tiveram já uma longa exposição ao português (em contexto escolar).

Para a composição dos grupos de controlo baseámo-nos no seguinte critério:

Ser falante nativo do PA ou do PE, quer dizer, ter como primeira língua uma destas duas variedades do português, e ter idade igual ou superior a 18 e inferior a 30.

---

<sup>15</sup> O grupo de teste compunha-se, inicialmente, por 47 informantes. Foram excluídos 7, por não darem informações precisas sobre as suas línguas maternas.

## 1.2. Caracterização dos informantes

O grupo de teste é composto por 40 informantes de português L2 kikongo L1<sup>16</sup>, com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos, sendo a média de idades de 22,33. Consideramos os sujeitos deste grupo falantes não nativos do PA por terem adquirido primeiro o sistema linguístico do kikongo, de acordo com as informações por eles fornecidas na ficha de perfil, e por terem começado a aprender o português a partir dos 5 anos de idade, em contexto formal de ensino. Não nos foi possível aferir o seu nível de proficiência, mas todos os informantes têm um tempo de exposição à língua igual ou superior a 10 anos; são escolarizados em português; são estudantes do 2º ciclo do ensino secundário<sup>17</sup> e residentes no município do Uíje, capital da província do Uíje, onde o português coexiste com a sua L1, sendo a L2 da maioria da população (cf. Quivuna, 2013:18).

Ressalte-se o facto de estes informantes comunicarem, no seu dia a dia, em português e kikongo (todos os informantes são filhos de falantes nativos de kikongo) e de, para além de aprenderem português em contexto formal de ensino, na escola, o usarem em diversas situações de comunicação fora da escola. Aquando da realização do inquérito, trocámos impressões com os professores acerca do desempenho dos alunos e, a partir do contacto que tivemos com os informantes, consideramos que podem ser descritos como falantes de nível avançado.

Há um outro elemento a considerar na distinção estabelecida entre os dois grupos do PA, que é a L1 dos professores. A maioria dos professores da região em que se efetuaram os testes é falante nativa de kikongo. Neste caso, o *input* a que os informantes estão expostos na escola é fornecido também por falantes não nativos do PA. Supomos que, em consequência disso e do que foi dito atrás, os informantes de kikongo L1 recebam, na escola e não só, um *input* do PA com características muito específicas que poderão dever-se ao contacto com o kikongo.

---

<sup>16</sup> Estudantes da Escola do Segundo Ciclo do Ensino Secundário Teta Lando do Uíje.

<sup>17</sup> Corresponde aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade em Portugal.

O grupo de PA L1 é formado por 20 falantes nativos de PA, sendo o português a primeira língua em que aprenderam a comunicar, conforme as informações dadas na ficha de perfil dos informantes.

Os falantes têm entre 18 e 29 anos de idade, resultando numa média de idades de 19,85. Contrariamente aos informantes do grupo de teste, os do grupo de controlo comunicam unicamente em português em todos os contextos (ver caracterização dos informantes, anexo II). Estes sujeitos são filhos de falantes nativos de diferentes línguas, sendo as línguas predominantes o kimbundu e o português; são falantes com nível médio de escolarização e têm contacto com o *input* do padrão europeu, difundido nas escolas. Residem em Luanda, capital de Angola, uma região em que o português é língua maioritária.

O grupo de PE L1 é composto por 20 indivíduos, falantes nativos do PE, de 18 a 28 anos de idade, com uma média de idades de 22,3, estudantes universitários dos mais variados cursos. A diferença no nível de escolarização, entre os três grupos, prende-se com a dificuldade em encontrar estudantes de nível médio, em Lisboa, com as idades pretendidas; portanto, privilegiou-se o fator idade, em detrimento das habilitações literárias. Todos os informantes residem em Portugal e, para além da L1, falam outras línguas estrangeiras, nomeadamente inglês, francês e espanhol, sendo a primeira predominante. Apesar de falarem diferentes línguas, comunicam em português em quase todos os contextos.

## **2. Questões orientadoras**

Como referimos na introdução, o kikongo é uma língua do grupo bantu, que não tem artigos no seu sistema ou não os realiza morfologicamente. Sendo o artigo um item cujo uso adequado requer conhecimentos que se situam nas interfaces entre sintaxe, semântica, discurso e pragmática, a dificuldade na aquisição de propriedades de interface levanta várias questões e permite diversas hipóteses, dada a complexidade do fenómeno linguístico considerado e as características da L2 em causa. Tendo em conta esses fatores, levantam-se as seguintes questões de investigação:

1) Como é que os falantes nativos de kikongo, falantes não nativos de português de nível avançado, usam o artigo em português?

- a) Recorrem a estratégias de substituição e omissão?
- b) Se sim, em que contextos substituem e omitem o artigo?

2) Que fatores podem interferir na aquisição de artigos em português L2?

Pretende-se observar se, à semelhança de outros falantes cuja L1 não tem artigos, os falantes nativos de kikongo terão um comportamento desviante no uso de artigos em português L2 e perceber quais as causas desses desvios:

- a) Dificuldades na aquisição de propriedades de interface (sintaxe, semântica, pragmática e discurso).
- b) Interferência da L1 na L2.
- c) *Input* linguístico a que os aprendentes estão expostos.

Consideramos que os obstáculos, no caso da aquisição de artigos, podem ser consequência das dificuldades em articular diferentes tipos de conhecimentos, por exemplo, morfossintático e semântico-discursivo. Por outro lado, partimos da hipótese de que a situação de contacto linguístico, propiciada pela coabitação entre o português e as línguas autóctones de Angola, poderá agudizar as dificuldades na aquisição de português L2 por falantes nativos de kikongo, pela possibilidade de, quando as línguas estão em contacto, poderem influenciar-se uma à outra, levando-nos à hipótese que se seguirá.

### **2.1. Hipótese**

Estudos sobre a aquisição de L2 têm demonstrado que propriedades que estão na interface entre um domínio da gramática e outro, ou entre um domínio da gramática e outro domínio cognitivo (e.g. sintaxe e pragmática) são mais difíceis de adquirir e, portanto, poderão não chegar a ser plenamente adquiridas pela dificuldade que envolve a integração e o processamento desses conhecimentos (ver, por exemplo, Sorace, 2005 e Sorace e Filiaci, 2006). Como dissemos, no presente trabalho adota-se esta hipótese, designada na literatura como a Hipótese de Interface (para uma descrição mais detalhada da Hipótese de Interface, ver ponto 2.3 do capítulo 3). Uma vez que esta hipótese prevê opcionalidade em falantes quase nativos, e presumindo-se que também

se encontre opcionalidade em falantes de nível avançado, formulamos a seguinte hipótese:

Se se verificar que as causas apontadas (dificuldades em adquirir propriedades sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas, influência da L1 e o tipo de *input*) influenciam a aquisição de artigos em português L2, por falantes de kikongo L1, esperam-se mais desvios em relação ao padrão do PE (sejam eles omissões ou substituições) nos falantes de PA L2 e nos falantes de PA L1 (por questões de contacto), e menos desvios nos falantes de PE L1.

Com base nesta hipótese fazemos as predições que se descrevem na secção seguinte.

#### **2.1.1. Predições**

De acordo com a natureza e especificidade dos testes aplicados, organizamos as predições do seguinte modo: neste ponto, expõem-se apenas as predições gerais para os grupos de controlo e de teste relativas aos resultados que esperamos encontrar. Estas predições abarcam os testes de compreensão e produção.

As predições específicas respeitantes a cada um dos testes serão apresentadas após a descrição dos respetivos testes.

#### **Grupos de controlo**

- a) Os falantes de PA L1, apesar de serem falantes nativos de português, poderão ter um comportamento divergente do padrão europeu, que consistirá no uso de um artigo num contexto em que se esperaria outro. Estas divergências poderão dever-se à influência das línguas bantu e ao tipo de *input* a que estes falantes estão expostos.
- b) Os informantes de PE L1 usarão os artigos de acordo com a norma padrão europeia.

#### **Grupo de teste**

Os resultados dos falantes de PA L2 revelarão opcionalidade nas formas disponibilizadas pela gramática da língua alvo, que conduzirá a desvios no uso de artigos com o valor de (in)definitude, bem como à omissão de artigos em contextos inadequados. Os falantes de PA L2 usarão aleatoriamente os artigos, isto é, não os associarão às condições



sintático-semânticas de (in)definitude e discursivo-pragmáticas de primeira e de segunda menção, ou seja, de conhecimento partilhado ou não pelos interlocutores, por causa das dificuldades em interpretar e usar os conhecimentos subjacentes a essas condições e pela influência da L1. Esse comportamento traduzir-se-á das seguintes formas:

- a) Uso do artigo definido em contextos [-definido] e de indefinido em contextos [+definido].
- b) Taxas elevadas de omissão em certos contextos; em particular, prediz-se uma taxa de omissão maior em indefinido do que em definido.

De igual modo, prevê-se que os informantes de PA L2 tenham percentagens de acerto mais baixas do que os informantes dos grupos de controlo em todas as condições.

### **3. Tarefas**

Toda a investigação obriga à tomada de opções metodológicas. A fim de se avaliar o desempenho de falantes nativos de kikongo no uso de artigos em português L2, foram aplicados dois testes, um de produção induzida e outro de juízos de valor de verdade, para testar a compreensão de artigos<sup>18</sup>. Os referidos testes não abrangem todos os valores semânticos do artigo, restringindo-se ao valor de definitude. Ambos foram aplicados aos grupos de português L1 e L2.

#### **3.1. O teste de produção**

Para testar a produção de artigos, elaborámos um teste semelhante ao usado em Baldé (2011) que, por sua vez, se inspirou em Ionin (2003). Para a realização deste teste de produção de artigos (doravante TPA), pediu-se aos participantes que completassem uma tarefa de preenchimento de espaços. Para a execução deste TPA foram elaborados 31 diálogos curtos: 21 de teste e 10 distratores. Os diálogos da condição de indefinido de 1ª menção, os de definido de 2ª menção e os distratores continham dois espaços em branco para preencher com determinantes artigos ou demonstrativos (no caso dos distratores); os diálogos da condição de definido de 1ª menção continham apenas um espaço a ser preenchido.

---

<sup>18</sup> Os testes de produção induzida e de compreensão podem ser vistos nos anexos IV e V, respetivamente.

### 3.1.1. Condições

Este teste é constituído por sete itens por cada uma das três condições testadas: [indef. de 1ª menção], [def. de 2ª menção] e [def. de 1ª menção]. Todos os itens são [± definidos] e [+específicos] e alguns contêm um verbo intencional, como é o caso do verbo *procurar* em (1). Optámos por incluir apenas itens específicos, porque, neste trabalho, limitamo-nos a testar definitude. Deste modo, fica excluída a variável ‘especificidade’.

#### (i). Condição de [indef. de 1ª menção e def. de 2ª menção]

Todos os DPs destas condições são referenciais, ou seja, as entidades remetem para um referente no universo discursivo; por conseguinte, a primeira menção a este referente é feita através de um DP indefinido e a segunda de um DP definido. Os DPs incluem apenas nomes comuns, nas funções sintáticas de objeto direto e de sujeito. Exemplificam-se abaixo os itens destas condições.

(1) Vendedora: Precisa de ajuda, senhora? Quer alguma coisa em especial?

Cliente: Sim, quero. Procuro \_\_\_\_\_ (alvo: um) vestido que vi no vosso catálogo.

Vendedora: Vamos procurar.

(Dez minutos mais tarde).

Cliente: Adorei \_\_\_\_\_ (alvo: o) vestido, ficou-me muito bem.

(2) Paula: Realizou-se hoje, em Luanda, uma manifestação de vendedoras ambulantes.

Ana: Houve muita confusão. \_\_\_\_\_ (alvo: Uma) senhora foi parar ao hospital.

Paula: Sim, ouvi pela rádio. \_\_\_\_\_ (alvo: A) senhora que foi parar ao hospital é presidente da associação de vendedoras ambulantes.

#### (ii). Condição de [def. de 1ª menção]

Os diálogos desta condição contêm um único espaço, e os DPs a serem preenchidos desempenham também as funções de sujeito ou de complemento direto. Os itens desta condição incluem referentes inerentemente únicos, isto é, referentes que remetem, de

acordo com o conhecimento prévio do falante, para uma única entidade como *o sol*, *o papa*, *o presidente*, etc. À semelhança dos itens anteriores, todos os itens deste contexto são [+específicos]. Apresenta-se abaixo um exemplo:

(3) Conversa entre amigos.

Dário: Estou a pensar em ser padre. Agora que os padres já podem casar-se, não vejo nenhum impedimento.

Rosário: Isso não corresponde à verdade. \_\_\_\_\_ (alvo: O) papa não aboliu o celibato, portanto, os padres continuam a manter os votos de castidade.

### **3.1.2. Procedimentos**

O teste foi previamente pilotado com falantes nativos do PA, de modo a podermos decidir quais os procedimentos a serem aplicados na execução da tarefa. Com base nos resultados obtidos no pré-teste, adotámos os procedimentos abaixo.

Os informantes foram repartidos em grupos de 5 elementos e postos numa sala de aulas, sentados distantes uns dos outros, para evitar conversas paralelas e respostas influenciadas.

Antes da execução da tarefa, distribuíram-se as fichas de perfil de informantes, que foram previamente numeradas por mim. O número da ficha de perfil era o mesmo do inquérito, para permitir a identificação inequívoca do informante. Após o preenchimento das referidas fichas, seguiu-se a distribuição dos inquéritos, acompanhada de instruções para a execução da tarefa. Para a realização da tarefa, pediu-se aos participantes que preenchessem os espaços em branco com a palavra adequada ou que os mantivessem em branco, se considerassem que nenhuma palavra era necessária. Não foi estipulado um tempo limite para a realização da tarefa, que durou em média 15 minutos.

Todo o vocabulário usado é acessível e do conhecimento dos informantes, e, portanto, não suscitou dúvidas. Os testes foram aplicados num único dia aos informantes de L1 e em dois dias consecutivos aos informantes de L2. O teste de produção realizou-se antes do de compreensão.

### **3.1.3. Predições específicas**

#### **Grupos de controlo**

- a) O grupo de falantes de PA L1 terá taxas de acerto mais baixas do que o de PE L1.
- b) O grupo de PE L1 terá taxas de acerto convergentes com o alvo em todas as condições.

#### **Grupo de teste**

O grupo de teste exibirá opcionalidade no seu comportamento. A opcionalidade poderá ser mais acentuada em alguns contextos do que em outros, sobretudo naqueles em que o uso do artigo envolve condições de maior complexidade. Assim, à luz da hipótese atrás mencionada e de acordo com o que está descrito na literatura (e.g. Ionin, 2003; Chulkim, 2005; Baldé, 2011, entre outros), predizemos que:

- a) Haverá taxas de acerto maiores em contextos [+definido] do que em [-definido].
- b) Os falantes de kikongo L1, português L2, terão taxas de acerto mais altas em contextos de [def. de 1ª menção] comparativamente aos de [def. de 2ª menção]. Assumimos com Chulkim (2005), que observa omissão nestes contextos (vs. substituição nos definidos de 2ª menção), que os falantes terão taxas de acerto mais elevadas no uso do artigo definido em 1ª menção por, nesse caso, as expressões denotarem entidades inerentemente únicas, cuja perceção resulta do conhecimento que o falante tem do mundo, em oposição ao definido de 2ª menção, que retoma um referente previamente introduzido, ficando a sua interpretação unicamente dependente do contexto.

### **3.2. O teste de compreensão**

O teste de compreensão foi adaptado de Hout, Harrigam e Villiers (2009) e consiste numa tarefa de juízos de valor de verdade, baseada em sequências de imagens<sup>19</sup>. Este teste tem como objetivo, à semelhança do anterior, verificar se os falantes nativos de kikongo associam o uso de artigos definidos à recuperação de referentes previamente mencionados, e o de artigos indefinidos à introdução de um novo referente no discurso,

---

<sup>19</sup> As imagens referentes ao teste de compreensão podem ser vistas no anexo V.

ou seja, se eles adquiriram o mapeamento entre as formas morfológicas correspondentes aos artigos e os valores semânticos e discursivo-pragmáticos que lhes estão associados. Todos os itens deste teste são idênticos: há sempre um indivíduo X que dá um objeto a um indivíduo Y, mudando apenas os objetos e as personagens.

### 3.2.1. Condições

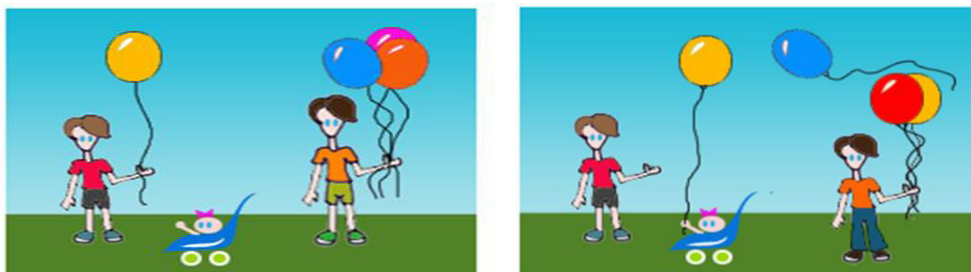
O teste de compreensão é composto por quatro condições, com cinco itens por cada condição: três condições de teste – [indef. de 1ª menção], [def. de 2ª menção] e [def. de 1ª menção] – e uma de controlo – [indef. de 2ª menção]. O teste inclui ainda 10 distratores<sup>20</sup>, compostos por um par de imagens que não incluíam determinantes artigos; por exemplo, na 1ª imagem mostravam-se duas personagens, uma das quais com vários objetos – o indivíduo X, que tem vários objetos, dá um ao indivíduo Y – e, na segunda imagem, perguntava-se com quantos objetos a primeira personagem ficou.

#### i) Condições de teste

Para induzir a leitura pretendida, foi criado um par de imagens, apresentando cada imagem três personagens, para o [indef. de 1ª menção] (cf. figuras 1 e 2) e [def. de 2ª menção] (cf. figuras 3 e 4), e duas para o [def. de 1ª menção] (cf. figuras 5 e 6). Na primeira imagem, nas duas primeiras condições, duas das personagens têm objetos idênticos (cf. figuras 1 e 3) e, na terceira condição, apenas uma das personagens tem objetos (cf. figura 5).

#### a. Condição de [indef. de 1ª menção]

Para testar a compreensão de DPs [indef. de 1ª menção], criámos para cada item duas situações distintas, sendo cada situação representada por uma imagem.



**Figura 1- O senhor dá um balão ao bebé. Figura 2- Um balão voa para longe.**

<sup>20</sup> Os distratores podem ser vistos no anexo V.

No exemplo acima, na primeira imagem (figura 1), o indivíduo X dá um balão ao indivíduo Y. Começamos por mostrar a imagem, apresentando oralmente as personagens e descrevendo a situação representada na imagem:

(3) O pai, o menino e um senhor. O pai dá um balão ao menino.

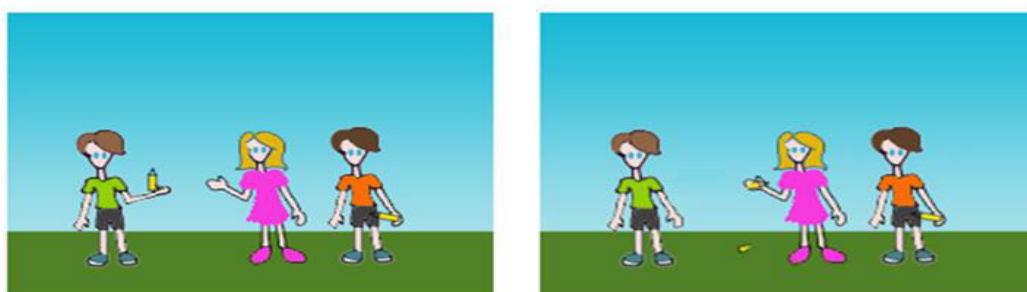
A segunda imagem (figura 2), que representa a situação sobre a qual vai incidir a pergunta de teste (neste exemplo, um dos balões do senhor a voar para longe), foi apresentada em seguida. Ao mostrar-se esta imagem, foi feita a pergunta, à qual o informante devia responder “sim” ou “não”:

(4) Um balão voou para longe?

Esperava-se que o falante respondesse "sim" a esta pergunta, porque o balão que voou não tinha sido ainda mencionado, tratando-se, portanto, da primeira menção a um referente e devendo, por isso, ser introduzido por um DP indefinido.

#### **b. Condição de [def. de 2ª menção]**

No exemplo apresentado abaixo, na primeira imagem (figura 3), o indivíduo X dá um lápis ao indivíduo Y.



**Figura 3- O menino dá um lápis à menina. Figura 4- O lápis partiu-se.**

Começou por mostrar a imagem, ao mesmo tempo que se apresentaram as personagens e se descreveu a situação nela representada:

(5) Há dois meninos e uma menina. O menino dá um lápis à menina.

Na segunda imagem (figura 4), o lápis do indivíduo X partia-se ao meio, conduzindo-nos à pergunta à qual o informante devia responder “sim” ou “não”:

(6) O lápis partiu-se?

A resposta-alvo para esta pergunta seria “sim”, uma vez que o objeto em causa já tinha sido previamente mencionado.

### **c. Condição de [def. de 1ª menção]**

Os itens desta condição diferem dos da condição de [def. de 1ª menção] do TPA, porque, como referimos anteriormente, os DPs deste contexto não remetem para entidades inerentemente únicas, ou seja, que induzem unicamente uma interpretação definida.

A apresentação dos itens que testam a condição de [def. de 1ª menção] seguiu os mesmos passos que nas condições anteriores. Nesta condição, no exemplo apresentado abaixo, na primeira imagem (figura 5), a personagem X dá um colar à personagem Y.



**Figura 5- A menina dá um colar à amiga. Figura 6- O colar rebentou.**

A imagem foi apresentada oralmente da seguinte forma:

(7) A menina dá um colar à amiga.

Mostrou-se depois a segunda imagem (figura 6), em que um dos colares da personagem X rebenta. Colocou-se então a questão abaixo:

(8) O colar rebentou?

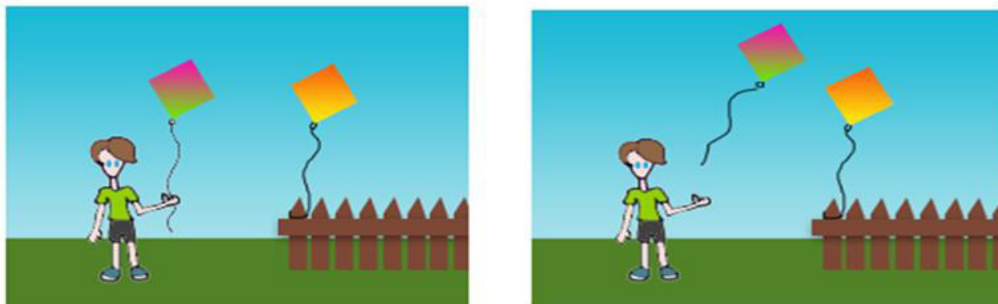
Neste caso, a resposta-alvo era ‘não’, porque o colar que rebentou não tinha sido ainda referido, tratando-se da primeira menção de um referente.

### **Condição de controlo**

Esta condição é considerada de controlo, porque a sua natureza (pragmaticamente inadequada) nos permitirá comprovar se os informantes aceitam leitura de [indef. de - 2ª] e, conseqüentemente, se conhecem os traços semânticos de indefinidade e os contextos discursivo-pragmáticos a ele associados.

### a. Condição de [indef. de 2ª menção]

As imagens desta condição têm apenas uma personagem, como se pode ver no exemplo abaixo.



**Figura 7- O menino está a fazer voar um papagaio. Figura 8- Um papagaio voou.**

Na primeira imagem (figura 7) mostra-se uma personagem com um papagaio na mão, estando um outro papagaio ao lado. A imagem é descrita da seguinte forma:

- (9) O menino tem um papagaio e está a fazê-lo voar.

Na segunda imagem (figura 8), o papagaio da personagem voa. Mostra-se abaixo a pergunta que foi colocada pela investigadora:

- (10) Um papagaio voou?

A resposta-alvo, neste caso, era “não”, uma vez que o uso de um DP indefinido para reintroduzir uma entidade é pragmaticamente inadequado. No entanto, os itens desta condição têm a particularidade de permitirem duas interpretações – o falante pode responder “sim”, se interpretar “um” como um numeral.

### 3.2.2. Procedimentos

A aplicação do teste de compreensão observou os procedimentos que se seguem:

A apresentação oral foi caracterizada por uma entoação própria, de modo a permitir que os informantes relacionassem os acontecimentos da imagem 1 com os da imagem 2 e os interpretassem como sequenciais.

Tivemos o cuidado de não apontar para os desenhos, afim de diminuir a probabilidade de uma interpretação deíctica. A ordem dos itens foi aleatorizada.



Em cada um dos itens, a situação da segunda imagem, que originava a pergunta, não foi mencionada em nenhum contexto, sendo mencionada apenas a pergunta correspondente à ilustração, e cabendo ao informante responder oralmente de acordo com o que via. Para anotar as respostas dos informantes, elaborámos uma ficha, com duas opções, “sim” e “não”, para cada par de desenhos, onde foram assinaladas, por mim, as respostas. As folhas estavam assinaladas com o número do informante (o mesmo número do teste de produção e da ficha de perfil de informante).

Para prevenir que influenciassem as respostas uns dos outros, optámos por aplicar os testes a cada informante de modo individual. Tendo em conta a extensão do teste, aplicámo-los em três períodos (manhã, tarde e noite), em dois dias consecutivos.

### **3.2.3. Predições específicas**

#### **Grupos de controlo**

- a) Os falantes de PA L1 terão taxas de acerto menos altas do que os de PE em todos os contextos.
- b) Os informantes de PE L1 terão taxas de acerto elevadas em todos os contextos.

#### **Grupo de teste**

O grupo de teste exibirá opcionalidade no seu comportamento e esta poderá ser mais acentuada em alguns contextos do que em outros.

- a) Haverá taxas de acerto maiores em contextos [+definido] do que em [-definido].
- b) Os falantes de kikongo L1, português L2, terão taxas de acerto mais altas em contextos de [def. de 1ª menção] comparativamente aos de [def. de 2ª menção].

Em suma, espera-se que as taxas de acerto dos informantes de PA L2 sejam mais baixas do que as dos grupos de controlo em todas as condições, por se tratar de falantes não nativos.

No capítulo seguinte, serão discutidos e analisados os resultados dos testes de produção e compreensão.

## CAPÍTULO 5: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS EM PORTUGUÊS LÍNGUA SEGUNDA POR FALANTES DE LÍNGUA MATERNA KIKONGO

---

### 1. Resultados

Feita a apresentação da metodologia, serão descritos os dados do TPA e do teste de compreensão. A descrição obedece à seguinte ordem: primeiramente serão descritos os resultados do TPA. Para o efeito, descrever-se-ão os resultados por condição, comparando os dados dos três grupos respeitantes à mesma condição. Começaremos pelos resultados da condição de [indef. de 1ª menção] seguidos dos de [def. de 2ª menção] e, posteriormente, dos de [def. de 1ª menção]. No final, far-se-á a apresentação global dos resultados, em gráficos. Para efetuarmos uma análise mais pormenorizada, dividimos as repostas em dois grupos: alvo e não-alvo<sup>21</sup>. As respostas-alvo correspondem a taxas de acerto e as não-alvo a taxas de desvios. As respostas não-alvo, por seu turno, estão subcategorizadas em vários tipos de desvios. O primeiro tipo de respostas não-alvo coube às substituições por outras formas (demonstrativos, possessivos, pronomes e outros elementos). O segundo corresponde às substituições de artigo indefinido por definido e vice-versa. O terceiro tipo de desvios corresponde à omissão. Incluímos ainda uma quarta categoria, designada “casos duvidosos”, na qual se incluiu, por exemplo, a contração do artigo *a* com a preposição *a* (*à*). A descrição dos resultados do teste de compreensão obedecerá à mesma ordem que a dos resultados do TPA.

#### 1.1. Resultados – TPA

Mostram-se abaixo os resultados do TPA, na ordem indicada acima. Apresentam-se, na tabela 3, os resultados obtidos pelos três grupos na condição de [indef. de 1ª menção] do TPA.

---

<sup>21</sup> Nas tabelas que se seguem apresentam-se apenas o somatório de todos os desvios, os resultados dos vários subtipos de desvios podem ser vistos nos gráficos 3, 4 e 5 e no anexo VI.

	alvo	total não-alvo	total de resposta
PA L2	87	193	280
	31%	69%	100%
PA L1	88	52	140
	63%	37%	100%
PE L1	126	14	140
	90%	10%	100%

**Tabela 3- Condição de [indef. de 1ª menção]**

As taxas de respostas-alvo revelam assimetrias bastante acentuadas entre os três grupos. O PA L2 obteve a menor percentagem de respostas-alvo (de 31%). De igual modo, a disparidade entre os dados dos grupos de controlo também é elevada. O PE L1 teve mais respostas-alvo: 126 (90%), contra 88 (63%) do grupo de PA L1.

A condição de [def. de 2ª menção], que mostramos na tabela 4, apresentou taxas de acerto mais elevadas, quer para os falantes de PA L2 quer para os de PA L1 e de PE L1.

	alvo	total não-alvo	total de respostas
PA L2	183	97	280
	65%	35%	100%
PA L1	109	31	140
	78%	22%	100%
PE L1	131	9	140
	94%	6%	100%

**Tabela 4- Condição de [def. de 2ª menção]**

Neste contexto (ver tabela 4 acima), o grupo de PA L2 obteve 183 respostas-alvo (65%). Nota-se, nesta condição, um melhor desempenho dos falantes de PA L2 do que na condição de [indef. de 1ª menção] (cf. tabela 3). No que diz respeito aos grupos de controlo, os dados de PA L1 contêm 109 respostas-alvo (78%). Quanto aos de PE L1, registaram-se 131 respostas-alvo (94%). Todos os grupos obtiveram taxas de acerto mais

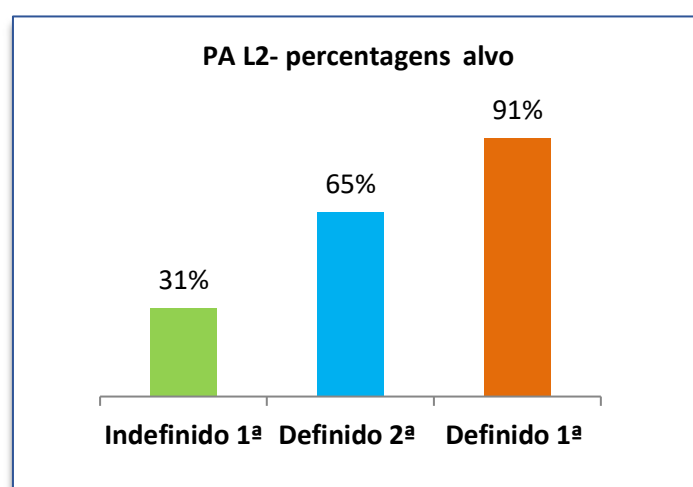
altas neste contexto do que no de [indef. de 1ª menção]. A par desta condição, todos os grupos têm percentagens alvo mais elevadas em [def. de 1ª menção], como ilustra a tabela 5, abaixo.

	alvo	total não-alvo	total de respostas
PA L2	256	24	280
	91 %	9 %	100%
PA L1	133	7	140
	95 %	5%	100%
PE L1	137	3	140
	98 %	2 %	100%

**Tabela 5- Condição de [def. de 1ª menção]**

Os dados desta condição (cf. tabela 5 acima) mostram resultados simétricos nos três grupos. Nota-se uma percentagem de acerto muito elevada no grupo de PA L2. Dos 280 itens, 256 (91%) correspondem a respostas-alvo. Os falantes de PA L1 registaram 133 (95%) respostas-alvo, e os de PE L1 137 (98%) respostas-alvo.

Os dados do PA L2 nas três condições do TPA estão representados no gráfico 1 abaixo.



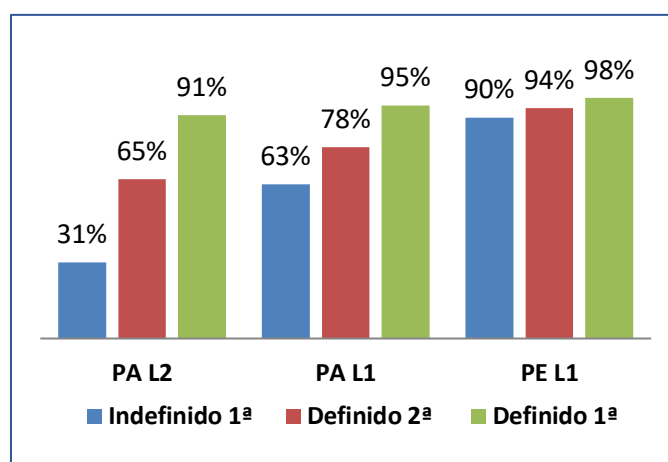
**Gráfico 1- Desempenho do grupo de PA L2 no TPA**

Como se pode ver nos dados expostos (cf. gráfico 1), a condição de indefinido afigura-se a mais problemática para o grupo de PA L2, com uma taxa menor de acerto comparativamente às condições de [def. de 1ª e de 2ª menção]. Esta condição é apontada, na literatura, como a mais crítica para os falantes de L2 cuja L1 não tem um sistema de artigos (cf. Ionin, 2003; Baldé, 2011).

Os resultados de PA L2 vão ao encontro das nossas previsões, ou seja, tal como predito, houve mais desvios em indefinido do que em definido.

Quanto às condições [def. de 1ª menção] e [def. de 2ª menção], a primeira alcançou uma taxa de acerto superior à de 2ª menção. Os resultados apoiam, assim, as previsões feitas para o [def. de 1ª menção], uma vez que houve menos desvios neste contexto.

No gráfico 1 mostrou-se os resultados do grupo de teste nas três condições. Para compará-los aos dos grupos de controlo, retomaremos estes dados no gráfico 2, que mostra os resultados dos três grupos no TPA.



**Gráfico 2- Comparação dos três grupos nas condições de teste do TPA**

O gráfico acima ilustra as taxas percentuais de acerto dos três grupos no TPA. O grupo de PA L2 apresenta, igualmente, percentagens de acerto mais baixas em todos os contextos relativamente aos dois grupos de controlo (cf. gráfico 2). Não obstante, os falantes de PA L2 alcançaram resultados quase convergentes com os dos grupos de controlo em [def. de 1ª menção]. Quanto aos informantes de controlo, verificamos um desfasamento entre os dados dos falantes de PA L1 e os de PE L1. Os primeiros

obtiveram taxas de acerto mais baixas em todos os contextos. Nota-se, contudo, que a divergência entre os dois grupos é mais elevada no contexto de [indef. de 1ª menção], com a balança a pender favoravelmente para o grupo de PE L1. As diferenças entre os dois grupos de controlo diminuem na condição de [def. de 2ª menção], em que a taxa de acerto do grupo de falantes de PA L1 sobe para 78%. Na última condição, os resultados do PA L1 aproximam-se mais dos do PE L1, tornando-se quase convergentes. Os resultados confirmam as predições feitas para os grupos de controlo. Como veremos à frente, as diferenças mantêm-se no teste de compreensão, embora numa escala muito mais reduzida do que no TPA.

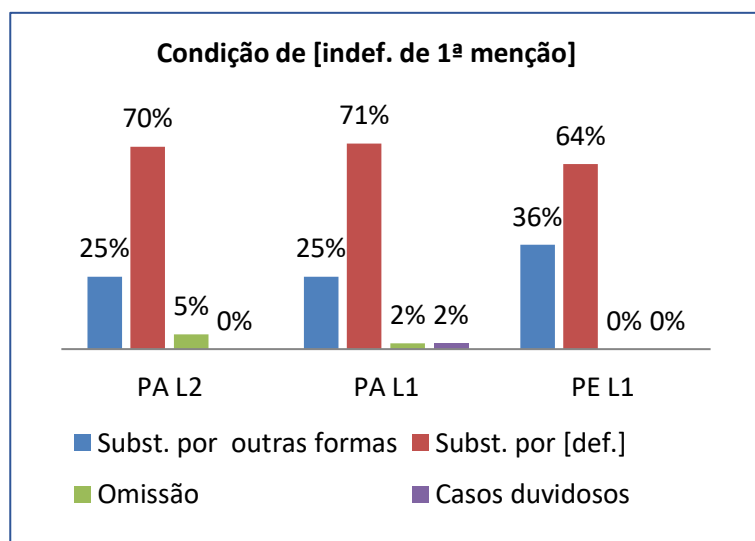
A descrição do gráfico 2 incidiu sobre as taxas de acerto. No que toca aos desvios, esses serão calculados sobre o valor total de desvios (cf. anexo VI). Descrever-se-ão, primeiro, os desvios da condição de [indef. de 1ª menção] respeitantes à substituição por outras formas (demonstrativos, possessivos, pronomes e outros), e a seguir, os de substituição de indefinido por definido, os de omissão e, por último, os de casos duvidosos. No seguimento destes dados, descrever-se-ão os desvios das condições de [def. de 2ª menção] e [def. de 1ª menção].

Quanto aos desvios resultantes de substituição por outras formas (cf. gráfico 3, abaixo), na condição de [indef. de 1ª menção], o PE L1 obteve a taxa mais alta. Por sua vez, os grupos de PA L2 e PA L1 apresentam a menor percentagem desses desvios, com uma taxa semelhante entre os dois grupos. Quanto à substituição por artigo definido, o PE L1 assinalou a menor taxa de desvios dessa natureza, seguido dos falantes de PA L2 e PA L1, que voltam a registar uma taxa idêntica de desvios dessa ordem. Nota-se uma ocorrência muito baixa de omissões nos grupos de PA L2 e PA L1. Não houve omissões nos dados de PE L1.

Relativamente aos desvios designados “casos duvidosos”, equivalentes à contração do artigo definido *a* com a preposição *a* (*à*), houve apenas uma reduzida percentagem, nesta condição, nos resultados de PA L1. O exemplo que segue (cf.1), extraído dos resultados de PA L1, ilustra o tipo de desvio encontrado.

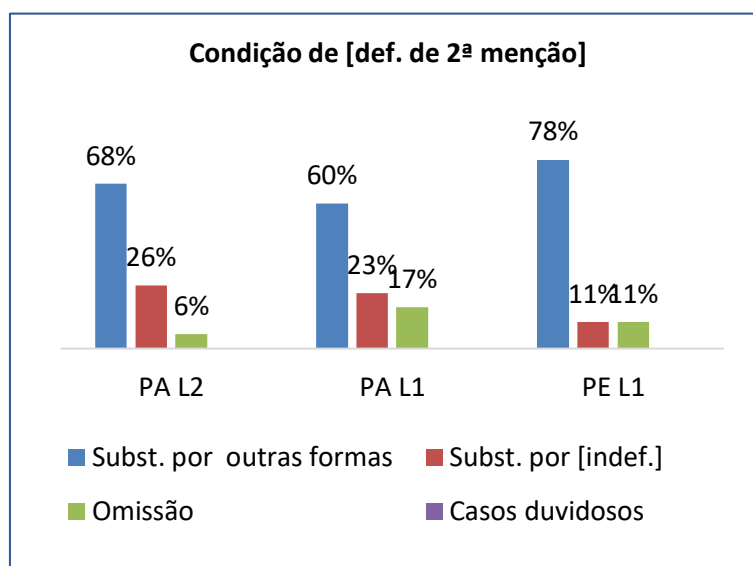
1. O governo chinês libertou \_\_ à \_\_ (alvo: a) modelo colombiana.

De uma forma geral, não há assimetrias entre os grupos, mas, quando observamos as diferentes condições, constatam-se assimetrias entre as estratégias preferidas em cada uma delas: por exemplo, na condição de [indef.], predomina a substituição por artigo, e, por sua vez, na de [def. de 2ª menção], a substituição por outras formas, como se poderá ver nos gráficos que se seguem.



**Gráfico 3- Percentagens de desvios na condição de [indef. de 1ª menção]**

Ao contrário do que sucedeu nesta condição, na condição de [def. de 2ª menção] (ver gráfico 4, abaixo) não prevalece a substituição por artigos.

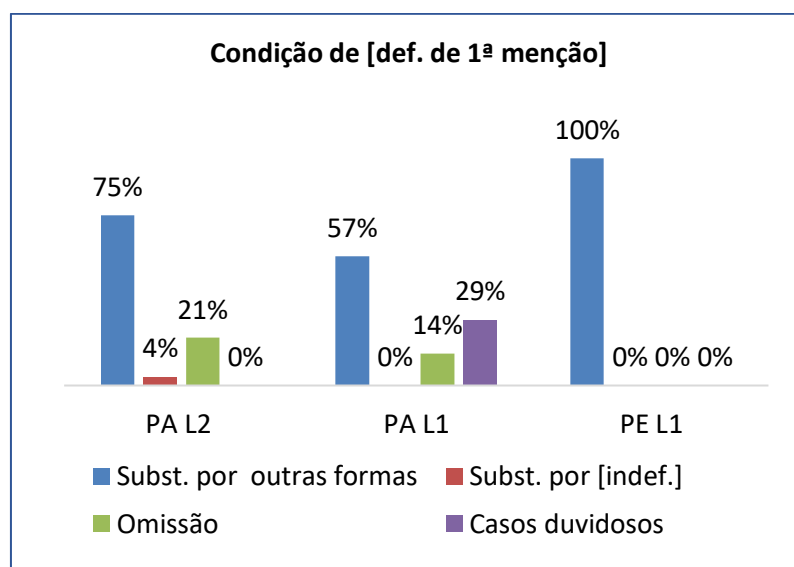


**Gráfico 4- Percentagens de desvios na condição de [def. de 2ª menção]**

O gráfico 4 ilustra as percentagens de desvios na condição de [def. de 2ª menção]. De igual modo, não há discrepâncias entre os grupos quanto às estratégias preferidas por cada um.

Neste contexto, ocorreu uma taxa mais alta de substituições por outras formas (demonstrativos, pronomes, etc.) comparativamente a outros desvios. Paralelamente ao que sucedeu na condição de [indef. de 1ª menção], a omissão voltou a ser a estratégia menos usada pelos três grupos, seguida de substituição por artigos. Não se verificaram casos duvidosos neste contexto.

Diferentemente do [def. de 2ª menção], registaram-se casos duvidosos na condição de [def. de 1ª menção], como se pode observar no gráfico 5, abaixo.



**Gráfico 5- Percentagens de desvios na condição de def. de 1ª menção**

No gráfico 5 vê-se, à semelhança do gráfico 4, uma percentagem mais alta de substituições por outras formas relativamente a outros desvios. Contrariamente às condições anteriores, nesta há apenas uma reduzida taxa de substituição por [indef.], no grupo de PA L2. Os grupos de controlo não cometeram nenhum desvio desta ordem.



O PA L1 voltou a ser o único a registar uma percentagem, desta vez maior, de casos de contração do artigo definido com a preposição *a* (*à*). Não houve casos duvidosos nos dados de PA L2 e PE L1.

Comparando as três condições, notamos que há divergências consideráveis nas estratégias preferidas. No contexto de [indef.] sobressai a substituição por artigo definido em todos os grupos; nos contextos de [def. de 2ª menção] e de [def. de 1ª menção], por seu lado, mereceu destaque a substituição por outras formas. Apesar de sistematizarmos outros desvios, enfatizamos a substituição por artigo (in)definido e a omissão, por constituírem parte das estratégias de uso de artigos por falantes nativos de línguas sem artigos. Com efeito, pode notar-se que, dessas estratégias, a omissão é o desvio menos frequente e a substituição por definido o mais frequente.

## 1.2. Resultados - teste de compreensão

Esta secção destina-se à descrição dos resultados do teste de compreensão. Inicialmente, serão descritos os dados da condição de [indef. de 1ª menção] dos três grupos, posteriormente os das restantes condições de teste e, por último, a condição de controlo.

Na condição de [indef. de 1ª menção] (ver tabela 6 abaixo) encontrámos 155 (57,5%) respostas conforme o alvo no grupo de PA L2. Quanto aos grupos de controlo, observámos taxas quase convergentes entre os falantes PE L1 e PA L1, reduzindo-se, assim, as assimetrias que se previam para estes dois grupos.

PA L2		PA L1		PE L1	
alvo	não-alvo	alvo	não-alvo	alvo	não-alvo
155	85	84	16	83	17
57,5%	42,5%	84%	16%	83%	17%

**Tabela 6- Indefinido de 1ª menção (teste de compreensão)**

A condição de [def. de 2ª menção] (cf. tabela 7) assinalou taxas de acerto altas, revelando-se um contexto de fácil compreensão em relação ao anterior. Das 200 questões respondidas pelo grupo de PA L2, 165 (82,5%) constituem respostas-alvo. No entanto, nesta condição, os falantes de PA L2 apresentaram um desempenho melhor do

que na de [indef. de 1ª menção]. São, assim, confirmadas as predições para esta condição, quando comparamos esses resultados com os da condição de [indef. de 1ª menção].

No que diz respeito aos grupos de controlo, os informantes de PA L1 registaram 99 respostas-alvo (99%), ao passo que os de PE L1 obtiveram 100 respostas-alvo (100%). Portanto, apesar de ser mínima a diferença entre ambos, os resultados comprovam as predições para os grupos de controlo.

PA L2		PA L2		PE L1	
Alvo	não-alvo	alvo	não-alvo	Alvo	não-alvo
165	35	99	1	100	0
82,5%	17,5%	99%	1%	100%	0%

**Tabela 7- Definido de 2ª menção (teste de compreensão)**

Na condição de [def. de 1ª menção] (ver tabela 8, abaixo) houve um decréscimo nas taxas de acerto relativamente ao contexto de [def.de 2ª menção] deste teste; consequentemente, registou-se um aumento da percentagem de respostas não-alvo neste contexto. Os falantes de PA L2 deram 73 (36,5%) respostas-alvo contra (82,5%) do contexto anterior; os de PA L1 forneceram 53 (53%) respostas-alvo nesta condição e 99 (99%) na de [def. de 2ª menção]. Finalmente, os falantes de PE L1 apresentaram 78 (78%) respostas-alvo neste contexto e 100% no anterior. Portanto, houve redução nas taxas de acerto em todos os grupos.

PA L2		PA L1		PE L1	
Alvo	não-alvo	alvo	não-alvo	alvo	não-alvo
73	127	53	47	78	22
36,5%	63,5%	53%	47%	78%	22%

**Tabela 8- Definido de 1ª menção (teste de compreensão)**

Considerámos não-alvo, na condição de [indef. de 2ª menção] (cf. tabela 9, abaixo), a resposta em que o informante interpretou o [indef. de 2ª menção] como numeral, a qual

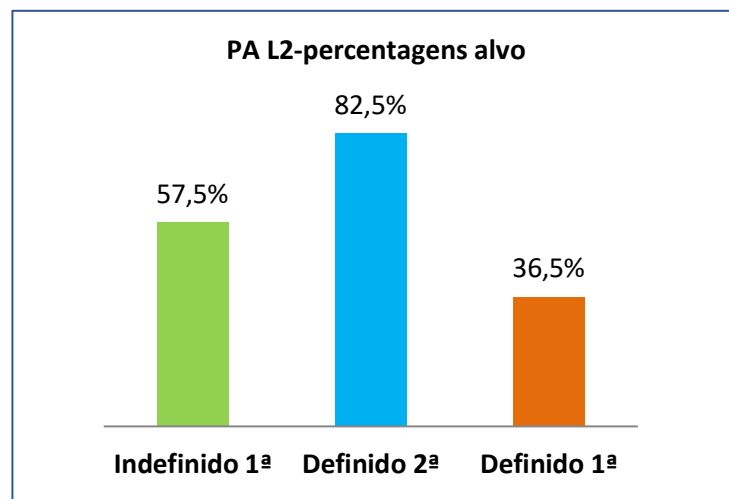
respondeu sim; por seu lado, a resposta-alvo corresponde à de artigo indefinido. Com efeito, importa frisar que a primeira leitura não é errada, sendo uma das possíveis interpretações que se pode fazer destes itens. Contudo, considerámo-la “não-alvo”, porque o nosso foco incide sobre o uso do artigo e não sobre o numeral. Não foi possível determinarmos com precisão que leitura os informantes fazem neste contexto, de numeral ou artigo, e talvez fosse mais fácil fazê-lo se tivéssemos testado indefinidos plurais. Contudo, os resultados obtidos por esses grupos no contexto de [indef. 1ª menção] deste teste levam-nos a inferir que eles tenham interpretado o [indef. 2ª menção] como numeral. Assim, das 200 questões a que o grupo de PA L2 respondeu nesta condição, 46 (23%) poderão ter sido interpretadas como artigo indefinido e 154 (77%) como numeral, de acordo com o postulado acima.

Os grupos de controlo também parecem atribuir preferencialmente uma interpretação de numeral ao [indef. de 2ª menção]. O PA L1 forneceu 8 (8%) respostas-alvo. Por seu turno, o PE L1 deu 6 (6%) respostas-alvo. Assim, esta condição apresenta um baixo nível de respostas-alvo que julgamos ser decorrente do facto de ter mais do que uma interpretação.

PA L2		PA L1		PE L1	
alvo	não-alvo	Alvo	não-alvo	alvo	não-alvo
46	154	8	92	6	94
23%	77%	8%	92%	6%	94%

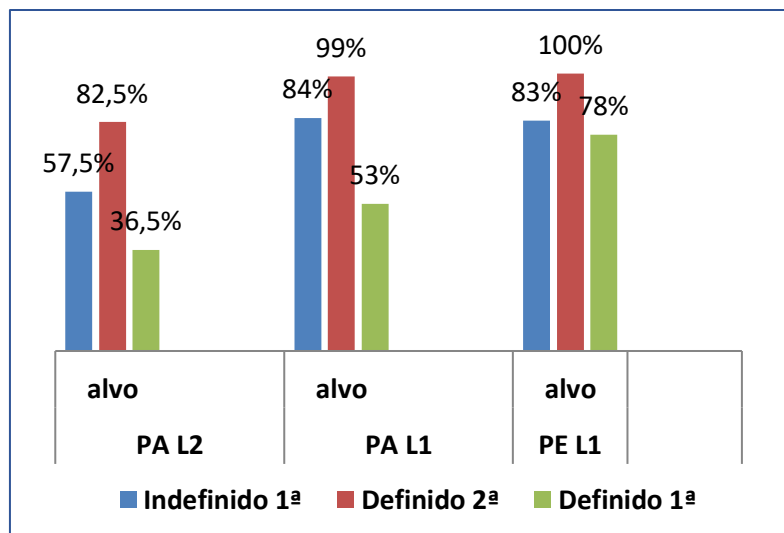
**Tabela 9- Indefinido de 2ª menção (teste de compreensão)**

Os resultados globais do PA L2 demonstram oscilações no desempenho destes informantes. Os contextos de [indef. de 1ª menção] e [def. de 2ª menção] foram aqueles em que se verificaram melhores resultados, comparando as três condições. Por sua vez, o [def. de 1ª menção] registou a menor taxa de acerto, contradizendo, desse modo, as predições que havíamos feito para este contexto. Apresentam-se abaixo, no gráfico 6, os resultados de PA L2 nas condições de teste.



**Gráfico 6- Percentagens de respostas-alvo do grupo de PA L2 no teste de compreensão**

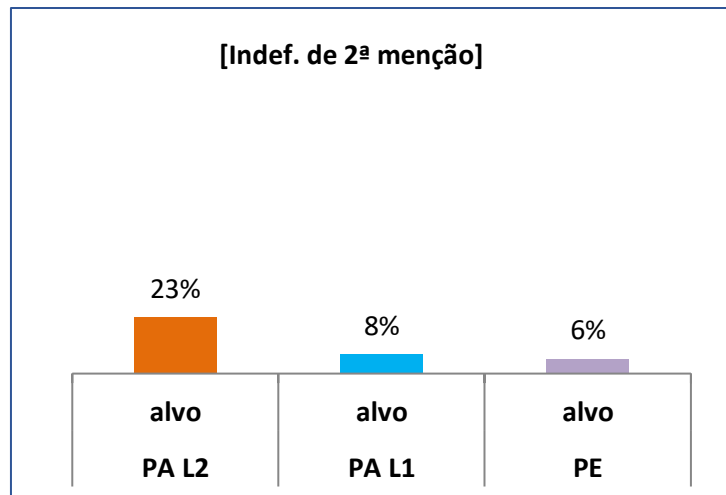
O gráfico acima ilustra o desempenho dos falantes de PA L2 nas condições de teste. Não obstante a instabilidade nos resultados de definido, pode dizer-se que os falantes de PA L2 apresentaram um melhor desempenho em definido, em comparação com o indefinido. O gráfico acima permite-nos comparar os resultados de PA L2 nas condições de teste. Como se poderá notar adiante, este grupo apresenta taxas de acerto inferiores às dos grupos de controlo. Para compará-los com os resultados dos grupos de controlo, voltaremos a mostrar estes dados no gráfico 7. Os resultados dos três grupos, no teste de compreensão, são ilustrados no gráfico que se segue.



**Gráfico 7- Comparação dos três grupos nas condições de teste (teste de compreensão)**

O gráfico 7 apresenta os dados dos informantes de PA L2, PA L1 e de PE L1. Como se pode ver, as taxas de acerto de PA L2 são inferiores às dos grupos de controlo em todas as condições. Por sua vez, os grupos de controlo têm taxas de acerto semelhantes em [indef. de 1ª menção] e [def. de 2ª menção]. Os resultados da condição de [def. de 1ª menção] caracterizam-se por uma grande variação entre os três grupos. O grupo de PE L1 alcançou a maior percentagem de acerto, seguido do grupo de PA L1 e do grupo de PA L2, com a menor percentagem. Quanto aos contextos discursivo-pragmáticos de 1ª e 2ª menção do definido, sublinha-se o melhor desempenho em 2ª menção.

Em relação à condição de controlo, há uma diferença notável nas taxas de respostas-alvo do grupo de teste, em comparação com as dos grupos de controlo. Os resultados desta condição podem ser vistos no gráfico 8, abaixo.



**Gráfico 8- Percentagens de respostas-alvo na condição de controlo (teste de compreensão)**

No gráfico 8 observam-se os dados dos três grupos na condição de controlo. Parece sobressair a interpretação de numeral, ou seja, a maioria dos informantes atribuiu uma leitura de numeral ao artigo. Note-se que os falantes de PA L2, com uma taxa de 23% de respostas-alvo, aceitam menos leituras de numeral para o [indef. de 2ª menção] do que os grupos de controlo. Efetivamente, os falantes de PA L1 distanciam-se dos de PA L2 na interpretação que fazem do [indef. de 2ª menção], assemelhando-se mais aos falantes de PE L1. No entanto, ao considerarmos os resultados dos grupos de PA L1 e PE L1 na condição de [indef. de 1ª menção], observamos que registam taxas muito elevadas de aceitação (que rondam os 85%), em contraste com as baixas taxas que apresentam na condição de [indef. de 2ª menção]. Provavelmente, os grupos de controlo atribuíram ao artigo indefinido, neste último contexto, uma leitura quantificacional.

## **2. Resultados individuais**

Na descrição dos resultados globais verificou-se que a opcionalidade se acentua mais em uns contextos do que em outros, sobretudo nos de [indef. de 1ª menção] do TPA e em [def. de 1ª menção] do teste de compreensão. Ao olharmos para os dados individuais (cf. anexos VII, VIII e IX), notamos que há variabilidade nos resultados, ou seja, alguns informantes têm taxas de acerto altas, ao passo que outros têm taxas muito baixas.

Descrever-se-ão primeiro os dados do TPA, de todos os grupos e condições, e, posteriormente, os dados do teste de compreensão. Agruparam-se os resultados pelo número de informantes que têm percentagens próximas de acertos.

## 2.1. Resultados individuais-TPA

Na tabela 10, abaixo, mostram-se os resultados individuais dos três grupos no TPA. Tendo em conta o número de participantes ao inquérito, agregámos os informantes que têm taxas de acerto próximas.

	<b>Resultados individuais-TPA</b>		
Grupos	Nº de informantes por percentagens de acerto		
	<b>indef. 1ª de menção</b>	<b>def. de 2ª menção</b>	<b>def. de 1ª menção</b>
PA L2	13 (entre 14% e 29%)	22 (entre 71% e 100%)	39 (entre 71% e 100%)
	17 (entre 43% e 57%)	17 (entre 29% e 57%)	1(=43%)
	8 (= 0%)	1 (= 0%)	
	2 (entre 86% e 100%)		
PA L1	11 (entre 71% e 100%)	15 (entre 71% e 100%)	2 (entre 57% e 71%)
	8 (entre 29 % e 57%)	3 (entre 43% e 57%)	18 (entre 86% e 100%)
	1 (=0%)	2(=14%)	
PE L1	4 (entre 57% e 71%)	20 (entre 71% e 100%)	20 (entre 71% e 100%)
	16 (entre 86% e 100%)		

**Tabela 10- Resultados individuais do TPA**

Como se viu, na tabela acima, de entre os três grupos, houve maior variabilidade nos resultados de PA L2, seguidos dos de PA L1. Os dados de PE L1 são mais estáveis. Em relação às três condições, há maior oscilação em [indef. de 1ª menção] e menos em [def. de 1ª menção].

## 2.2. Resultados individuais-teste de compreensão

Na tabela 11, abaixo, estão descritos os dados dos três grupos no teste de compreensão. Para melhor descrevê-los, agrupamos os informantes que têm idênticas percentagens de acerto.

Resultados individuais- teste de compreensão				
Grupos	Nº de informantes por percentagens de acertos			
	Condições			
	indef. de 1ª menção	def.de 2ª menção	def.de 1ª menção	indef. de 2ª menção
PA L2	25 (entre 60% e 100%)	34 (entre 60% e 100%)	9 (entre 60% e 100%)	7 (entre 60% e 100%)
	8 (entre 20% e 40%)	3 (entre 20% e 40%)	24 (entre 20% e 40%)	14 (entre 20% e 40%)
	7 (= 0%)	3 (= 0%)	7 (= 0%)	19 (=0%)
PA L1	19 (entre 40% e 100%)	20 (entre 80 e 100%)	12 (entre 60% e 80%)	1 (= 100%)
	1 (= 0%)		6 (entre 20% e 40%)	3 (= 20%)
			2 (= 0%)	16 (=0%)
PE L1	18 (entre 60% e 100%)	20 (=100%)	17 (entre 60% e 100%)	3 (entre 20% e 60%)
	2 (=0%)		2 (entre 40% e 20%)	17 (= 0%)
			1(= 0%)	

**Tabela 11- Resultados individuais do teste de compreensão**

Como se pode notar, na tabela cima, o desempenho os informantes de PA L2 volta a caracterizar-se por uma grande oscilação, já que alguns informantes têm taxas de acerto altas, ao passo que outros têm 0% de acerto.



No que toca aos grupos de controlo, os dados dos falantes de PA L1 apresentam maior variabilidade, ao passo que os de PE L1 são mais estáveis. Quanto às condições de teste, as de [indef. 1ª menção] e de [def. de 1ª menção] foram as que apresentaram maior variação.

Em suma, verificou-se com estes testes que os informantes de PA L2 apresentam resultados mais baixos do que os grupos de PA L1 e PE L1.

### 3. Discussão

Este trabalho foi motivado pelo objetivo de averiguar se os falantes nativos de kikongo, falantes de português L2, adquirem as propriedades semântico-discursivas associadas ao artigo, bem como pelo objetivo de refletir acerca dos fatores que influenciam a aquisição de artigos em L2. Após a descrição dos resultados obtidos, propusemo-nos a discuti-los à luz das predições e da hipótese de investigação formuladas, relacionando-os com outros trabalhos que incidem sobre o mesmo tópico.

De acordo com as predições para os falantes de PA L2 no TPA, esperavam-se mais desvios na condição de indefinido do que em outras condições. Portanto, os itens desta condição foram os que apresentaram mais desvios, apoiando assim as nossas predições. Este dado parece indicar que os falantes de L2 têm maior dificuldade no uso do artigo indefinido. A este respeito, Hawkins (2001) salienta que a aquisição/aprendizagem do artigo definido ocorre primeiro do que a do indefinido. Esta ordem de aquisição/aprendizagem permite explicar o excesso de desvios em indefinido, reportados na aquisição de artigos em L2. Outros estudos sobre a aquisição de artigos em português L2 sustentam esta ideia (Zhang, 2010; Baldé, 2011). Verificou-se que os falantes japoneses, de nível avançado, usam excessivamente artigos definidos em contextos [+ indefinido] [+ específico] no singular e plural (cf. Snape, 2006:594). Ressalta-se que, apesar de a especificidade não ser uma variável neste estudo, todos os itens de teste aplicados aos falantes nativos de kikongo são [+ específicos] e estão no singular.

Não foi possível determinar as causas do maior número de desvios com indefinidos. Contudo, várias possibilidades podem ser levantadas: em primeiro lugar, resalto a ambiguidade da forma morfológica equivalente ao artigo indefinido, por ser interpretada, umas vezes, como artigo, outras, como numeral. Essa dualidade de funções (e de sentidos) implica, da parte do falante de L2, maior conhecimento para diferenciá-los e interpretá-los adequadamente. Por outro lado, salienta-se o uso excessivo de artigos definidos, o que nos leva a crer, com Baldé (2011) entre outros, que haja pouca evidência no *input* do uso do artigo indefinido.

No que concerne aos contextos discursivo-pragmáticos de [1ª e 2ª menção], foi predito que haveria mais desvios em [def. de 2ª menção] do que em [def. de 1ª menção]. Os

dados de produção corroboram as nossas previsões, por outras palavras, houve menos desvios em 1ª menção. O melhor desempenho nesta condição pode dever-se ao facto de o definido de 1ª menção referir entidades inerentemente únicas, cuja interpretação depende, em grande medida, de fatores extralinguísticos, ao contrário do [def. 2ª menção], em que a interpretação é determinada pelo contexto.

Note-se que, por um lado, os falantes de PA L2 tiveram taxas de acerto mais baixas nos contextos de indefinido e definido de 2ª menção em relação aos grupos de controlo, que demonstram diferenças no seu desempenho. Por outro lado, há uma diferença mínima entre o PA L2 e os grupos de controlo na condição de [def. de 1ª menção], o que nos permite dizer que os falantes de PA L2 não têm dificuldades no uso de artigos neste contexto.

Ao olharmos para os resultados dos grupos de controlo no TPA, constata-se que o desempenho dos falantes de PA L1 também diverge do dos de PE L1. No entanto, alguns fatores, nomeadamente a situação de contacto linguístico a que esses falantes estão expostos e as características do *input*, podem explicar essas assimetrias. À semelhança dos falantes nativos do português de Moçambique (ver Gonçalves, 2005 para o português falado em Moçambique), o *input* a que grande parte dos falantes nativos de PA L1 tem acesso provém de falantes de PA L2; além disso, a pouca exposição ao padrão do PE L1 pode também justificar as diferenças entre estes falantes.

Tal como os falantes de PA L2, os de PA L1 tiveram, claramente, uma taxa de acerto mais baixa na condição de [indef.] do que os de PE L1. Vê-se, portanto, que os falantes de PA L1 também têm mais dificuldades neste contexto. Os resultados dos grupos de controlo voltam a divergir na condição de [def. de 2ª menção], mas com uma percentagem mais reduzida do que em [indef.]. Os dados dos grupos de controlo no TPA apoiam as previsões para o PA L1, segundo as quais estes informantes teriam taxas de acerto mais baixas do que os de PE L1.

Quanto às estratégias usadas, tendo em conta as elevadas taxas de substituições – isto é, de usos de outras formas morfológicas (demonstrativos, possessivos, pronomes, etc.) ou de um artigo num contexto em que se esperaria outro –, nota-se que a substituição de um artigo por outro foi a estratégia preferida por todos os grupos na condição de [indef.], ao passo que a substituição por outras formas foi a mais utilizada pelos três

grupos nas condições de [def. de 2ª menção] e [def. de 1ª menção]. A par dessas estratégias, há a omissão, que teve uma baixa ocorrência em todos os grupos. Com efeito, pode atribuir-se a baixa percentagem de omissões a várias causas: por um lado, podemos considerar o baixo índice de omissão, neste estudo, um efeito do tipo de tarefa, sendo que os informantes podem ter-se sentido pressionados a preencherem todos os espaços em branco, pelo simples facto de haver um lugar vazio na frase, apesar de lhes ter sido dito que podiam deixar em branco, caso achassem desnecessária a palavra. Por outro, alguns estudos sobre a aquisição de artigos por falantes quase nativos (e.g. White e Genesee, 2008; Perez *et al.*, 2011) não reportam omissão, diferentemente de estudos sobre a aquisição de artigos por falantes de nível inicial (Ionin, 2003). Isso sugere que a omissão é menos frequente em níveis avançados, ou pelo menos não ocorre com frequência nestes falantes por já apresentarem um nível de proficiência avançado.

Quanto ao contraste [indef. vs def.], houve menor ocorrência de omissões – ou seja, de supressões indevidas do artigo – em indefinido do que em definido, revelando que o definido é mais propenso a omissões, diferente do que observou Ionin (2003), que propõe que o indefinido pode ser mais facilmente omitido por transportar pouca informação sobre o referente. Portanto, contrariamente à proposta de Ionin (2003), o contexto de definido teve a maior percentagem de omissões do que o de indefinido, o que também contraria as nossas predições. Embora tenha havido mais omissões em definido do que em indefinido, de um modo geral, o indefinido continua a ser a condição mais propensa a desvios, no TPA.

Analisando os dados da tarefa de compreensão, vemos que o desempenho dos falantes de PA L2 continua a divergir do desempenho dos grupos de controlo, apesar de a diferença ser mínima no contexto de [def. de 2ª menção]. O mesmo sucedeu com os grupos de controlo. Para o teste de compreensão, predissemos que haveria taxas de acerto mais elevadas na condição de definido quer de 2ª quer de 1ª menção do que na de indefinido – os resultados confirmam as nossas predições, para o [def. de 2ª menção]. Porém, a condição de [def. de 1ª menção] contraria as predições feitas, ou seja, contrariamente à condição de [def. de 1ª menção] do TPA, neste teste, a percentagem de respostas desviantes sobe. Assinala-se que, diferentemente do TPA, o [def. de 1ª

menção] neste teste não alude a entidades inerentemente únicas, ou seja, que remetem apenas para uma interpretação definida. Pensamos que a natureza dessas entidades tenha concorrido para a redução de respostas-alvo.

Na condição de controlo, o grupo de teste distancia-se mais dos de controlo, com uma taxa mais alta de interpretação como [indefinido] no contexto de [indef. de 2ª menção]. Os resultados dos dois grupos de controlo aproximam-se mais.

No que diz respeito aos grupos de controlo, o desempenho de PA L1 difere, inequivocamente, do de PE L1. Portanto, algumas condições, designadamente as de [def. de 2ª menção] e [indef. de 1ª menção], aproximam mais os falantes de PA L1 aos de PE L1; e as condições de [def. de 1ª menção] aproximam-nos mais aos de PA L2 e distanciam-nos dos de PE L1. Em suma, os resultados dessas últimas condições vão ao encontro das predições para os grupos de controlo, segundo as quais se previam diferenças no desempenho destes falantes. As diferenças entre os grupos de controlo podem dever-se a características do PA, já que muitas delas apresentam traços que podem ter-se desenvolvido por contacto com as línguas bantu, fazendo com que os falantes de PA L1 recebam um *input*, em muitos casos, divergente do padrão europeu.

Nota-se uma grande variabilidade nos resultados individuais, entre os falantes de PA L2 e os grupos de controlo. Verificou-se igualmente uma discrepância nos resultados individuais dos grupos de controlo: os falantes de PE L1 distinguem-se claramente do grupo de PA L1, com taxas de acerto mais altas.

Quanto às tarefas realizadas, observa-se que há igualmente diferenças no desempenho dos informantes: algumas condições, por exemplo a de [indef.], registaram taxas de acerto muito baixas no TPA e altas no teste de compreensão. Em relação às baixas taxas de acerto no TPA, estas podem refletir desconhecimento das características semânticas e discursivo-pragmáticas de uso de artigos; em alternativa podem indicar a existência de um desfasamento entre a gramática interna dos falantes de L2 (e até de falantes de L1) e a performance, que nem sempre reflete défices no conhecimento. Contudo, pensamos que as baixas percentagens de acerto em algumas condições do teste de compreensão tenham derivado de falta de conhecimento, por incompreensão das propriedades do artigo.

De acordo com a hipótese formulada, haveria mais desvios nos resultados de PA L2, depois nos de PA L1 e menos nos de PE L1. Os resultados corroboram a nossa hipótese.

## CONCLUSÕES

Voltando às questões de investigação – se os falantes de português L2, kikongo L1, adquirem o mapeamento entre as formas morfológicas dos artigos e os valores semânticos e discursivo-pragmáticos a eles associados; se recorrem a estratégias de substituição e omissão de artigos, e, em caso afirmativo, em que contextos e que fatores interferem na aquisição de artigos em português L2 –, pode-se, em parte, responder afirmativamente à primeira, tendo em conta os resultados globais da condição de [def. de 1ª menção] do TPA e da condição de [def. de 2ª menção] do teste de compreensão: estes resultados não refletem déficit no conhecimento desses falantes. Todavia, parte dos resultados individuais evidencia desconhecimento destas propriedades – por outras palavras, os falantes nativos de kikongo não adquiriram as propriedades semânticas e discursivas associadas ao uso de artigos, porque os usam aleatoriamente, isto é, não os relacionando com os valores semânticos de (in)definitude ou com os valores discursivo-pragmáticos de 1ª e 2ª menção. Portanto, os resultados apoiam a Hipótese de Interface, adotada na presente investigação, segundo a qual os falantes quase nativos mostram opcionalidade nas escolhas da gramática da língua alvo.

Porém, embora os resultados apoiem a Hipótese de Interface, verificou-se um contraste entre os artigos definidos e indefinidos, havendo maior opcionalidade em indefinido. Depreende-se, desta constatação, que as características semânticas e discursivo-pragmáticas do artigo indefinido sejam mais difíceis de interpretar e, conseqüentemente, de serem adquiridas (ver Ionin, 2003, Snape, 2006 para outros estudos em aquisição de artigos). Por outro lado, pensamos que as dificuldades na aquisição de propriedades de interface se manifestem em diferentes graus, ou seja, algumas dessas propriedades são mais difíceis de adquirir do que outras. Posto isto, podemos colocar a seguinte questão: porque é que há maior dificuldade no uso de indefinido do que no uso de definido? Esta é, sem dúvida, uma questão que poderá ser respondida em trabalhos futuros.

Em relação à 2ª questão, concluímos que os falantes nativos de kikongo recorrem a estratégias de omissão e substituição do artigo, mas muito menos à omissão do que à substituição.

Considerando as outras hipóteses discutidas no capítulo 3, por exemplo, a Hipótese do Déficit Representacional, de acordo com a qual, quando a L1 e a L2 diferem, os falantes de L2 não conseguem aceder às propriedades gramaticais da nova forma morfológica, as diferenças entre o PA L2 e o PA L1 podem ser atribuídas ao facto de estarmos perante a aquisição de L2 de um item ausente da L1; às dificuldades na aquisição e interpretação de propriedades de interface; ao tipo de *input* ou à influência do kikongo sobre o português, visto que há maior probabilidade de uma língua influenciar a outra quando tem um sistema mais económico, ou alguma opção em falta (Sorace, 2005), como é o caso do kikongo, que não possui artigos. Por outro lado, as discrepâncias entre os grupos de controlo podem ter diferentes origens: a) características do padrão linguístico do PA, que nem sempre são compatíveis com as do PE (ver a descrição do PA no capítulo 1); b) influência das línguas bantu que, por não realizarem morfológicamente artigos, afetam, de igual modo, os falantes de PA L1. O *input* e a influência das línguas nacionais têm, seguramente, um papel relevante; uma vez que o português ainda é adquirido como L2 por muitos falantes em Angola, os dados linguísticos primários a que estes falantes de PA L1 têm acesso são frequentemente fornecidos por falantes de PA L2. Estes fatores influenciam não só o desempenho dos falantes de PA L2, mas também o dos de PA L1. No que diz respeito aos falantes de PA L1, esta intuição foi confirmada pelos resultados divergentes em relação ao PE L1.

No entanto, não foi possível precisar quais destes fatores se afiguram preponderantes e em que medida cada um influencia a aquisição de L2. Fica assim por responder a questão sobre que fatores influenciam a aquisição de artigos em português L2 por falantes de kikongo L1, e em que medida cada um desses fatores influencia este processo de aquisição.

Concluimos que as propriedades subjacentes ao uso de artigos não foram plenamente adquiridas. Este e outros fatores, atrás mencionados, confluem para dificultar a aquisição de artigos em português L2 por falantes nativos de kikongo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, Steven Paul. (1987). *The English Noun Phrase The English Noun Phrase and its Sentential Aspect*. Tese de Doutorado, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.
- ADRIANO, Paulino Soma. (2014). *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: Divergência em Relação à Norma Europeia*. Tese de Doutorado, Universidade de Évora.
- AGUIAR, Ana Gabriela. (2013). *Marcação de Definitude em Sintagmas Nominais de Línguas da Família Tupí-Guaraní*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- ALTUNA, Raúl Ruiz. (1993). *Cultura Tradicional Bantu, (2ª Ed)*. Luanda : Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.
- ATANÁSIO, Nicolau. (2002). *Ausência do Artigo no Português de Moçambique: Análise de um corpus constituído por textos de alunos do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade Pedagógica da Moçambique.
- BALDÉ, Nailia. (2011). *A Aquisição do Artigo em Português L2 por falantes de L1 Russo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BECHARA, Evanildo. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa (37ª ed.)* Brasil: Nova Fronteira.
- CHOMSKY, Noam. (1959). A Review of *Verbal Behavior* by B.F. Skinner. Obtido em 24 de 02 de 2016, de <http://www.comp.dit.ie/dgordon/courses/ilt/areviewofbfskinnersverbalbehavior1959.pdf>
- CHOMSKY, Noam. (1986). *Knowledge of Language: its Nature, Origin, and Use*. In: *Convergence*, 410. New York: Praeger.
- KIM, Han Chul. (2005). *Aquisição de artigo em português como língua segunda por aprendizes coreanos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- CLEMENTS, J. Clancy. (2009). *The Linguistic Legacy of Spanish and Portuguese: Colonial expansion and language change*. EUA Cambridge University Press.
- COOK, Vivian. (2000). Is transfer the right word? Obtido em 20 de Janeiro de 2016, de <http://homepage.ntlworld.com/vivian.c/Writings/Papers/Transfer2000.htm>
- DEPREZ, Viviane, SLEEMAN, Petra & GUELLA, Hakima. (2011). Specificity Effects in L2 Determiner Acquisition: UG or Pragmatic Egocentrism. In: PIVULESCU, Mihaela *et al.* (orgs). *Selected Proceedings of the 4th Conference on Generative Approaches to Language Acquisition*. Galana: Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project (pp. 27-36)
- ELLIS, Rod. (1999). *The Study of Second Language Acquisition*. New York: Oxford University Press.
- FERNANDES, João & NTONDO, Zavoni. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila, Colecção Ensaio / Língua e Cultura.
- FLYNN, Suzanne. (1996). A Parameter-Setting Approach to Second Language Acquisition. In: RITCHIE, C. William & BHATIA, Tejk (orgs). *Handbook of Second Language Acquisition*. San Diego: Academic Press (pp. 121-158).
- GÄRTNER, Eberhard. (1996). Particularidades Morfossintáticas do Português de Angola e Moçambique. *Cofluência: Revista do Intituto de Linguística Portugues*, 12 (pp. 27-58).
- GONÇALVES, Perpétua, STROUD, Christopher, MORENO, Albertina, TUZINE, António, JOÃO, Maria Diniz & MENDONÇA, Marisa. (1998). *Panorama do Português Oral de Maputo - Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios*, Volume III, Moçambique Edição: INDE.
- GONÇALVES, Perpétua. (2005). Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: Papel da ambiguidade na génese do português de Moçambique. *Revista da Abralin* 4, (1 e 2) ( pp. 47-73).
- GONÇALVES, Perpétua. (2013). O português em África. In: EDUARDO, Raposo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria António Coelho da,

- SEGURA, Luisa, MENDES, Amália. (orgs). *Gramática do Português*, Volume I, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (pp. 157-178) .
- GUASTI, Maria Teresa, & GAVARRÓ, Anna. (2008). Article Omission Across Child Languages. *Language Acquisition* 15, (2) ( pp. 89-119).
- HAWKINS, Roger & CHAN, Cecilia Yuet-hung. (1997). The partial availability of Universal Grammar in second language acquisition: the failed functional features hypothesis. *Second Language Research* 13 (3) (pp. 187-226).
- HAWKINS, Roger. (2001). *Second Language Syntax: A Generative Introduction*. EUA: Blackwell Publishing.
- INE-ANGOLA. (2014). *Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola*. Obtido em 22 de 02 de 2016, de [www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014\\_FINAL.13.10.14.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf)
- INVERNO, Liliana. (2004). A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana (org.). *Português em Contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana Vervuert (1-12).
- IONIN, Tania. (2003). *Article Semantics in Second Language Acquisition*. Tese de Doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.
- IONIN, Tania, ZUBIZARRETA, Maria Luisa & MOLDOMO, Salvador Bautista. (2008). Sources of linguistic knowledge in the second language acquisition of English articles. *Língua* 118 (4) (pp. 554–576).
- KUKANDA, Vatomene. (2000). Diversidade Linguística em África. *África Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, 3 (pp. 101-117).
- LEIRIA, Isabel. (1999). Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Instituto Camões, PLS e PLE: investigação e ensino. *Revista Digital de Didática de Português Língua Não Materna*, 4 (pp. 1-11).
- LEONETTI, Manuel. (1999). El artículo. In: BOSQUE, Ignacio & DEMONTE (orgs.). *Gramática Descriptiva de La Lengua Española*, Volume I, Espanha. Real Academia Española: Editorial Espasa Calpe, SA (pp. 787-890).

- LONGOBARDI, Giuseppe. (2001). "The Structure of DPs: Some Principles, Parameters, and Problems." In: BALTIN, Mark & COLLINS, Chris (orgs.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Massachusetts: Blackwell Publishers (pp. 562-603).
- LYONS, Christopher. (1999). *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MADEIRA, Ana. (2008). Aquisição de L2. In: OSÓRIO, Paulo & MEYER, Rosa Marina (orgs.). *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas Lda (pp. 189-203).
- MADEIRA, Ana, XAVIER, Maria Francisca & CRISPIM, Maria de Lourdes. (2010). Interpretação semântica e/ou pragmático-discursiva de sujeitos na aquisição de português L2. In: *Textos Seleccionados XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto (pp. 513-529).
- MARINIS, Theodore. (1998). The acquisition of expletive definite articles in Modern Greek. In: A., Cambier-Langeveld, T., LIPTAK & RADFORD, M. (orgs.). Lisboa: *ConSOLE*, 6 ( pp. 169-184).
- MARINIS, Theodore. (1999). Minimal inquiries and acquisition of definite article in modern Greek. *Proceedings of the 34<sup>th</sup> Colloquium of Linguistics* (pp. 7-10).
- MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, FARIA, Isabel Hub *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (5<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Caminho.
- MATTHEWSON, Lisa, BRYANT, Tim & ROEPER, Tom. (2001). A Salish stage in the acquisition of English determiners: unfamiliar definites. *Proceedings of sula. The semantic of under-Represented in the Americas University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistic*, 25 (pp. 1-18).
- MENDES, Beatriz Correia. (1985). *Contribuição para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MIGUEL, Matilde & RAPOSO, Eduardo Paiva. (2013). Determinantes. In: EDUARDO, Raposo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MOTA, Maria António Coelho da, SEGURA, Luisa, MENDES, Amália (orgs.). *Gramática do Português*, Volume I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (pp. 819-879).

- MINGAS, Amélia Arlete. (2000). *Interferência do Kinbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- MINGAS, Amélia Arlete (2002). Português de Angola: uma realidade. In: *XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Luanda.
- MUDIMBO, Quibongue. (2013). *Da Lexicologia e Lexicografia de Aprendizagem ao Ensino da Língua Portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário: 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Classes na E.F.P. "COR MARIAE" DO UÍJE*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- NGUNGA, Armindo. (2012). Interferências de Línguas Moçambicanas em Português falado em Moçambique. *Revista Científica da UEM Série: Letras e Ciências Sociais*, 0 (1) (pp. 7-20).
- OTHERO, Gabriel de Ávila. (2009). *A gramática da frase em português: Algumas reflexões para formalização da estrutura frasal em português*. Porto Alegre: Edipucrs.
- PRÉVOST, Philippe & WHITE, Lidia. (2000). Missing surface inflection or impairment in second language acquisition? Evidence from tense and agreement. *Second Language Research*, 16 (2) (pp. 103–133).
- QUIALA, M. Barroso. (2013). *Longoka kikongo* (1<sup>a</sup> ed.). Luanda: Mayamba.
- QUIVUNA, Manuel. (2013). *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna. Estudo de Caso: Escola do 2º Ciclo da cidade do Wizi*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- RAPOSO, E. Paiva. (1992). *Teoria da Gramática: A faculdade da Linguagem* (2<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- SCHACHTER, Jacquelyn. (1996). Maturation and the issue of universal grammar in second language acquisition. In: RITCHIE, C. William & BHATIA, Tejk (orgs.). *Handbook of Second Language Acquisition*. San Diego: Academic Press (pp. 159-188).

- SIM-SIM, Inês, DUARTE, Inês & FERAZ, Maria José. (1997). *A Língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa. Ministério da Educação – Departamento de Educação Básica.
- SKINNER, B. (1957). Verbal Behavior. In: VARGAS, A. Ernst (org.). *Brazilian Journal of Behavioral and Cognitive Therapy, volume IX, 2*. Brasil (pp. 1-20).
- SNAPE, Neal. (2006). L2 acquisition of definiteness and specificity in English by advanced Japanese and Spanish learners. In: BANNATTI, A. Belletti E., CHESI, C. E., DOMENICO, Di & FERRARI, I. (orgs.). *Proceedings of the Generative Approaches to Language Acquisition Conference*, UK. Cambridge (pp. 591-596).
- SORACE, Antonella & FILIACI, Francesca. (2006). Anaphora resolution in near-native speakers of Italian. *Second Language Research* 22, (339) (pp. 339-368).
- SORACE, Antonella. (2005). Selective optionality in language. In: CORNIPS, Leonie & CORRIGAN, Karen (orgs.). *Syntax and Variation: Reconciling the Biological and the Social*. Amsterdam (pp. 55-80).
- VAN HOUT, Angeliek, HARRIGAN, Kaitlyn, & DE VILLIERS, Jill. (2009). Comprehension and production of definite and indefinite noun phrases in English preschoolers. In: CRAWFORD, Jean *et al.* (orgs.). *Proceedings of the 3rd Conference on Generative Approaches to Language Acquisition (GALANA)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project: (pp. 76-87).
- WHITE, Lydia. (2003). *Second Language Acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHITE, Lydia & GENESEE, Fred. (1996). How native is near-native? The issue of ultimate attainment in adult second language acquisition. *Second Language Research*, 12 (233) (pp. 233-265).
- ZHANG, Jing. (2010). Aquisição do sistema de artigos por aprendentes chineses de português L2. In: MARÇALO, Maria João, HERNANDES, Célia Lima, ESTEVES, Elisa, FONSECA, Maria do Céu, GONÇALVES, Olga, VILELA, Luisa, SILVA, Ana Alexandre (orgs.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, 24 ( pp. 56-75).

NZAU, Domingos (2011). *A Língua Portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Tese de Doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

# ANEXOS



## Anexo I- Caracterização dos informantes de PA L2

Ficha de Perfil de Informantes de PA L2										
Informante	Sexo	Naturalidade	Idade	Outras línguas (idade de início de aprendizagem)	LM	Habilitações	L1 do pai	L1 da mãe	Línguas (faladas em casa)	Ocupação
31	M	Uíje	19	português (7)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	português	estudante
32	M	Uíje	23	português (10)	kikongo	Secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
33	M	Uíje	26	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	Português	estudante
34	M	Uíje	23	português (8)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
35	M	Uíje	24	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	Português	estudante
36	M	Uíje	24	português (10)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
37	M	Uíje	19	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	português	estudante
38	M	Uíje	20	português (8)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
39	M	Uíje	19	português (7)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
40	M	Uíje	21	português (5)	kikongo	secundário	Kikongo	kikongo	kikongo-português	Estudante
41	M	Uíje	19	português (7)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante

42	M	Uíje	22	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
43	M	Uíje	28	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
44	M	Uíje	23	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	português	estudante
47	F	Uíje	27	português (8)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
48	F	Uíje	25	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
50	M	Uíje	30	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	Kikongo	kikongo-português	estudante
51	M	Uíje	20	português (7)	kikongo	secundário	Kikongo	Kikongo	kikongo-português	estudante
52	M	Uíje	22	português (10)	kikongo	secundário	Kikongo	Kikongo	kikongo-português	estudante
53	M	Uíje	19	português (6)	kikongo	secundário	Kikongo	K kikongo	português	Estudante
54	F	Uíje	23	português (7)	kikongo	secundário	Kikongo	kikongo	português	estudante
56	M	Uíje	20	português (7)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo	estudante
57	M	Uíje	22	português (8)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
58	M	Uíje	19	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
59	M	Uíje	22	português (9)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante

61	M	Uíje	23	português	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
62	F	Uíje	25	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo	estudante
63	M	Uíje	25	português (10)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
64	F	Uíje	21	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
66	M	Uíje	20	português (6)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	português	estudante
67	M	Uíje	25	português (9)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
68	M	Uíje	25	português (5)	kikongo	secundário	kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante
69	M	Uíje	22	português (8)	kikongo	secundário	Kikongo	kikongo	kikongo-português	estudante

## Anexo II- Caracterização dos informantes de PA L1

Ficha de Perfil de Informantes de PA L1										
Informantes	Sexo	Naturalidade	Idade	Outras línguas (idade de início de aprendizagem)	L1	Habilitações	L1 do pai	L1 da mãe	Línguas (faladas em casa)	Ocupação
1	M	Luanda	21	Inglês (15)	português	secundário	português	português	português	estudante
2	F	Luanda	20		português	secundário	kimbundu	kimbundu	português	estudante
4	F	Luanda	20		português	secundário	kimbundu	kimbundu	português	estudante
5	M	Luanda	18		português	secundário	português	português	português	estudante
6	F	Luanda	18	Inglês (16)	português	secundário	kikongo	kikongo	português	estudante
8	M	Luanda	18		português	secundário	kimbundu	kikongo	português	estudante
9	M	Luanda	18		português	secundário	kimbundu	kimbundu	português	estudante
10	F	Luanda	20		português	secundário	português	português	português	estudante
11	F	K.Norte	18		português	secundário	português	português	português	estudante
14	M	L.Norte	18		português	secundário	cokwe	cokwe	português	estudante
17	M	L.Norte	20		português	secundário	kimbundu	kimbundu	Português	estudante
20	M	L.Norte	19		português	secundário	kimbundu	kimbundu	português	estudante
22	M	K.Norte	20		português	secundário	umbundu	kimbundu	português	estudante
23	F	Huila	20		português	secundário	kimbundu	umbundu	português	estudante
24	M	Luanda	19		português	secundário	português	português	português	estudante
25	M	Luanda	23		português	secundário	português	kimbundu	Port.	estudante
26	M	L.Norte	25	cokwe (18)	português	secundário	português	cokwe	port-kocwe	estudante
27	F	Luanda	20		português	secundário	kimbundu	Kimbundu	português	estudante
28	F	K.Sul	21		português	secundário	umbundu	umbundu	português	estudante
29	F	Luanda	20		português	secundário	kimbundu	kikongo	português	estudante

### Anexo III- Caracterização dos informantes de PE L1

Ficha de Perfil de Informantes de PA L1										
Informantes	Sexo	Naturalidade	Idade	Outras línguas (idade de início de aprendizagem)	L1	Habilitações	L1 do pai	L1 da mãe	Línguas (faladas em casa)	Ocupação
1	F	Portugal	21	Fran-Esp.	português	Universitários	português	português	português	estudante
2	F	Portugal	21	Inglês-Fran (9 )(12)	português	Universitários	português	português	português	estudante
3	F	Portugal	28	Esp-Inglês	português	Universitários	português	português	português	estudante
4	M	Portugal	21		português	Universitários	português	português	português	estudante
5	M	Portugal	25		português	Universitários	português	português	português	estudante
6	M	Portugal	20		português	Universitários	português	português	português	estudante
7	F	Portugal	18	Inglês (6)	português	Universitários	português	português	português	estudante
8	F	Portugal	21	Fran-Inglês (8 )	português	Universitários	português	português	português	estudante
9	F	Portugal	26	Inglês-Esp.( 9)(24)	português	Universitários	português	português	português	estudante
10	F	Portugal	20	Inglês-Esp. (7)(15)	português	Universitários	português	português	português	estudante
11	M	Portugal	26	Inglês-Fran (9)(15)	português	Universitários	português	português	português	estudante
12	M	Portugal	22	Inglês- Espa. (10)	português	Universitários	português	português	Português	estudante
13	F	Portugal	21	Inglês (6)	português	Universitários	português	português	português	estudante
14	F	Portugal	26	Inglês-Alem-(10)(15)	português	Universitários	português	português	português	estudante
15	F	Portugal	22	Inglês (8)	português	Universitários	português	português	português	estudante
16	F	Portugal	21	Inglês-Espanhol	português	Universitários	português	português	português	estudante
17	F	Portugal	23	Inglês (10)	português	Universitários	português	português	português	estudante
18	F	Portugal	21	Alemão	português	Universitários	português	português	português	estudante
19	F	Portugal	22	Inglês 10	português	Universitários	português	português	português	estudante
20	F	Portugal	21		português	Universitários	português	português	português	estudante



#### **ANEXO IV – TPA**

Fazem parte do anexo IV uma versão do TPA, na qual se apresenta o teste com as condições, e uma tabela, abaixo, a indicar a ordem dos itens aleatorizados. As condições estão dispostas pela seguinte ordem: 1 – condições de indefinido de 1ª e definido de 2ª menção; 2 – condição de definido de 1ª menção, 3 – distratores.

## Inquérito por Questionário

Caríssimos professores e alunos, o presente questionário é anónimo e destina-se à obtenção de dados para uma investigação, realizada no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem.

Agradeço, desde já, a vossa colaboração.

Por favor, preencha os espaços com a palavra adequada ou deixe em branco, se for necessário.

### 1. Condição – [indef. de 1ª menção]; [def. de 2ª menção]

#### Posição [sujeito/complemento]

1. Vendedora: Precisa de ajuda, senhora? Quer alguma coisa em especial?

Cliente: Sim, quero. Procuro um vestido que vi no vosso catálogo.

Vendedora: Vamos procurar.

(Dez minutos mais tarde).

Cliente: Adorei o vestido, ficou-me muito bem.

2. Alice: Olá, Joice! Estou a pensar ir ao cinema, mais logo. Vai dar um filme antigo do ator Vin Diesel. Queres ir?

Joice: Sim, quero.

(Oito horas depois)

Joice: Valeu a pena ter vindo, adorei o filme, é ótimo.

3. Rosário: Uma modelo colombiana foi apanhada com drogas na China.

O governo colombiano tenta negociar a sua libertação, mas o governo chinês está irredutível e vai mesmo condená-la.

(Dois dias depois)

Manuel: O governo chinês libertou a modelo colombiana.

4. João: Um colega do curso de Direito, de 24 anos de idade, está desaparecido.

Suspeita-se que tenha sido raptado. A família está à espera que eles peçam o resgate.



Pedro: Ouvi dizer que já encontraram o colega que estava desaparecido.

5. Senhora: Bom dia. Procuro um menino gordinho, de olhos azuis e cabelos loiros.

É meu filho.

Segurança: O menino que procura saiu mais cedo hoje.

6. Paula: Realizou-se hoje, em Luanda, uma manifestação de vendedoras ambulantes.

Houve muita confusão. Uma senhora foi parar ao hospital.

Paula: Sim, ouvi pela rádio. A senhora que foi parar ao hospital é presidente da associação de vendedoras ambulantes.

7. Numa livraria.

Cliente: Boa tarde!

Balconista: Sim. Posso ajudá-la em alguma coisa?

Cliente: Encontrei na biblioteca um livro muito interessante do escritor Augusto Cury, sobre inteligência multifocal.

Gostava de saber se têm aqui.

Balconista: Sim, aqui tem o livro.

## **2. Condição [de. 1ª menção]**

### **Posição [complemento]**

8. Conversa entre amigas.

Carla: Hoje, enquanto corria, vi a esposa do Carlos. Coitada!

Está muito abalada, ainda não se refez da separação.

Patrícia: É tudo muito recente. Com o passar do tempo ela acostuma-se à situação.

9. Adelaide: Hoje conheci a mãe do Bruno. É uma senhora distinta!

Júlia: Não sei o que há de distinto naquela senhora. É uma arrogante, que se julga

superior aos outros, só porque tem dinheiro.

10. Gonçalo: Olá, Vítor. O que fazes?

Vítor: Estou a assistir ao telejornal. Reelegeram o presidente dos Estados Unidos.

Vítor: Acho justo que tenha sido reeleito, mostrou-se apto para continuar a dirigir o país.

### **Posição [sujeito]**

11. Paula: O sol está muito quente hoje. O que achas de irmos à praia?

Tina: Acho ótimo! Está um calor insuportável.

12. Encontro na rua.

Tina: Olá Joana. Vem muito a Lisboa, nos últimos tempos. Há alguma razão especial?

Joana: Desta vez, sim. O pai do meu noivo estuda cá e vai defender a tese na segunda-feira. Vim assistir.

13. Júlia: A mãe estava a tentar ligar-te, mas tinhas o telemóvel desligado.

Disse-me que está bem e que chega amanhã, às 12h.

Pedro: Está bem, irei buscá-la ao aeroporto.

14. Conversa entre amigos.

Dário: Estou a pensar em ser padre. Agora que os padres já podem casar-se, não vejo nenhum impedimento.

Rosário: Isso não corresponde à verdade. O papa não aboliu o celibato, portanto, os padres continuam a manter os votos de castidade.

### **3. Distratores**

15. A Ana e a irmã foram às compras. Enquanto esta estava aflita por não encontrar o que procurava, aquela estava felicíssima, pois comprou tudo de que precisava.

16. Vânia: De quem é este/esse carro?

Vanda: É da Maria, comprou-o no mês passado.

Vânia: Tem bom gosto! Para além de lindo, é espaçoso. Assim já podem sair todos juntos.

17. Numa loja de eletrodomésticos.

Cliente: Este/esse plasma é lindo, mas é muito caro.

Vendedor: Aquele é mais barato e consome menos energia. Quer que eu ligue, para ver a qualidade de imagem?

18. Jorge: Olá, Ana. Estou na tua cidade, cheguei ontem. Vim comemorar o meu aniversário, que será no dia 5 de agosto, com os meus pais. Estás convidada.

Ana: Desculpa Jorge, nesse dia não posso, já tenho coisas programadas. Mas prometo visitar-te no fim de semana a seguir.

19. Mãe: filho, hoje vais com o teu pai. Tenho uma reunião muito importante e não posso chegar atrasada.

Filho: Está bem, mãe. Até logo!

20. O tempo de chuva tem sido muito conturbado. A chuva deixou muitas famílias desalojadas. Nessa época, as pessoas não dormem sossegadas com medo de que as suas casas fiquem inundadas.

21. Brito: Desculpa por ter vindo sem avisar. Precisava mesmo de falar contigo e tens o telemóvel desligado.

Inês: Não faz mal, entra. O meu telemóvel caiu e parou de funcionar, tenho de comprar outro.

22. Clara: Hoje não posso sair convosco. A minha tia veio visitar-nos e tenho de fazer-lhe companhia.

Nair: Está bem, sairemos quando estiveres livre.

23. Conversa telefónica

Nina: Alô amiga. Tenho uma novidade para te contar. Lembras-te daquele colar de esmeraldas que vimos na joalharia? O meu amor ofereceu-me um igualzinho.

Nádia: Que bom! Ele é muito carinhoso contigo. Não o percas por nada.

24. Na receção de um hotel.

Hóspede: Bom dia! Tenho uma reserva para cinco dias. Pode verificar, por favor.

Rececionista: Sim, senhora. Por favor, pode dar-me o seu passaporte

Ordem de apresentação dos itens de teste aleatorizados
1,11,15,8,23,7,13 16, 3,17,10,24,2,18,5,9,19,4, 20,12,21,6,22,14.

TPA- aleatorizado.

## **ANEXO V – Teste de Compreensão**

Neste anexo expõe-se o teste de compreensão e uma tabela com a ordem em que foram aleatorizados os itens. Primeiro apresentam-se as condições acompanhadas dos respetivos itens. A condição 1 corresponde ao indefinido de 1ª menção, a condição 2 ao definido de 2ª e a condição 3, ao definido de 1ª. À condição de controlo, indefinido de 2ª menção, atribui-se o número 4 e aos distratores, o número 5.

Caríssimos professores e alunos, o presente questionário é anónimo e destina-se à obtenção de dados para uma investigação, realizada no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem.

Agradeço, desde já, a vossa colaboração.

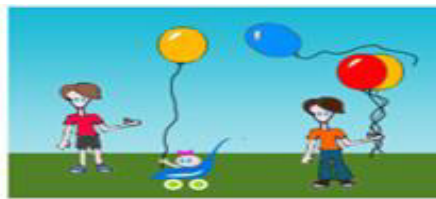
Observe e interprete as imagens abaixo e responda sim ou não à pergunta que se segue.

**1. Condição de teste [indef. de 1ª menção] - [Itens 1 a 5]**

item 1



item 1a



O pai, o menino e um senhor. O pai dá um balão ao menino.

Item 1a

Um dos balões do senhor voou.

Questão: um balão voou para longe?

Alvo: Sim.

item 2



item 2a



Há uma senhora, uma menina e um menino. A senhora dá um balão à menina.

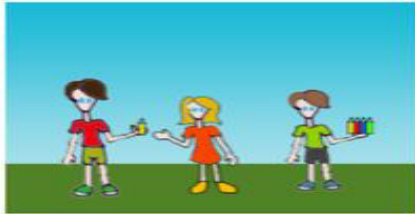
Item 2a

Um dos balões do menino rebentou.

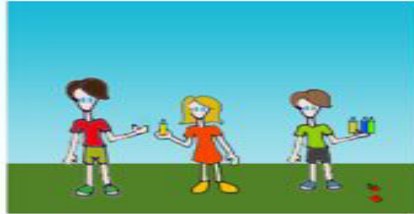
Questão: um balão rebentou?

Alvo: Sim.

item 3



item 3a



Há um senhor, um menino e uma menina. O senhor dá um lápis à menina.

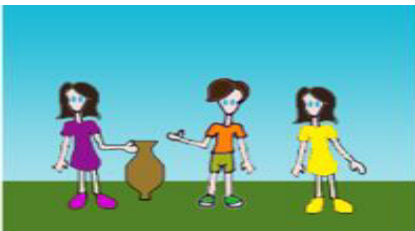
Item 3a

Um dos lápis do rapaz partiu-se.

Questão: um lápis partiu-se?

Alvo: Sim.

item 4



item 4a



Há duas senhoras e um senhor. A senhora dá uma jarra ao senhor.

Item 4a

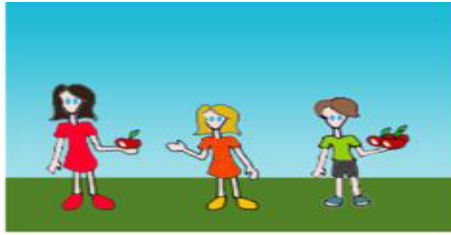
Uma das jarras da senhora partiu-se.

Questão: uma jarra partiu-se?

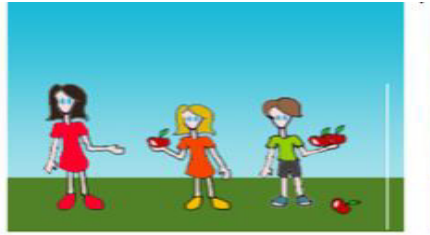
Alvo: Sim.



item 5



item 5a



Há uma senhora, uma menina e um menino. A senhora dá uma maçã à menina.

Item 5a

Uma das maçãs do menino caiu ao chão.

Questão: uma maçã caiu ao chão?

Alvo: Sim.

## 2. Condição de teste [def. 2ª menção] - [Itens 6 a 10]

item 6



item 6a



Há um bebé, o pai e um senhor com um molho de balões. O pai dá um balão ao menino.

Item 6a

O balão do bebé voou para longe.

Questão: o balão voou para longe?

Alvo: Sim.

item 7



item 7a



Há uma senhora, uma menina e um senhor com um molho de balões. A senhora dá um balão à menina.

Item 7a

O balão da menina rebentou.

Questão: o balão rebentou?

Alvo: Sim.

item 8



item 8a



Há dois meninos e uma menina. O menino dá um lápis à menina.

Item 8a

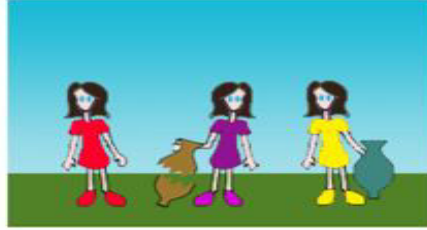
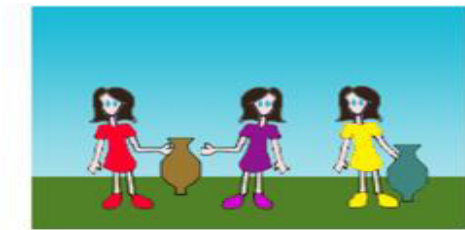
O lápis da menina partiu-se.

Questão: o lápis partiu-se?

Alvo: Sim.

item 9

item 9a



Há três senhoras. A senhora dá uma jarra à amiga.

Item 9a

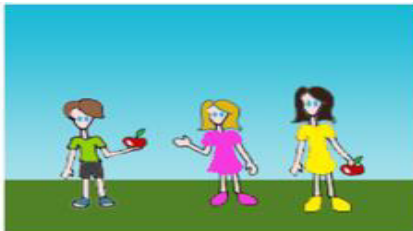
A jarra da amiga partiu-se.

Questão: a jarra partiu-se?

Alvo: Sim.

item 10

item 10a



Há uma senhora, uma menina e um menino. O menino dá uma maçã à menina.

Item 10a

A maçã do menino caiu ao chão.

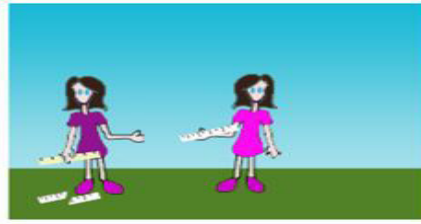
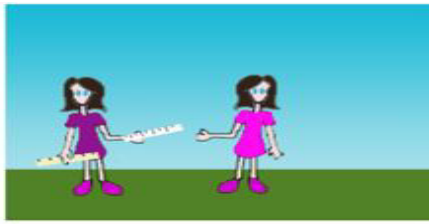
Questão: a maçã caiu ao chão?

Alvo: Sim.

### 3. Condição de teste [def. de 1ª menção] [Itens 11 a 15]

item 11

item 11a



Há duas meninas. A menina dá uma régua à colega.

Item 11a

Uma das réguas da menina partiu-se ao meio.

Questão: a régua partiu-se?

Alvo: Não.

item 12

item 12a



Há um senhor e um menino. O senhor dá um peixe ao menino.

Item 12ª

O senhor descuidou-se e um dos peixes caiu ao rio.

Questão: o peixe caiu ao rio?

Alvo: Não.

item 13

item 13a



A menina dá um colar à amiga.

Item 13a

Um dos colares da menina rebentou.

Questão: o colar rebentou?

Alvo: Não.

item 14



item 14a



A menina dá um ovo à irmã.

Item 14a

Um dos ovos da menina partiu-se.

Questão: o ovo partiu-se?

Alvo: Não.

item 15



item 15a



O senhor dá uma garrafa de vinho ao amigo.

Item 15a

Uma das garrafas do senhor caiu ao chão.

Questão: a garrafa caiu?

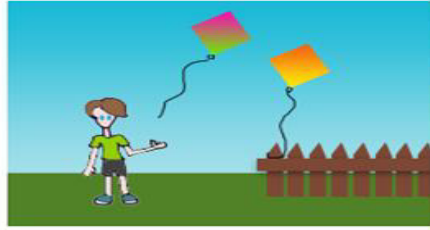
Alvo: Não.

**4. Condição de controlo [indef. 2ª menção] - [Itens 16 a 20]**

item 16



item 16a



Há um papagaio ao lado. O menino está a fazer voar um papagaio.

Itens 16a

O papagaio do menino voa.

Questão.

Um papagaio voou para longe?

Alvo: Não...

item 17



item 17a



Há um papagaio ao lado. A menina está a fazer voar um papagaio.

Item 17a

O papagaio da menina voa.

Questão: um papagaio voou para longe?

Alvo: Não...

item 18



item 18a



Há um colar ao lado. A menina tem um colar.

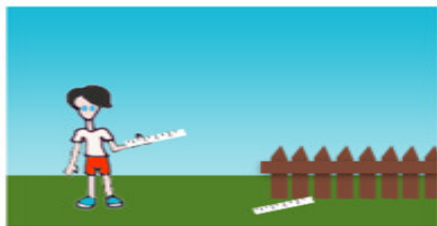
Item 18a

O colar da menina rebentou.

Questão: um colar rebentou?

Alvo: Não...

item 19



item 19a



Há uma régua ao lado. O senhor tem uma régua.

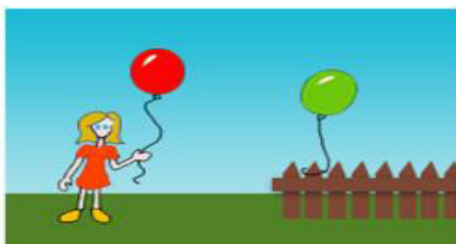
19a

A régua do senhor partiu-se.

Questão: uma régua partiu-se?

Alvo: Não...

item 20



item 20a



Há um balão ao lado. A menina está a fazer voar um balão.

Item 20a

O balão da menina voou.

Questão: um balão voou para longe?

Alvo: Não.

### 5. Distratores [Itens 21 a 30]

item 21



item 21a



O menino tem cinco bolas e dá uma ao amigo.

Item 21a

Questão: o menino ficou com três bolas?

Alvo: Não.

item 22



item 22a



O pai tem cinco balões e dá um ao menino.

Item 22a

Questão: o pai ficou com três balões?

Alvo: Não.



item 23



item 23a



O professor tem quatro marcadores e dá dois ao colega.

Item 23a

Questão: o professor ficou com três marcadores?

Alvo: Não.

item 24



item 24a



O rapaz tem seis livros e oferece um ao amigo.

Item 24a

Questão: o rapaz ficou com seis livros?

Alvo: Não.

item 25



item 25a



A menina tinha três sorvetes e dá um ao menino.

Item 25a

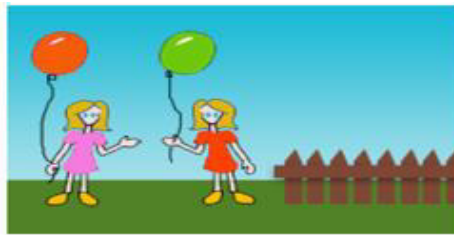
Questão: a menina ficou com três sorvetes?

Alvo: Não

item 26



item 26a



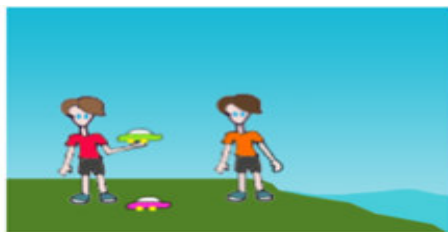
A menina tem dois balões e dá um à irmã.

Item 26a

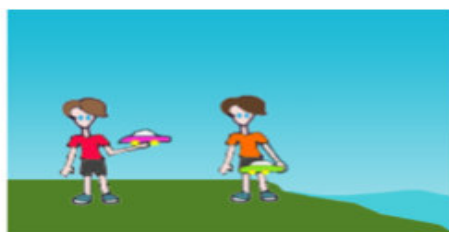
Questão: a menina ficou com um balão?

Alvo: Sim.

item 27



item 27ª



O menino tem dois carrinhos e dá um ao amigo.

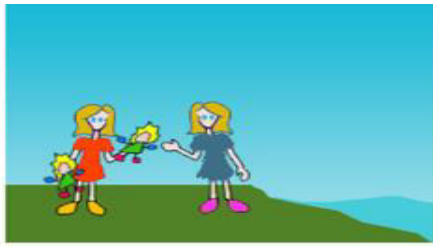
Item 27ª

Questão.

O menino ficou com um carrinho?

Alvo: Sim.

item 28



item 28a



A menina tem duas bonecas e dá uma à irmã.

Item 28a

Questão: a menina ficou com uma boneca?

Alvo: Sim.

item 29



item 29a



O menino tem três pães e dá um à menina.

Item 29a

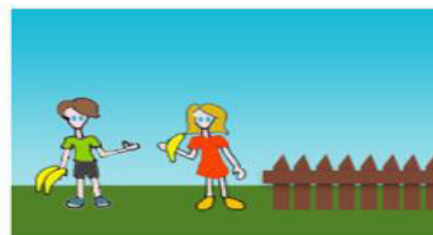
Questão: a menina ficou com três pães?

Alvo: Não.

item 30



item 30a



O rapaz tem três bananas e dá uma à menina.

Item 30a

Questão.

O rapaz ficou com três bananas?

Alvo: Não.

Ordem de apresentação dos itens do teste de compreensão aleatorizados
1, 30, 11,16, 21,6, 15,20, 22, 10, 23, 5, 24, 7, 17,2, 25, 13, 9, 18, 26, 8, 27, 4, 14, 28, 19, 3,29,12.

Teste de compreensão- aleatorizado.

## Anexo VI- Desvios (TPA)

### Condição de [indef. de 1ª menção]

	subst.por outras forma	subst.por artigo definido	omissão	casos duvidosos	total de respostas não alvo
<b>PA L2</b>	<b>48</b>	<b>135</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>193</b>
	<b>25%</b>	<b>70%</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
<b>PA L1</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>52</b>
	<b>25%</b>	<b>71%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>100</b>
<b>PE L1</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>
	<b>36%</b>	<b>64%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>100</b>

**Tabela 1- Desvios em [indef. de 1ª menção]**

### Condição de [def. de 2ª menção]

	subst. por outra forma	subst. por artigo indefinido	omissão	casos duvidosos	total de respostas não alvo
<b>PA L2</b>	<b>67</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>97</b>
	<b>68%</b>	<b>26%</b>	<b>6%</b>	<b>0%</b>	<b>35%</b>
<b>PA L1</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>31</b>
	<b>60%</b>	<b>23%</b>	<b>17%</b>	<b>0%</b>	<b>22%</b>
<b>PE L1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
	<b>78%</b>	<b>11%</b>	<b>11%</b>	<b>0%</b>	<b>6%</b>

**Tabela 2- Desvios em [def. de 2ª menção]**

**Condição de [def. de 1ª menção]**

	subst. outra forma	por subst. artigo indefinido	por omissão	casos duvidosos	total de respostas não alvo
<b>PA L2</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
	<b>75%</b>	<b>4%</b>	<b>21 %</b>	<b>0%</b>	<b>9 %</b>
<b>PA L1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>
	<b>57%</b>	<b>0%</b>	<b>14%</b>	<b>29%</b>	<b>5%</b>
<b>PE L1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>

**Tabela 3- Desvios em [def. de 1ª menção]**

# Anexo VII- Resultados individuais do grupo de PA L2 no teste de produção de artigos

Teste de Produção de Artigos - Condição de [indef. de 1ª menção]										
PA L2	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não- alvo	Total de respostas	% total não- alvo	% alvo	% total de resp.
31	2	1	4			5	7	71	29	100
32	1	0	6			6	7	86	14	100
33	2	0	5			5	7	71	29	100
34	3	3	1			4	7	57	43	100
35	3	1	3			4	7	57	43	100
36	7	0	0			0	7	0	100	100
37	4	1	2			3	7	43	57	100
38	2	2	2	1		5	7	71	29	100
39	3	2	2			4	7	57	43	100
40	3	1	3			4	7	57	43	100
41	1	0	6			6	7	86	14	100
42	3	3	1			4	7	57	43	100
43	2	1	3	1		5	7	71	29	100
44	0	1	6			7	7	100	0	100
50	0	3	4			7	7	100	0	100
51	6	0	1			1	7	14	86	100
52	2	1	2	2		5	7	71	29	100
53	0	2	5			7	7	100	0	100
54	0	1	5	1		7	7	100	0	100
56	3	1	3			4	7	57	43	100



57	0	1	6			7	7	100	0	100
58	0	0	7			7	7	100	0	100
59	2	0	3	2		5	7	71	29	100
61	3	3	1	0		4	7	57	43	100
62	1	1	4	1		6	7	86	14	100
63	4	2	1			3	7	43	57	100
64	3	1	3			4	7	57	43	100
66	3	0	4			4	7	57	43	100
67	3	1	1	2		4	7	57	43	100
68	1	0	6			6	7	86	14	100
69	0	1	6			7	7	100	0	100
70	4	2	1			3	7	43	57	100
71	1	0	6			6	7	86	14	100
72	3	1	3			4	7	57	43	100
73	0	2	5			7	7	100	0	100
74	1	0	6			6	7	86	14	100
75	3	4	0			4	7	57	43	100
76	4	2	1			3	7	43	57	100
47	1	2	4			6	7	86	14	100
48	3	1	3			4	7	57	43	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de [def. de 2ª menção]										
PA L2	alvo	Subst. por outras formas	Substit. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não- alvo	total de respostas	% total não- alvo	% alvo	% total de resp.
31	7	0	0			0	7	0	100	100
32	6	1				1	7	14	86	100
33	5	1	1			2	7	29	71	100
34	3	3	1			4	7	57	43	100
35	6	1	0			1	7	14	86	100
36	5	1	1			2	7	29	71	100
37	6	1	0			1	7	14	86	100
38	7	0	0			0	7	0	100	100
39	2	2	3			5	7	71	29	100
40	4	2	1			3	7	43	57	100
41	6	0	1			1	7	14	86	100
42	2	5				5	7	71	29	100
43	6	1	0			1	7	14	86	100
44	6	1	0			1	7	14	86	100
47	5	1	1			2	7	29	71	100
48	6	1				1	7	14	86	100
50	4	2	1			3	7	43	57	100
51	6	1	0			1	7	14	86	100
52	4	0	1	2		3	7	43	57	100
53	4	1	2			3	7	43	57	100
54	4	3				3	7	43	57	100
56	4	1	2			3	7	43	57	100
57	6	1				1	7	14	86	100

58	4	3				3	7	43	57	100
59	3	2	1	1		4	7	57	43	100
61	3	2	2			4	7	57	43	100
62	3	3		1		4	7	57	43	100
63	5	0	2			2	7	29	71	100
64	6	1				1	7	14	86	100
66	5	1	1			2	7	29	71	100
67	2	2	1	2		5	7	71	29	100
68	5	2				2	7	29	71	100
69	5	2				2	7	29	71	100
70	4	3				3	7	43	57	100
71	7	0				0	7	0	100	100
72	4	2	1			3	7	43	57	100
73	5	2				2	7	29	71	100
74	6	1				1	7	14	86	100
75	0	7				7	7	100	0	100
76	2	4	1			5	7	71	29	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de [def. de 1ª menção]										
PA L2	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não- alvo	total de respostas	% total não- alvo	% alvo	% total de resp.
31	6	1				1	7	14	86	100
32	7	0				0	7	0	100	100
33	7	0				0	7	0	100	100
34	5	2				2	7	29	71	100
35	7	0				0	7	0	100	100
36	7	0				0	7	0	100	100
37	6	1				1	7	14	86	100
38	6	1				1	7	14	86	100
39	7	0				0	7	0	100	100
40	6	1				1	7	14	86	100
41	7	0				0	7	0	100	100
42	6	0	1			1	7	14	86	100
43	6	1				1	7	14	86	100
44	7	0				0	7	0	100	100
47	7	0				0	7	0	100	100
48	6	1				1	7	14	86	100
50	7	0				0	7	0	100	100
51	7	0				0	7	0	100	100
52	6			1		1	7	14	86	100
53	6	1				1	7	14	86	100
54	6	1				1	7	14	86	100
56	7	0				0	7	0	100	100
57	6	0		1		1	7	14	86	100

58	7	0				0	7	0	100	100
59	7	0				0	7	0	100	100
61	6	1				1	7	14	86	100
62	5	1		1		2	7	29	71	100
63	7	0				0	7	0	100	100
64	7	0				0	7	0	100	100
66	7	0				0	7	0	100	100
67	5	1		1		2	7	29	71	100
68	7	0				0	7	0	100	100
69	7	0				0	7	0	100	100
70	7	0				0	7	0	100	100
71	7	0				0	7	0	100	100
72	7	0				0	7	0	100	100
73	7	0				0	7	0	100	100
74	7	0				0	7	0	100	100
75	3	3		1		4	7	57	43	100
76	5	2				2	7	29	71	100

**Anexo VII- Resultados individuais do grupo de PA L2 no teste de compreensão de artigos**

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [indef. de 1ª menção]						
PA L2	alvo	não- alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
31	2	3	5	40	60	100
32	4	1	5	80	20	100
33	0	5	5	0	100	100
34	3	2	5	60	40	100
35	0	5	5	0	100	100
36	4	1	5	80	20	100
37	2	3	5	40	60	100
38	4	1	5	80	20	100
39	5	0	5	100	0	100
40	5	0	5	100	0	100
41	1	4	5	20	80	100
42	5	0	5	100	0	100
43	2	3	5	40	60	100
44	3	2	5	60	40	100
47	0	5	5	0	100	100
48	0	5	5	0	100	100
50	0	5	5	0	100	100
51	3	2	5	60	40	100
52	4	1	5	80	20	100
53	4	1	5	80	20	100
54	5	0	5	100	0	100
56	2	3	5	40	60	100
57	5	0	5	100	0	100

58	4	1	5	80	20	100
59	0	5	5	0	100	100
61	5	0	5	100	0	100
62	3	2	5	60	40	100
63	3	2	5	60	40	100
64	3	2	5	60	40	100
66	3	2	5	60	40	100
67	5	0	5	100	0	100
68	1	4	5	20	80	100
69	3	2	5	60	40	100
70	4	1	5	80	20	100
71	4	1	5	80	20	100
72	5	0	5	100	0	100
73	5	0	5	100	0	100
74	2	3	5	40	60	100
75	0	5	5	0	100	100
76	2	3	5	40	60	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de[ def. de 2ª menção]						
PA L2	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
31	5	0	5	100	0	100
32	5	0	5	100	0	100
33	0	5	5	0	100	100
34	4	1	5	80	20	100
35	5	0	5	100	0	100
36	5	0	5	100	0	100
37	5	0	5	100	0	100
38	4	1	5	80	20	100
39	5	0	5	100	0	100
40	5	0	5	100	0	100
41	1	4	5	20	80	100
42	5	0	5	100	0	100
43	4	1	5	80	20	100
44	5	0	5	100	0	100
47	0	5	5	0	100	100
48	1	4	5	20	80	100
50	2	3	5	40	60	100
51	5	0	5	100	0	100
52	5	0	5	100	0	100
53	5	0	5	100	0	100
54	4	1	5	80	20	100
56	5	0	5	100	0	100
57	5	0	5	100	0	100
58	5	0	5	100	0	100
59	4	1	5	80	20	100



61	3	2	5	60	40	100
62	5	0	5	100	0	100
63	5	0	5	100	0	100
64	5	0	5	100	0	100
66	5	0	5	100	0	100
67	5	0	5	100	0	100
68	0	5	5	0	100	100
69	5	0	5	100	0	100
70	5	0	5	100	0	100
71	5	0	5	100	0	100
72	5	0	5	100	0	100
73	4	1	5	80	20	100
74	5	0	5	100	0	100
75	5	0	5	100	0	100
76	4	1	5	80	20	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [def. de 1ª menção]						
PA L2	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
31	1	4	5	20	80	100
32	1	4	5	20	80	100
33	5	0	5	100	0	100
34	1	4	5	20	80	100
35	1	4	5	20	80	100
36	4	1	5	80	20	100
37	0	5	5	0	100	100
38	0	5	5	0	100	100
39	0	5	5	0	100	100
40	1	4	5	20	80	100
41	4	1	5	80	20	100
42	0	5	5	0	100	100
43	2	3	5	40	60	100
44	1	4	5	20	80	100
47	5	0	5	100	0	100
48	5	0	5	100	0	100
50	1	4	5	20	80	100
51	0	5	5	0	100	100
52	2	3	5	40	60	100
53	1	4	5	20	80	100
54	2	3	5	40	60	100
56	2	3	5	40	60	100
57	0	5	5	0	100	100
58	2	3	5	40	60	100
59	4	1	5	80	20	100

61	2	3	5	40	60	100
62	1	4	5	20	80	100
63	2	3	5	40	60	100
64	1	4	5	20	80	100
66	0	5	5	0	100	100
67	5	0	5	100	0	100
68	3	2	5	60	40	100
69	1	4	5	20	80	100
70	2	3	5	40	60	100
71	1	4	5	20	80	100
72	1	4	5	20	80	100
73	2	3	5	40	60	100
74	2	3	5	40	60	100
75	4	1	5	80	20	100
76	1	4	5	20	80	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de[ indef. de 2ª menção]						
PA L2	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% total não-alvo	% total de resp.
31	3	2	5	60	40	100
32	0	5	5	0	100	100
33	3	2	5	60	40	100
34	0	5	5	0	100	100
35	0	5	5	0	100	100
36	2	3	5	40	60	100
37	1	4	5	20	80	100
38	0	5	5	0	100	100
39	0	5	5	0	100	100
40	0	5	5	0	100	100
41	4	1	5	80	20	100
42	1	4	5	20	80	100
43	4	1	5	80	20	100
44	1	4	5	20	80	100
47	4	1	5	80	20	100
48	0	5	5	0	100	100
50	2	3	5	40	60	100
51	0	5	5	0	100	100
52	0	5	5	0	100	100
53	1	4	5	20	80	100
54	0	5	5	0	100	100
56	0	5	5	0	100	100
57	1	4	5	20	80	100
58	0	5	5	0	100	100
59	3	2	5	60	40	100

61	1	4	5	20	80	100
62	0	5	5	0	100	100
63	0	5	5	0	100	100
64	0	5	5	0	100	100
66	0	5	5	0	100	100
67	2	3	5	40	60	100
68	4	1	5	80	20	100
69	0	5	5	0	100	100
70	1	4	5	20	80	100
71	0	5	5	0	100	100
72	2	3	5	40	60	100
73	2	3	5	40	60	100
74	0	5	5	0	100	100
75	2	3	5	40	60	100
76	2	3	5	40	60	100

**Anexo VIII- Resultados individuais do grupo de PA L1 no teste de Produção de Artigos**

Teste de Produção de Artigos - Condição de [ indef. de 1ª menção]										
PA L1	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% total não- alvo	% alvo	% total de resp.
1	5	0	2			2	7	29	71	100
2	5	2	0			2	7	29	71	100
5	4	0	3			3	7	43	57	100
6	2	2	3			5	7	71	29	100
4	3	0	4			4	7	57	43	100
8	0	2	5			7	7	100	0	100
9	5	1	1			2	7	29	71	100
10	5	1			1	2	7	29	71	100
11	4	0	3			3	7	43	57	100
14	5	1	1			2	7	29	71	100
17	4	2	1			3	7	43	57	100
20	4	0	3			3	7	43	57	100
22	2	1	4			5	7	71	29	100
23	7	0	0			0	7	0	100	100
24	7	0	0			0	7	0	100	100
25	6	0	1			1	7	14	86	100
26	4	0	3			3	7	43	57	100
27	5	0	2			2	7	29	71	100
28	6	0	1			1	7	14	86	100
29	5	1		1		2	7	29	71	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de [def. de 2ª menção]										
PA L1	alvo	Subst. por artigo	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% total não-alvo	% alvo	% total de resp.
1	6	1				1	7	14	86	100
2	6	1				1	7	14	86	100
4	6	1				1	7	14	86	100
5	7	0				0	7	0	100	100
6	4	1	2			3	7	43	57	100
8	6		1			1	7	14	86	100
9	1	5	1			6	7	86	14	100
10	1	5			1	6	7	86	14	100
11	4		1	2		3	7	43	57	100
14	6	1	0			1	7	14	86	100
17	3	3	0	1		4	7	57	43	100
20	5		1	1		2	7	29	71	100
22	6		0	1		1	7	14	86	100
23	7	0	0			0	7	0	100	100
24	7	0	0			0	7	0	100	100
25	7	0	0			0	7	0	100	100
26	7	0	0			0	7	0	100	100
27	7	0	0			0	7	0	100	100
28	7	0	0			0	7	0	100	100
29	6	0	1			1	7	14	86	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de [def. de 1ª menção]										
PA L1	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% total não-alvo	% alvo	% total de resp.
1	7	0				0	7	0	100	100
2	7	0				0	7	0	100	100
4	7	0				0	7	0	100	100
5	7	0				0	7	0	100	100
6	7	0				0	7	0	100	100
8	7	0				0	7	0	100	100
9	6	1				1	7	14	86	100
10	4	1			2	3	7	43	57	100
11	7	0				0	7	0	100	100
14	7	0				0	7	0	100	100
17	7	0				0	7	0	100	100
20	7	0				0	7	0	100	100
22	6	1				1	7	14	86	100
23	7	0				0	7	0	100	100
24	7	0				0	7	0	100	100
25	7	0				0	7	0	100	100
26	7	0				0	7	0	100	100
27	7	0				0	7	0	100	100
28	7	0				0	7	0	100	100
29	5	1		1		2	7	29	71	100



**Anexo VIII- Resultados individuais do grupo de PA L1 no teste de compreensão de artigos**

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [indef. de 1ª menção]						
PA L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	3	2	5	60	40	100
2	5	0	5	100	0	100
4	5	0	5	100	0	100
5	2	3	5	40	60	100
6	5	0	5	100	0	100
8	4	1	5	80	20	100
9	3	2	5	60	40	100
10	5	0	5	100	0	100
11	5	0	5	100	0	100
14	2	3	5	40	60	100
17	5	0	5	100	0	100
20	5	0	5	100	0	100
22	5	0	5	100	0	100
23	5	0	5	100	0	100
24	5	0	5	100	0	100
25	5	0	5	100	0	100
26	5	0	5	100	0	100
27	5	0	5	100	0	100
28	5	0	5	100	0	100
29	0	5	5	0	100	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [def. de 2ª menção]						
PA L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	5	0	5	100	0	100
2	5	0	5	100	0	100
4	5	0	5	100	0	100
5	5	0	5	100	0	100
6	5	0	5	100	0	100
8	5	0	5	100	0	100
9	5	0	5	100	0	100
10	5	0	5	100	0	100
11	5	0	5	100	0	100
14	4	1	5	80	20	100
17	5	0	5	100	0	100
20	5	0	5	100	0	100
22	5	0	5	100	0	100
23	5	0	5	100	0	100
24	5	0	5	100	0	100
25	5	0	5	100	0	100
26	5	0	5	100	0	100
27	5	0	5	100	0	100
28	5	0	5	100	0	100
29	5	0	5	100	0	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [def. de 1ª menção]						
PA L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	3	2	5	60	40	100
2	5	0	5	100	0	100
4	2	3	5	40	60	100
5	4	1	5	80	20	100
6	4	1	5	80	20	100
8	3	2	5	60	40	100
9	4	1	5	80	20	100
10	1	4	5	20	80	100
11	0	5	5	0	100	100
14	4	1	5	80	20	100
17	1	4	5	20	80	100
20	0	5	5	0	100	100
22	1	4	5	20	80	100
23	3	2	5	60	40	100
24	3	2	5	60	40	100
25	3	2	5	60	40	100
26	5	0	5	100	0	100
27	2	3	5	40	60	100
28	1	4	5	20	80	100
29	4	1	5	80	20	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [indef. de 2ª menção]						
PA L1	Alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	0	5	5	0	100	100
2	0	5	5	0	100	100
4	0	5	5	0	100	100
5	5	0	5	100	0	100
6	1	4	5	20	80	100
8	1	4	5	20	80	100
9	0	5	5	0	100	100
10	0	5	5	0	100	100
11	0	5	5	0	100	100
14	0	5	5	0	100	100
17	0	5	5	0	100	100
20	0	5	5	0	100	100
22	0	5	5	0	100	100
23	0	5	5	0	100	100
24	0	5	5	0	100	100
25	0	5	5	0	100	100
26	0	5	5	0	100	100
27	0	5	5	0	100	100
28	1	4	5	20	80	100
29	0	5	5	0	100	100

**Anexo IX- Resultados individuais do grupo de PE L1 no teste de Produção de Artigos.**

Teste de Produção de Artigos - Condição de [indef. de 1ª menção]										
PE L 1	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% não-alvo	% alvo	% total de resp.
1	7	0	0			0	7	0	100	100
2	6	0	1			1	7	14	86	100
3	7	0	0			0	7	0	100	100
4	6	1	0			1	7	14	86	100
5	4	0	3			3	7	43	57	100
6	5	2	0			2	7	29	71	100
7	7	0	0			0	7	0	100	100
8	5	0	2			2	7	29	71	100
9	6	0	1			1	7	14	86	100
10	7	0	0			0	7	0	100	100
11	7	0	0			0	7	0	100	100
12	5	0	2			2	7	29	71	100
13	7	0	0			0	7	0	100	100
14	7	0	0			0	7	0	100	100
15	7	0	0			0	7	0	100	100
16	7	0	0			0	7	0	100	100
17	7	0	0			0	7	0	100	100
18	7	0	0			0	7	0	100	100
19	6	1	0			1	7	14	86	100
20	6	1	0			1	7	14	86	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de [def. de 2ª menção]										
PE L1	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	Omissão	Casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% total não-alvo	% alvo	% total de resp.
1	7	0	0	0		0	7	0	100	100
2	7	0	0	0		0	7	0	100	100
3	7	0	0	0		0	7	0	100	100
4	7	0	0	0		0	7	0	100	100
5	7	0	0	0		0	7	0	100	100
6	6	1	0	0		1	7	14	86	100
7	6	1	0	0		1	7	14	86	100
8	6	1	0	0		1	7	14	86	100
9	7	0	0	0		0	7	0	100	100
10	7	0	0	0		0	7	0	100	100
11	6	1	0	0		1	7	14	86	100
12	5	2	0	0		2	7	29	71	100
13	7	0	0	0		0	7	0	100	100
14	6	1	0	0		1	7	14	86	100
15	7	0	0	0		0	7	0	100	100
16	6	0	0	1		1	7	14	86	100
17	6	0	1	0		1	7	14	86	100
18	7	0	0	0		0	7	0	100	100
19	7	0	0	0		0	7	0	100	100
20	7	0	0	0		0	7	0	100	100

Teste de Produção de Artigos - Condição de[ def. de 1ª menção]										
PE L1	alvo	Subst. por outras formas	Subst. por artigo	omissão	casos duvidosos	total não-alvo	total de respostas	% total não-alvo	% alvo	% total de resp.
1	7	0	0			0	7	0	100	100
2	7	0	0			0	7	0	100	100
3	7	0	0			0	7	0	100	100
4	7	0	0			0	7	0	100	100
5	7	0	0			0	7	0	100	100
6	7	0	0			0	7	0	100	100
7	7	0	0			0	7	0	100	100
8	7	0	0			0	7	0	100	100
9	5	2	0			2	7	29	71	100
10	7	0	0			0	7	0	100	100
11	6	1	0			1	7	14	86	100
12	7	0	0			0	7	0	100	100
13	7	0	0			0	7	0	100	100
14	7	0	0			0	7	0	100	100
15	7	0	0			0	7	0	100	100
16	7	0	0			0	7	0	100	100
17	7	0	0			0	7	0	100	100
18	7	0	0			0	7	0	100	100

19	7	0	0			0	7	0	100	100
20	7	0	0			0	7	0	100	100



**Anexo IX- Resultados individuais do grupo de PE L1 no teste de Compreensão de Artigos**

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [indef. de 1ª menção]						
PE L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	5	0	5	100	0	100
2	4	1	5	80	20	100
3	5	0	5	100	0	100
4	4	1	5	80	20	100
5	3	2	5	60	40	100
6	0	5	5	0	100	100
7	5	0	5	100	0	100
8	5	0	5	100	0	100
9	4	1	5	80	20	100
10	3	2	5	60	40	100
11	5	0	5	100	0	100
12	4	1	5	80	20	100
13	5	0	5	100	0	100
14	4	1	5	80	20	100
15	4	1	5	80	20	100
16	4	1	5	80	20	100
17	4	1	5	80	20	100
18	5	0	5	100	0	100
19	5	0	5	100	0	100
20	5	0	5	100	0	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [def. de 2ª menção]						
PE L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	5	0	5	100	0	100
2	5	0	5	100	0	100
3	5	0	5	100	0	100
4	5	0	5	100	0	100
5	5	0	5	100	0	100
6	5	0	5	100	0	100
7	5	0	5	100	0	100
8	5	0	5	100	0	100
9	5	0	5	100	0	100
10	5	0	5	100	0	100
11	5	0	5	100	0	100
12	5	0	5	100	0	100
13	5	0	5	100	0	100
14	5	0	5	100	0	100
15	5	0	5	100	0	100
16	5	0	5	100	0	100
17	5	0	5	100	0	100
18	5	0	5	100	0	100
19	5	0	5	100	0	100
20	5	0	5	100	0	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [def. de 1ª menção]						
PE L1	alvo	não-alvo	total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total de resp.
1	5	0	5	100	0	100
2	4	1	5	80	20	100
3	5	0	5	100	0	100
4	5	0	5	100	0	100
5	1	4	5	20	80	100
6	4	1	5	80	20	100
7	4	1	5	80	20	100
8	5	0	5	100	0	100
9	5	0	5	100	0	100
10	5	0	5	100	0	100
11	2	3	5	40	60	100
12	0	5	5	0	100	100
13	5	0	5	100	100	100
14	4	1	5	80	20	100
15	3	2	5	60	40	100
16	3	2	5	60	40	100
17	4	1	5	80	20	100
18	5	0	5	100	0	100
19	5	0	5	100	0	100
20	4	1	5	80	20	100

Teste de Compreensão de Artigos - Condição de [indef. de 2ª menção]						
PE L1	alvo	não-alvo	Total de respostas	% alvo	% não-alvo	% total
1	1	4	5	20	80	100
2	0	5	5	0	100	100
3	2	3	5	40	60	100
4	0	5	5	0	100	100
5	0	5	5	0	100	100
6	0	5	5	0	100	100
7	0	5	5	0	100	100
8	0	5	5	0	100	100
9	3	2	5	60	40	100
10	0	5	5	0	100	100
11	0	5	5	0	100	100
12	0	5	5	0	100	100
13	0	5	5	0	100	100
14	0	5	5	0	100	100
15	0	5	5	0	100	100
16	0	5	5	0	100	100
17	0	5	5	0	100	100
18	0	5	5	0	100	100
19	0	5	5	0	100	100
20	0	5	5	0	100	100

**Anexo X- Cartas 1 e 2.**



À Direção da Escola de Formação de Professores  
Teta Lando do Uíje

Assunto: Pedido de Autorização

Vimos pedir a colaboração da vossa escola para a recolha de dados para uma investigação, realizada no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado, em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Linguagem.

A presente investigação tem como objetivo o estudo do português de Angola.

Para alcançar os objetivos da investigação, é necessário proceder à recolha de dados escritos de estudantes e professores do ensino secundário, falantes de kikongo como língua materna, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos.

A vossa colaboração é indispensável para o sucesso da presente investigação. Pedimos à escola que nos auxilie na seleção de informantes com as características acima mencionadas e, por parte dos docentes, pedimos a facilitação do acesso a alunos para a recolha de dados.

Os dados serão recolhidos por meio de questionários anónimos e não se destinam à avaliação dos informantes, mas sim à análise das características do português de Angola.

Agradecendo desde já a disponibilidade de V. Exa., aguardo uma resposta.

Os melhores cumprimentos.

Lisboa, agosto de 2015

Fineza Pinto Marimba

À Direção da Escola do Segundo Ciclo  
do Ensino Secundário do Cazenga nº 7055

Assunto: Pedido de Autorização

Vimos pedir a colaboração da vossa escola para a recolha de dados para uma investigação, realizada no âmbito da elaboração de uma dissertação de Mestrado, em cumprimento aos requisitos parciais para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

A presente investigação tem como objetivo o estudo do português de Angola.

Para alcançar os objetivos da investigação, é necessário proceder à recolha de dados escritos de estudantes e professores do ensino secundário, que tenham o português como língua materna, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos.

A vossa colaboração é indispensável para o sucesso da presente investigação. Pedimos à escola que nos auxilie na seleção de informantes com as características acima mencionadas e, por parte dos docentes, pedimos a facilitação do acesso a alunos para a recolha de dados.

Os dados serão recolhidos por meio de questionários anónimos e não se destinam à avaliação dos informantes, mas sim à análise das características do português de Angola.

Agradecendo desde já a disponibilidade de V. Exa., aguardamos uma resposta.

Com os melhores cumprimentos

Lisboa, agosto de 2015

Fineza Pinto Marimba